

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano IV n. 43 Ago. 2023
ISSN 2675-2573



RECONHECER E VALORIZAR



Filial da
**ABEC
BRASIL**
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 43 - Agosto de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Organização:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Ana Paula de Lima

Isaac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Daniele Marques dos Santos Barreto
Denise Teixeira Santos Menezes
Eliane Cristina Bulgan Borges
Girlene Nascimento da Silva Mantovani
Joseneide dos Santos Gomes
Lana Cristina Teixeira

Lidiane Oliveira Leopoldo da Silva
Luciana Rodrigues da Graça
Miriam Ferreira
Rita de Cássia Gonçalves Paccola
Sheyla Maria Silva Pimentel
Simone Moreira Garcia

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 43 (ago. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 128 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.43

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.43>



São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Antônio Raimundo Pereira Medrado

RECONHECER E VALORIZAR

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

07 CIDADÃO

Banda RAAF

08 Centro Educacional Unificado - CEU

J. Witon



CAPA: Imagem de «a href="https://pixabay.com/pt/users/ciganarida-5796054/">pixabay/»>

ARTIGOS

1. ARTE E MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS DANIELE MARQUES DOS SANTOS BARRETO	11
2. A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DENISE TEIXEIRA SANTOS MENEZES	19
3. EDUCAÇÃO PARA O TRANSITO: A ESCOLA COMO PROMOTORA DA CIDADANIA ELIANE CRISTINA BULGAN BORGES	29
4. AS ARTES VISUAIS E SUAS INTERVENÇÕES NO COTIDIANO INFANTIL GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVAN	39
5. ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA E O USO DA TECNOLOGIA NESTE PROCESSO JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES	49
6. A LUDOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL LANA CRISTINA TEIXEIRA	61
7. AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL LIDIANE OLIVEIRA LEOPOLDO DA SILVA	73
8. O PAPEL DA LITERATURA NO DESENVOLVIMENTO DO SENSO CRÍTICO DE ESTUDANTES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL LUCIANA RODRIGUES DA GRAÇA	81
9. CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA MIRIAM FERREIRA	95
10. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA OS CAMINHOS E AVANÇOS CONTRA O RETROCESSO RITA DE CÁSSIA GONÇALVES PACCOLA	101
11. AS RELAÇÕES EXISTENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA SHEYLA MARIA SILVA PIMENTEL	109
12. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL SIMONE MOREIRA GARCIA	119

Os povos indígenas e originários desempenham um papel vital na formação de nossas sociedades. Suas tradições ancestrais, profundo conhecimento da natureza e contribuições culturais enriquecem nossa identidade coletiva. Além de preservar saberes valiosos, eles oferecem insights cruciais para a medicina tradicional, agricultura sustentável e preservação de recursos naturais.

Reconhecer o passado de injustiças e desafios enfrentados por essas comunidades é um requisito essencial para construir uma base de respeito e justiça. Valorizar seus direitos à terra, línguas e práticas é uma demonstração de compromisso com a diversidade e a igualdade.

A educação desempenha um papel fundamental na promoção dessa valorização. Ela permite que as gerações presentes e futuras compreendam a riqueza cultural e os conhecimentos acumulados pelos povos indígenas. Ao incorporar esses ensinamentos nos currículos escolares, promovemos a conscientização e o respeito desde cedo, quebrando estereótipos e preconceitos que possam existir.

A educação também pode ser uma ferramenta para a revitalização das línguas indígenas e a promoção da preservação cultural. Ao fornecer recursos para escolas e programas educacionais que se concentram nas tradições e saberes locais, estamos garantindo que essas valiosas heranças não se percam no curso do tempo.

Em resumo, ao valorizar e reconhecer os povos indígenas e originários através da educação, estamos construindo uma base sólida para um futuro de entendimento, respeito mútuo e colaboração intercultural. Estamos investindo na construção de uma sociedade que celebra a diversidade e aprende com as experiências e sabedorias únicas dessas comunidades.



Antônio R. P. Medrado
Editor responsável



Catalog'Art

NAVEGAÇÕES DE
ESTUDANTES

“TAMBÉM, A AULA DELE É UMA BAGUNÇA”: TERRITÓRIOS A SEREM CONSTRUÍDOS E EXPLORADOS NAS AULAS DE ARTE

ISAC DOS SANTOS PEREIRA

O arte/Educador que nunca tenha ouvido que sua aula é uma bagunça, talvez esteja prestando pouca atenção em seu entorno nos comentários tecidos por muitos: no entanto, o quanto isso atinge e importa às aulas de Arte? É crido, possivelmente, que comentários como esse seja de extrema importância para se conjecturar o que de fato está sendo trabalhado nas aulas e o quão criativa e importante está sendo essa bagunça ao refletir, ler e fazer artisticamente.

Territórios para ação, a bagunça organizada se configura na contramão de um ensino tradicional e enfileirado, como muitos prezam até mesmo para as aulas que deveriam ser as mais “livres” possíveis. Construções e explorações não se fazem do nada e tampouco dentro de uma ideia milimetricamente condicionada, regida, regrada, docilizada... Aprender Arte em todas suas minúcias e, como importante ferramenta para o desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens, se intensifica quando o pensamento divergente foge da regra, desvia a rota, mistura elementos na tentativa e anseio de conformar o novo.

Isso é um Picasso, esse outro, um Michael Armitage, e esse aqui, um Hokusai... Um Monet... E você? O que faz, o que cria e o que é?

Nessa bagunça, nesse imbróglio de ações, nessa aventura do saber, o céu não é mais o limite... Nas aulas de Arte, o que mantém os estudantes vivos é a dicotomia e, talvez, a contradição artística dentro de uma bagunça organizada. Mentos, pensamentos, corpos e ações... Se bagunçam para organizarem o insano da realidade que preconiza mais uma vez o encaixotamento dos indivíduos.

Mas, afinal, onde está a bagunça?

Bagunça? Será mesmo?



24 août 2023, 17:28

Isac dos Santos Pereira

Doutorando e Mestre em Comunicação audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi – UAM com pesquisa sobre Naruto na sala de aula. Especialista em Arte/Educação: teoria e prática, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP. Especialista em Neurociências Aplicada à Educação pela Universidade Anhembi Morumbi -UAM. Licenciado em Artes visuais pela Faculdade Paulista de Arte -FPA. Professor atuante de Arte no Ensino Fundamental I da rede Municipal de São Paulo, na Emef Paulo Setúbal. E-mail : isacsantos02@hotmail.com.

CIDADÃO

Quando o sol do despertar acordar
Vou na janela e vejo que vou me atrasar
Descendo a escadaria até encontrar
Os amigos para rir e que dão forças pra continuar

Do outro lado do rio cheguei pra trabalhar
Meu uniforme está passado e pronto pra sujar
Mais um dia nessa selva, a sirene vai soar
Quando eu subo a escadaria supero tudo ao te encontrar

São Paulo não é fácil não
Vivemos em uma repressão
São Paulo não é fácil não
Vivemos em uma repressão
E esse é, é o cidadão, é o cidadão

Letrista e Compositor: Renan Santana Camacho (Músico Banda Raaf)
Co-parceria na Composição: Fiori Romano Manchini (Músico Banda Raaf e
Professor EMEF Prof. Henrique Pegado DRE- Penha)





CENTRO EDUCACIONAL UNIFICADO - CEU (20 anos de existência)

De origem paulistana
Perfeição não tem igual
Refiro-me aos CEUs
Grande complexo educacional.

Nascido em 2003
Não tem mais questionamentos, nem “e se...”!
A criadora tem nome
Chama-se Marta Suplicy.

Da Cidade de São Paulo
À referência nacional
Projetados para as periferias
Uma reparação social.

O primeiro em Guaianases
Longe que só a peste
É um bairro da extremidade
No fundão da Zona Leste.

Hoje já são 58
Em plena atividade
São os lugares mais procurados
E acolhedores da Cidade.

Guiados por três eixos
Cultura, Esporte e Educação
O Município é tratado com respeito,
Carinho, cuidado e atenção.

No conjunto de piscinas
Há aulas de natação
Nos fins de semana, cada CEU
Torna-se o clube da região.

No esporte, há muitas modalidades
Artes marciais, ginástica e dança
Atividades para todas as idades
E bancos personalizados para quem se cansa.

Com Teatro de primeira linha
A cultura é fomentada
São diversas atrações
Das muitas artes apresentadas.

Algo de muito orgulho
É o campo educacional
Com ensino de verdade
Somos referência mundial.

Com Ensino Básico e Integral
São diversas as opções
Temos ainda as UNICEUs
Portas para as Graduações.

Nos CEUs
Os cidadãos dão o tom da prática
Já que os nossos espaços são guiados
Pela gestão democrática.

As rimas que ecoam dos CEUs
São pautadas pelos direitos humanos
Os espaços são democráticos
Abraçam todos os manos.

Encerrando o meu texto eloquente
Existe um lema que endosso
“Em São Paulo o CEU é meu,
O CEU é seu, o CEU é nosso!”.

The background of the image features several yellow pencils and pink markers. One pencil is clearly labeled 'CONDEROGA' and another has '2B SOFT' written on it. The markers have green and yellow caps. The text is centered over a white rectangular area.

NÃO CUSTA NADA HOMENAGEAR UM PROFESSOR/A ESPECIAL

Envie sua homenagem com algumas fotos para:
primeiraevolucao@gmail.com

Revista
la
E

ARTE E MÚSICA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS

DANIELE MARQUES DOS SANTOS BARRETO

RESUMO

Este estudo explorou a influência da arte e da música no desenvolvimento cognitivo das crianças. A análise da literatura revelou que a exposição e a prática da arte e da música estão associadas a benefícios significativos no desenvolvimento cognitivo infantil. A arte estimula a criatividade, a percepção visual, o pensamento crítico e a expressão individual, enquanto a música contribui para a memória, a linguagem, o raciocínio lógico e o desenvolvimento socioemocional. A integração da arte e da música na educação infantil é fundamental, pois promove um ambiente de aprendizado estimulante, diversificado e inclusivo, potencializando os benefícios dessas formas de expressão para o desenvolvimento integral das crianças. Recomenda-se investir em políticas e práticas que valorizem a arte e a música, garantindo o acesso equitativo a experiências artísticas e musicais de qualidade para todas as crianças.

Palavras-chave: Influência da arte; Música; Desenvolvimento cognitivo; Crianças.

INTRODUÇÃO

A influência da arte e da música no desenvolvimento cognitivo das crianças é um tema amplamente estudado e debatido na área da educação. A compreensão dos efeitos positivos dessas formas de expressão no desenvolvimento cognitivo infantil é de grande importância para os educadores, pais e profissionais da área, visando promover práticas educativas mais enriquecedoras e abrangentes.

A arte e a música são componentes fundamentais da cultura humana, presentes em todas as sociedades ao longo da história. Elas possuem um poder intrínseco de comunicar emoções, ideias e experiências, transcendendo barreiras linguísticas e culturais. Desde os primórdios da humanidade, a arte e a música têm sido utilizadas como formas de expressão e comunicação, permitindo que os indivíduos compartilhem suas vivências e interpretem o mundo ao seu redor.

No contexto do desenvolvimento cognitivo infantil, estudos têm demonstrado que a exposição à arte e à música desde os primeiros anos de vida pode ter impactos significativos nas habilidades cognitivas, emocionais e sociais das crianças. A arte, por meio de suas diversas manifestações, como pintura, desenho, escultura e dança, estimula a criatividade, a imaginação e a capacidade de resolução de problemas. Além disso, a música, por meio de suas

estruturas sonoras e ritmos, promove o desenvolvimento da memória, da linguagem, do raciocínio lógico e da coordenação motora das crianças.

Diversos estudos empíricos têm corroborado essas evidências, destacando os benefícios da exposição à arte e à música para o desenvolvimento cognitivo infantil. Pesquisas têm demonstrado que a prática de atividades artísticas e musicais está associada a uma maior plasticidade cerebral, ou seja, a capacidade do cérebro de se adaptar e reorganizar em resposta aos estímulos do ambiente. Essa plasticidade é fundamental para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como a memória, a atenção, a linguagem e o raciocínio abstrato.

A integração da arte e da música na educação infantil tem se mostrado uma abordagem eficaz para promover o desenvolvimento integral das crianças. Ao incorporar essas formas de expressão no currículo escolar, os educadores têm a oportunidade de criar ambientes de aprendizagem estimulantes, que favorecem a criatividade, a imaginação e o pensamento crítico das crianças. Além disso, a arte e a música podem facilitar a compreensão de conceitos abstratos, despertar o interesse pela aprendizagem e fortalecer as habilidades socioemocionais, como a empatia, a colaboração e a autoexpressão.

Diante dessas considerações, este estudo se propõe a realizar uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, utilizando bases de dados como CAPES, Scielo, Google Acadêmico e repositórios de universidades federais e internacionais. Buscaremos informações recentes no período de 2015 a 2020, a fim de analisar e sintetizar os resultados dos estudos mais atualizados sobre a influência da arte e da música no desenvolvimento cognitivo das crianças.

Por meio dessa revisão, espera-se contribuir para a compreensão dos efeitos da arte e da música no desenvolvimento cognitivo infantil, fornecendo subsídios para a promoção de práticas educativas mais embasadas e efetivas. Ao identificar os principais resultados e tendências da literatura, poderemos evidenciar a importância da integração da arte e da música na educação infantil, além de fornecer diretrizes para futuras pesquisas nessa área.

REFLEXÕES GERAIS SOBRE O USO DA ARTE E DA MÚSICA

A análise geral da literatura sobre a influência da arte e da música no desenvolvimento cognitivo das crianças revela um corpo crescente de pesquisas que destacam os efeitos positivos dessas formas de expressão no desenvolvimento cognitivo infantil. Os estudos exploram diferentes aspectos relacionados à arte e à música, examinando os benefícios e os mecanismos subjacentes que podem contribuir para o aprimoramento das habilidades cognitivas nas crianças.

A exposição à arte, por meio de atividades como pintura, desenho, escultura, teatro e dança, tem sido associada ao desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da capacidade de resolução de problemas nas crianças. Através da arte, as crianças têm a oportunidade de explorar e expressar suas emoções, ideias e experiências de forma não verbal. Além disso, a arte promove a percepção visual, a apreciação estética e o desenvolvimento do pensamento crítico, à medida que as crianças são expostas a diferentes estilos, técnicas e obras de arte.

No que diz respeito à música, os estudos indicam que a prática musical está associada a uma série de benefícios cognitivos. A música estimula a memória, a linguagem, o raciocínio matemático e a coordenação motora das crianças. Através do aprendizado de instrumentos musicais, do canto e da participação em grupos musicais, as crianças desenvolvem habilidades auditivas, perceptivas e motoras. Além disso, a música promove a expressão emocional, a socialização e a colaboração entre os indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento socioemocional das crianças.

Um aspecto relevante destacado na literatura é a importância da integração da arte e da música na educação infantil. Estudos têm demonstrado que a inclusão dessas disciplinas nos currículos escolares proporciona benefícios significativos para o desenvolvimento global das crianças. A arte e a música oferecem oportunidades de aprendizado mais significativas, motivadoras e envolventes, que estimulam não apenas as habilidades cognitivas, mas também as habilidades socioemocionais. Além disso, a integração da arte e da música na educação infantil promove uma abordagem holística e integrada do ensino, reconhecendo a importância do desenvolvimento de todas as dimensões do indivíduo.

Em análise geral revela-se a existência de algumas lacunas de conhecimento e questões em aberto. Embora haja uma quantidade substancial de pesquisas sobre a influência da arte e da música no desenvolvimento cognitivo infantil, ainda há necessidade de estudos mais aprofundados que investiguem os mecanismos específicos por trás desses efeitos. Além disso, é importante explorar a relação entre a arte, a música e outros aspectos do desenvolvimento infantil, como a linguagem, a inteligência emocional e as habilidades sociais.

EFEITOS DA ARTE NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO PARA CRIANÇAS

A análise dos estudos sobre os efeitos da arte no desenvolvimento cognitivo das crianças revela uma série de benefícios associados à exposição e à prática de atividades artísticas. Destaca Agnolon e Masotti (2016) que a arte engloba diversas formas de expressão, como pintura, desenho, escultura, teatro e dança, e tem sido reconhecida como um poderoso estímulo para o desenvolvimento cognitivo infantil.

Destacam os mesmos autores que um dos principais efeitos observados é o estímulo à criatividade. Através da arte, as crianças são incentivadas a explorar sua imaginação, a pensar de forma não convencional e a buscar soluções originais para os problemas. A arte proporciona um espaço seguro para a expressão individual, onde as crianças podem experimentar diferentes materiais, técnicas e ideias. Esse processo criativo estimula o pensamento divergente, a capacidade de gerar múltiplas respostas e a flexibilidade cognitiva.

Além disso, a arte contribui para o desenvolvimento da percepção visual e espacial das crianças. Freitas (2015), através da observação e da criação de imagens, as crianças aprendem a perceber formas, cores, proporções e relações espaciais. Essas habilidades visuais são fundamentais para o desenvolvimento da coordenação motora fina e da representação simbólica, que são importantes para a escrita e para a resolução de problemas matemáticos.

A arte também promove o desenvolvimento do pensamento crítico e da apreciação estética. Afirma Pinheiro (2016), que ao serem expostas a diferentes formas de arte, as crianças aprendem a analisar, interpretar e avaliar as obras de arte. Elas são incentivadas a

refletir sobre o significado e o contexto das obras, a expressar suas opiniões e a desenvolver um senso crítico. Essa capacidade de apreciar e interpretar a arte não apenas enriquece a experiência estética das crianças, mas também estimula o pensamento reflexivo e analítico.

Apresenta Teixeira (2017) que outro benefício da arte no desenvolvimento cognitivo é o estímulo à memória e à atenção. A prática de atividades artísticas requer que as crianças se lembrem de instruções, de sequências de passos e de detalhes visuais. A criação de obras de arte envolve a concentração e a focalização da atenção em uma tarefa específica. Essas habilidades são transferíveis para outras áreas do aprendizado e são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades cognitivas básicas.

Além dos efeitos diretos no desenvolvimento cognitivo, a arte também desempenha um papel importante no desenvolvimento socioemocional das crianças. Santos (2010), ressalta que através da expressão artística, as crianças podem comunicar emoções, explorar sua identidade e desenvolver habilidades socioemocionais, como empatia, autoexpressão e resolução de conflitos. A arte oferece um meio seguro e criativo para lidar com as emoções e para desenvolver a consciência emocional.

No entanto, é importante ressaltar que os efeitos da arte no desenvolvimento cognitivo podem variar de acordo com fatores como o contexto cultural, o apoio dos adultos e a qualidade das experiências artísticas. Um ambiente rico em estímulos artísticos, com acesso a materiais e recursos adequados, e com o apoio de professores e pais comprometidos, potencializa os efeitos positivos da arte no desenvolvimento cognitivo das crianças.

EFEITOS DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DAS CRIANÇAS

A análise dos estudos sobre os efeitos da música no desenvolvimento cognitivo das crianças revela uma série de benefícios associados à exposição e à prática musical. Apresentam Anjos e Ferraro (2018) e Carvalho (2016), que a música, como forma de expressão cultural e artística, possui características únicas que estimulam diversas áreas do desenvolvimento cognitivo infantil.

Um dos principais efeitos observados é o estímulo à memória. De acordo com Santos (2016), a música envolve padrões rítmicos, melódicos e harmônicos, que são armazenados na memória das crianças. Através da exposição e da prática musical, as crianças desenvolvem a capacidade de lembrar e reproduzir sequências sonoras, melodias e ritmos. Esse estímulo constante à memória contribui para o aprimoramento da memória de curto prazo e da memória de longo prazo, que são fundamentais para o aprendizado e a retenção de informações.

Além disso, a música tem sido associada ao desenvolvimento da linguagem. Estudos têm demonstrado que a prática musical está relacionada a um melhor processamento auditivo, que é essencial para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Através da percepção e da reprodução de sons musicais, as crianças aprimoram suas habilidades auditivas, como a discriminação de sons, a percepção de padrões e a consciência fonológica. Essas habilidades auditivas são transferíveis para a linguagem, facilitando a aquisição e o desenvolvimento da fala, da leitura e da escrita.

Outro efeito importante da música no desenvolvimento cognitivo é o estímulo ao raciocínio lógico e matemático. Carvalho (2016) afirma em suma que a música possui estruturas rítmicas e métricas que requerem a compreensão e a reprodução de sequências temporais e padronizadas. Através da prática musical, as crianças desenvolvem habilidades de contagem, de organização temporal e de reconhecimento de padrões, que são fundamentais para o pensamento matemático. Além disso, a prática de instrumentos musicais estimula a coordenação motora, a destreza manual e a noção espacial, habilidades que também são relevantes para o raciocínio lógico.

Para Agnolon e Masotti (2016), a música também tem efeitos positivos no desenvolvimento socioemocional das crianças. Através da participação em grupos musicais, como bandas ou corais, as crianças aprendem a colaborar, a trabalhar em equipe e a respeitar os outros. A música proporciona um ambiente de cooperação e interação social, onde as crianças podem compartilhar experiências, expressar emoções e desenvolver habilidades de comunicação. Além disso, a música tem o poder de evocar emoções, influenciando o humor e proporcionando uma forma de expressão emocional.

É importante destacar que os efeitos da música no desenvolvimento cognitivo podem variar de acordo com fatores como o tipo de música, a intensidade da exposição, a participação ativa e o apoio dos adultos. Estudos têm demonstrado que a prática musical mais intensa e sistemática está associada a maiores benefícios cognitivos. Além disso, a qualidade da instrução musical e a interação social no contexto musical também desempenham um papel importante no desenvolvimento cognitivo das crianças.

A análise dos estudos revela que a música exerce um impacto significativo no desenvolvimento cognitivo das crianças. A exposição e a prática musical estimulam a memória, o processamento auditivo, o raciocínio lógico, a coordenação motora e o desenvolvimento socioemocional. A incorporação da música nos currículos escolares, assim como a promoção de atividades musicais enriquecedoras dentro e fora da sala de aula, são estratégias fundamentais para potencializar os efeitos benéficos da música no desenvolvimento cognitivo infantil.

A INTEGRAÇÃO ARTE E MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A incorporação da arte e música nos currículos escolares da educação infantil é uma abordagem pedagógica que reconhece a importância do desenvolvimento integral das crianças e promove um ambiente de aprendizado estimulante e enriquecedor. Em Anjos e Ferraro (2018), a integração da arte e música na educação infantil proporciona um espaço para as crianças explorarem sua criatividade e expressão individual. Através da arte e da música, elas são incentivadas a experimentar, descobrir e criar, desenvolvendo habilidades criativas e ampliando sua capacidade de pensar de forma original e inovadora. Essa abordagem favorece a autonomia, a autoconfiança e a autoexpressão das crianças, permitindo que elas se expressem de maneiras diversas e únicas.

Além disso, ressaltam Freitas (2015) e Pinheiro (2021) que a integração da arte e música contribui para o desenvolvimento cognitivo das crianças. A exposição à arte e música estimula habilidades cognitivas como a percepção visual, a memória, a atenção e o

pensamento crítico. Através da observação e análise de obras de arte, as crianças desenvolvem habilidades de observação, interpretação e reflexão. Ao praticar a música, elas aprimoram suas habilidades auditivas, perceptivas e motoras. A arte e música também promovem o desenvolvimento da linguagem, da criatividade e do raciocínio lógico, habilidades essenciais para o sucesso acadêmico e para o aprendizado ao longo da vida.

Outro aspecto relevante a educação infantil, reside na promoção do desenvolvimento socioemocional das crianças. Destaca Carvalho (2016) que através da participação em atividades artísticas e musicais, as crianças têm a oportunidade de expressar e lidar com suas emoções, desenvolvendo habilidades de regulação emocional e empatia. Além disso, a arte e a música proporcionam um ambiente de cooperação, colaboração e interação social, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais e o fortalecimento do senso de comunidade.

A integração da arte e música na educação infantil também enriquece a experiência de aprendizagem das crianças. Ela oferece uma abordagem multidisciplinar e holística, que estimula a conexão entre diferentes áreas do conhecimento e favorece a compreensão integral do mundo. Através da arte e música, as crianças podem explorar conceitos matemáticos, científicos, históricos e culturais de forma concreta e significativa. Essa abordagem interdisciplinar amplia as oportunidades de aprendizado, tornando-o mais diversificado, envolvente e relevante para as crianças. A inclusão da arte e música na educação infantil também tem implicações na promoção da equidade e inclusão. Através da arte e música, as crianças têm a oportunidade de expressar sua identidade, cultura e perspectivas individuais. Isso promove a valorização da diversidade e a construção de ambientes educacionais inclusivos, onde todas as crianças se sentem representadas, respeitadas e incluídas.

No entanto, é importante ressaltar que a integração da arte e música na educação infantil requer um compromisso por parte dos educadores e gestores escolares. Para Santos (2010) é necessário oferecer recursos e materiais adequados, capacitar os professores para a abordagem artística e musical, e promover parcerias com artistas e instituições culturais. Além disso, a integração da arte e música deve ser concebida como uma prática contínua e não como uma atividade isolada, integrando-se de forma orgânica ao currículo e às práticas pedagógicas.

Por fim, a inclusão dessas formas de expressão no currículo escolar promove o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e criativo das crianças. A abordagem artística e musical enriquece a experiência de aprendizagem, promove o desenvolvimento integral das crianças e contribui para a construção de uma sociedade mais criativa, empática e culturalmente diversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da arte no desenvolvimento cognitivo são amplamente reconhecidos. Através da arte, as crianças desenvolvem habilidades criativas, como a criatividade, a imaginação e a capacidade de resolução de problemas. Além disso, a arte estimula a percepção visual, a apreciação estética e o pensamento crítico. A prática de atividades

artísticas proporciona um espaço seguro para a expressão individual e a experimentação, promovendo a autonomia, a autoconfiança e a autoexpressão das crianças.

Da mesma forma, os estudos revisados destacaram os benefícios da música no desenvolvimento cognitivo infantil. A música estimula a memória, a linguagem, o raciocínio lógico e a coordenação motora. A prática musical promove o desenvolvimento auditivo, a contagem, a organização temporal e o reconhecimento de padrões, habilidades que são transferíveis para outras áreas do aprendizado. Além disso, a participação em atividades musicais favorece o desenvolvimento socioemocional das crianças, promovendo a cooperação, a colaboração e a expressão emocional.

A integração da arte e da música na educação infantil revela-se uma abordagem pedagógica valiosa. A inclusão dessas formas de expressão nos currículos escolares promove um ambiente de aprendizado estimulante, diversificado e abrangente. Através da integração da arte e da música, as crianças têm a oportunidade de explorar sua criatividade, desenvolver habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras, e conectar diferentes áreas do conhecimento. Além disso, essa abordagem contribui para a construção de ambientes educacionais inclusivos, valorizando a diversidade cultural e promovendo o respeito mútuo.

No entanto, é importante destacar que a efetividade da integração da arte e da música na educação infantil depende do compromisso dos educadores, dos gestores escolares e da sociedade como um todo. É necessário fornecer recursos e materiais adequados, capacitar os professores para a abordagem artística e musical, e estabelecer parcerias com artistas e instituições culturais. Além disso, a integração da arte e da música deve ser concebida como uma prática contínua e integrada ao currículo, oferecendo oportunidades regulares para a expressão e a vivência artística e musical das crianças.

Em conclusão, a exposição e a prática da arte e da música desempenham um papel crucial no desenvolvimento cognitivo das crianças. Através da arte e da música, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras, expandem sua criatividade e expressão individual, e promovem o desenvolvimento integral de sua identidade. A integração da arte e da música na educação infantil oferece oportunidades enriquecedoras de aprendizado, favorece a inclusão e a diversidade cultural, e contribui para a formação de indivíduos criativos, críticos e socialmente engajados. Portanto, é fundamental que a arte e a música sejam valorizadas e incorporadas de forma significativa nos currículos escolares, garantindo que todas as crianças tenham acesso aos benefícios dessas formas de expressão.

REFERÊNCIAS

- AGNOLON, Rosângela; MASOTTI, Demerval Rogério. A musicalização e o desenvolvimento cognitivo de crianças a partir das inteligências múltiplas. **Revista Tear: Educação, Ciência e Tecnologia**, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1967>>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- ANJOS, Isabelle de Vascelos Corrêa dos ; FERRARO, Alexandre Archanjo . A INFLUÊNCIA DA DANÇA EDUCATIVA NO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 36, n. 3, p. 337–344, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpp/a/rGdVZKZZFR4zQcKg8jpDGLk/?lang=pt&format=html#ModalTutors>>. Acesso em: 8 jul. 2023.
- CARVALHO, João Miguel Pereira Quintas Guedes. **Influência da exposição à música na percepção da dor aguda pós-operatória: um estudo com crianças de 4 e 5 anos**. Dissertação de Mestrado, Ciência Cognitiva, Universidade de Lisboa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/24021>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FREITAS, Aline Mariane de. **A música na educação infantil**. Centro Universitário Unifafibe, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unifafibe.com.br:8080/xmlui/handle/123456789/334>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FREITAS, Ana Cláudia de; Et al. A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11038>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

PINHEIRO, Fernanda Viana; Et al. A CONTRIBUIÇÃO DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 7, p. 1188–1204, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1766>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTOS, Débora Peixoto dos. **A importância da música na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Pedagogia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33014>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTOS, Maria Joana Granate Leite. **A influência da música no desenvolvimento psicomotor**. Dissertação de Mestrado em docência em Educação Pré-Escolar, Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa, 2016. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/19122>>. Acesso em: 8 jul. 2023.

TEIXEIRA, Jéssica dos Santos. **A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO PROCESSO COGNITIVO E EMOCIONAL DA CRIANÇA E SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO**. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://ped.ufv.br/wp-content/uploads/2018/11/Jessica_Santos.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023.

DANIELE MARQUES DOS SANTOS BARRETO - Formada em Letras pela Fundação Santo André, Pedagoga e Pós-Graduada em Ludopedagogia pela Faculdade Campos Salles, FICS. Professora Titular na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO

DENISE TEIXEIRA SANTOS MENEZES

RESUMO

A disciplina de história desempenha um papel fundamental na educação, fornecendo uma compreensão detalhada dos eventos passados e seu impacto no presente. Este artigo científico visa destacar a importância de estudar história na formação dos indivíduos e na construção de uma sociedade informada. Em primeiro lugar, a história nos permite aprender com os erros e sucessos dos antecessores. Ao analisar os eventos passados, somos capazes de identificar padrões, compreender as consequências de ações específicas e, assim, tomar decisões informadas no presente. Ao estudar as causas e consequências de eventos históricos, os alunos são preparados para evitar repetir erros passados, contribuindo para uma sociedade mais justa e equilibrada.

Palavras-chave: Contribuição histórica; Especialista; Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

Além disso, o estudo da história proporciona uma visão abrangente das narrativas humanas. Ele nos ajuda a entender como as civilizações surgiram, se desenvolveram e, em alguns casos, declinaram. Ao compreender as diferentes culturas, religiões e sistemas políticos que moldaram o mundo, os estudantes são capacitados a adotar uma abordagem mais aberta e tolerante em relação às diferenças.

A história também nos oferece uma perspectiva crítica sobre o passado. Ao examinar fontes históricas, como documentos, artefatos e testemunhos, os alunos são incentivados a desenvolver habilidades de análise e interpretação. Eles aprendem a questionar fontes e identificar vieses, desenvolvendo um pensamento crítico que é essencial não apenas para a compreensão histórica, mas também para enfrentar desafios contemporâneos.

Além disso, o estudo da história promove a consciência cívica e o engajamento político. Ao analisar as lutas e os movimentos sociais do passado, os estudantes são incentivados a questionar o status quo, defender seus direitos e trabalhar para promover mudanças positivas em suas comunidades. A história também oferece exemplos inspiradores de líderes e ativistas, que podem servir como modelos a serem seguidos.

Por fim, o estudo da história é essencial para preservar a memória coletiva de uma sociedade. Ao conhecer os eventos e figuras históricas que definiram uma nação, os indivíduos podem desenvolver um senso de identidade e pertencimento. Isso também

permite a preservação de tradições e valores culturais, contribuindo para a continuidade cultural ao longo do tempo.

Em conclusão, a disciplina de história desempenha um papel crucial na educação, fornecendo aos estudantes uma compreensão aprofundada do passado e suas implicações no presente. O estudo da história promove o pensamento crítico, a consciência social e a compreensão intercultural. Além disso, é essencial para a construção de uma sociedade informada e engajada, capaz de aprender com o passado e moldar um futuro melhor.

A história é sobre mudança. É o assunto que mais contribui para a ampliação da imaginação. Um dos propósitos de um estudo da história é ajudar os alunos a transcender sua própria experiência imediata e entender como a humanidade evoluiu e se desenvolveu. É irônico que, quando há constantes comentários da mídia sobre a necessidade de os trabalhadores do futuro serem capazes de se adaptar às mudanças, que o estudo acadêmico das mudanças fornecido pelo currículo de história seja descartado. A história ensina o pensamento crítico, algo que todos precisamos muito hoje.

Ele examina as pessoas em épocas passadas e presentes em diferentes sociedades, observando e explicando suas atitudes, crenças e comportamentos, e interpretando suas reações às várias pressões, condições e eventos que induzem mudanças. Na sua contribuição para com o ensino-aprendizagem de História nos Anos Iniciais, a nova LDB expressa quais conhecimentos considera imprescindíveis e adequados, para os alunos aprendem nas aulas:

[...] Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. §1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. [...] §4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (LDB, nº 9.394/96).

A importância da história no ensino integral do estudante é indiscutível. Por meio do estudo da história, os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre o passado, compreender o presente e se preparar para o futuro. A história é uma disciplina fundamental que ajuda a construir identidades individuais e coletivas, além de desenvolver habilidades críticas de análise, interpretação e argumentação.

Ao estudar história, os alunos têm a oportunidade de conhecer e compreender diferentes sociedades, culturas e civilizações ao longo do tempo. Eles são expostos a diversas experiências humanas, o que permite que eles desenvolvam empatia, tolerância e respeito pelas diferenças. Além disso, o estudo da história permite que os estudantes tenham uma compreensão mais ampla do mundo e de suas complexidades, ajudando-os a se tornarem cidadãos globais informados e engajados.

A história também é crucial para o desenvolvimento do pensamento crítico. Ao estudar eventos e processos históricos, os estudantes são incentivados a examinar evidências, analisar diferentes perspectivas e formar argumentos fundamentados. Eles aprendem a questionar fontes, identificar preconceitos e desafiar narrativas simplistas. Essas habilidades são transferíveis para outras disciplinas acadêmicas e são fundamentais para a vida em sociedade.

Além disso, o estudo da história oferece a oportunidade de refletir sobre a natureza humana e a condição humana. Ao aprender sobre os sucessos e fracassos do passado, os estudantes podem refletir sobre a natureza das ações humanas, as motivações por trás delas e as consequências que podem resultar. Isso os ajuda a se tornarem cidadãos responsáveis, que compreendem o impacto de suas ações e escolhas no mundo.

A história também desempenha um papel importante na formação da identidade pessoal e nacional. Ao estudar o passado de seu próprio país e de outros lugares, os estudantes desenvolvem uma compreensão das raízes e diversidades de suas sociedades. Eles aprendem a valorizar a herança cultural e a reconhecer a importância da preservação do patrimônio histórico.

Além disso, o estudo da história também pode ser uma fonte de inspiração. Ao aprender sobre as realizações de pessoas notáveis do passado, os estudantes são incentivados a buscar seus próprios sonhos e objetivos. Eles aprendem que a mudança é possível e que podem fazer a diferença no mundo.

No entanto, apesar dos muitos benefícios do estudo da história, é importante reconhecer que nem todos os estudantes têm acesso igual a esses conhecimentos. Múltiplas barreiras podem impedir que os alunos obtenham uma educação completa em história, como a falta de recursos, a falta de professores qualificados e a desvalorização da disciplina. Portanto, é fundamental que as instituições educacionais e os formuladores de políticas reconheçam a importância da história e invistam em sua promoção e disseminação.

Em resumo, a história desempenha um papel vital no ensino integral do estudante. Ela oferece a oportunidade de conhecer o passado, entender o presente e moldar o futuro. O estudo da história ajuda a desenvolver habilidades críticas, compreensão do mundo, identidade pessoal e responsabilidade cidadã. Portanto, é fundamental que os estudantes tenham acesso a uma educação completa em história, para que possam se tornar indivíduos informados, engajados e preparados para enfrentar os desafios do século XXI.

A ÁREA DO CONHECIMENTO HISTÓRIA E O SEU PAPEL AMPLO DE ENSINO NA EDUCAÇÃO

A área do conhecimento História desempenha um papel amplo e fundamental no ensino da educação. Por meio do estudo da história, os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre o passado, compreender as raízes das sociedades e culturas e desenvolver uma compreensão mais profunda do mundo em que vivemos.

A história é uma disciplina que abrange uma ampla gama de tópicos, desde eventos históricos importantes até as vidas das pessoas comuns ao longo do tempo. O estudo da história não se limita apenas às datas e fatos, mas também analisa as causas e consequências dos eventos passados. Isso permite aos alunos compreender como esses eventos moldaram

o mundo em que vivemos hoje.

Uma das principais funções da história é ensinar aos alunos a importância do pensamento crítico e da análise. Ao estudar o passado, os alunos são incentivados a analisar fontes primárias e secundárias, interpretar informações históricas e avaliar diferentes pontos de vista. Essas habilidades são essenciais para o desenvolvimento de uma mente crítica e para a formação de cidadãos informados e engajados.

A sociedade atual está cada vez mais inserida aos acontecimentos históricos e por este motivo as escolas e os professores devem inovar e ampliar seus conhecimentos. Segundo Hobsbawm (1998, p. 36):

[...] as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis. É inevitável que nos situamos no continuum de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. [...] Não podemos deixar de aprender com isso, pois é o que a experiência significa (HOBSBAWM, 1998, p. 36).

Além disso, o estudo da história também contribui para o desenvolvimento da consciência histórica e da identidade cultural. Ao aprender sobre as conquistas e os desafios enfrentados por diferentes povos ao longo do tempo, os alunos podem desenvolver uma maior apreciação pela diversidade cultural e pelos direitos humanos. Isso os ajuda a se tornarem cidadãos globais responsáveis, capazes de se envolverem de maneira informada e respeitosa com os problemas do mundo.

A história também oferece uma oportunidade para os alunos aprenderem com os erros do passado e refletirem sobre as implicações para o futuro. Ao estudar eventos como as grandes guerras, as revoluções e as lutas por direitos civis, os alunos podem analisar as causas desses conflitos e refletir sobre maneiras de evitar repeti-los. Isso é essencial para promover a paz, a tolerância e a justiça social em um mundo cada vez mais conectado.

Outro aspecto fundamental do ensino da história é o desenvolvimento do senso de continuidade e mudança ao longo do tempo. Ao estudar as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram ao longo da história, os alunos podem compreender a importância da mudança e da inovação. Isso os ajuda a se adaptarem às rápidas mudanças que ocorrem na sociedade atual e a desenvolverem habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas.

No entanto, é importante destacar que o ensino da história não se limita apenas à sala de aula. O uso de recursos digitais, visitas a museus e a possibilidade de engajar-se em projetos de pesquisa histórica podem enriquecer ainda mais a experiência dos alunos. Essas experiências práticas permitem aos alunos vivenciar a história de maneira mais tangível e envolvente, contribuindo para um aprendizado mais significativo e duradouro.

Em resumo, a área do conhecimento História desempenha um papel amplo e essencial no ensino da educação. Além de fornecer aos alunos uma compreensão mais profunda do passado, ela também desenvolve habilidades de pensamento crítico, consciência histórica e identidade cultural. O estudo da história nos permite aprender com os erros do passado,

refletir sobre implicações futuras e desenvolver um senso de continuidade e mudança. Portanto, o ensino da história é de extrema importância para a formação de cidadãos ativos e informados em nossa sociedade.

O PODER DE ENSINAR DA DISCIPLINA HISTÓRIA

A disciplina de história é uma das mais fascinantes e poderosas áreas de estudo. Ela nos oferece uma visão única do passado, permitindo-nos entender e interpretar os eventos e as pessoas que moldaram o mundo em que vivemos hoje. Como professor de história, tenho o privilégio de ajudar meus alunos a explorar esse vasto campo de conhecimento.

Ao pensar historicamente, o educador foge da simplicidade, da ingenuidade e das explicações mágicas ao interpretar os problemas do cotidiano, buscando aprofundar sua análise, não se satisfazendo com as aparências, buscando a causalidade dos fatos de forma inquieta e intensa (HOBSBAWM, 1998).

Uma das razões pelas quais a história é tão poderosa é porque ela nos conecta com a humanidade e nos ajuda a entender nossa própria identidade como seres humanos. Ao estudar o passado, aprendemos sobre as realizações e os erros de nossos antepassados, o que nos permite refletir sobre quem somos e quem queremos ser.

Além disso, a história nos ensina o valor da empatia. Ao estudar eventos passados, somos confrontados com as experiências dos outros e compreendemos melhor o mundo a partir de diferentes perspectivas. Isso nos torna mais conscientes da diversidade humana e nos ajuda a desenvolver uma atitude mais inclusiva e tolerante em relação aos outros.

A história também nos ensina a importância da análise crítica. Ao examinar fontes históricas, somos desafiados a questionar o que nos foi contado e a considerar diferentes interpretações dos eventos passados. Isso nos ajuda a desenvolver habilidades de pensamento crítico e a evitar a aceitação acrítica de informações.

Além disso, a história é uma disciplina profundamente interdisciplinar. Ela interage com outras áreas de estudo, como a política, a sociologia, a economia e até mesmo a física. Ao estudar história, me esforço para proporcionar aos meus alunos uma perspectiva holística, mostrando como os eventos históricos são influenciados por uma variedade de fatores e como nossa compreensão da história pode ser aprimorada ao considerar múltiplas disciplinas.

Ao atuar como professor de história, meu objetivo principal é proporcionar aos meus alunos uma educação ampla e abrangente. Quero incentivá-los a questionar e a explorar além das narrativas superficiais, ajudando-os a desenvolver uma compreensão profunda e crítica do passado.

Sabe-se que o Brasil é cercado por influências africanas e indígenas, sendo assim, devemos mostrar aos alunos os motivos da nossa miscigenação, trabalhando com conteúdos referentes à História do Brasil. A História é uma disciplina de fundamental importância para a formação e desenvolvimento dos educandos, por meio dela é possível compreender como desenvolveram a cultura, estrutura do ambiente ou localidade, política, economia e demais diferenças sociais da população. Segundo Morin (2001, p. 92):

Na história temos visto com frequência, infelizmente, que o possível se torna impossível e podemos pressentir que as mais ricas possibilidades humanas permanecem ainda impossíveis de se realizar. Mas vimos também que o inesperado se torna possível e se realiza; vimos com frequência que o improvável se realiza mais do que o provável; saibamos, então, esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável (MORIN, 2001, p.92).

Para alcançar esse objetivo, procuro fornecer informações atualizadas e relevantes. Estou constantemente me atualizando sobre as últimas pesquisas e descobertas históricas, garantindo que meus alunos tenham acesso aos conhecimentos mais recentes. Acredito que a história está constantemente evoluindo à medida que novas evidências são descobertas e novas abordagens são desenvolvidas. Portanto, é fundamental que meus alunos tenham acesso a informações atualizadas e sejam incentivados a questionar e a desafiar as interpretações estabelecidas.

Além disso, acredito que o ensino da história deve ser uma experiência interativa e envolvente. Procuro incorporar uma variedade de métodos de ensino, como debates, discussões em grupo, projetos de pesquisa e atividades práticas. Essas abordagens ajudam os alunos a desenvolver habilidades de pensamento crítico e a aplicar seu conhecimento histórico de maneiras práticas e significativas.

Por fim, minha paixão pelo ensino de história vem do meu desejo de ver meus alunos se tornarem cidadãos engajados e informados. Acredito que a história nos ensina a importância da participação ativa na sociedade e nos incentiva a sermos responsáveis por moldar nosso próprio futuro.

Ao atuar como professor de história, estou comprometido em fornecer aos meus alunos uma educação que vá além da sala de aula. Quero equipá-los com as habilidades necessárias para se tornarem líderes críticos e ativos em suas comunidades e no mundo como um todo.

Portanto, se você estiver interessado em aprender mais sobre história, eu ficaria encantado em ser seu professor. Espero poder compartilhar com você fatos e insights fascinantes das ciências básicas e além. Seja questionando as narrativas estabelecidas ou explorando novas perspectivas, estou aqui para ajudá-lo a desenvolver uma compreensão profunda e crítica do passado.

Entretanto, como muitos brasileiros, filhos de fazendeiros foram estudar na Europa e voltaram para o Brasil com mais e melhor conhecimento, iniciaram discussões em torno da educação brasileira. Segundo Barbosa (1990) a Semana de Arte Moderna realizada em 1922, foi um evento importante para mudanças na educação brasileira. Carvalho (2006, p. 6) complementa que:

O contexto histórico deste período dos anos 20/30 foi marcado por uma crise generalizada, e as discussões nacionais sobre a educação se pautaram na escola única diferenciadora, que resolveu ao mesmo tempo dois problemas, primeiro o do ensino democrático e segundo o da seleção por mérito (CARVALHO, 2006, P. 6).

Então, da próxima vez que você me solicitar "fyi", esteja preparado para embarcar em uma jornada emocionante através do tempo e do espaço. Vamos explorar juntos o poder e a importância do estudo da história.

PROCESSO DE INCLUSÃO NA ÁREA DO CONHECIMENTO HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO

O processo de inclusão na área do conhecimento da história é de extrema importância para uma sociedade justa e igualitária. Através da inclusão, buscamos valorizar e respeitar a diversidade cultural, étnica, social e de gênero, promovendo a equidade no acesso e participação de todos os indivíduos na construção do conhecimento histórico.

A inclusão na história envolve diferentes aspectos, desde a seleção de temas e abordagens até a adoção de métodos e técnicas que permitam a representatividade e a diversidade de perspectivas. É fundamental que os estudantes tenham a oportunidade de aprender sobre diferentes culturas, povos e eventos históricos, para que possam compreender a complexidade do passado e sua influência no presente.

Uma das formas de promover a inclusão na história é através da revisão dos currículos escolares. É necessário repensar os conteúdos programáticos, buscando incluir eventos e personalidades históricas que sejam relevantes para diferentes grupos sociais, não apenas para os dominantes. Além disso, é importante oferecer materiais didáticos que contemplem diferentes perspectivas e enfoques históricos, de modo a estimular o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes.

A inclusão também passa pela forma como os conteúdos são apresentados. É importante utilizar recursos multimídia, como vídeos, fotografias e músicas, que possibilitem uma experiência educativa mais dinâmica e próxima da realidade dos estudantes. Além disso, é fundamental incentivar a participação ativa dos alunos nas aulas, promovendo o diálogo e a troca de ideias.

Outro aspecto relevante para a inclusão na história é a formação dos professores. É necessário que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade e compreender a importância da inclusão no processo de ensino-aprendizagem. A formação continuada dos professores, através de cursos, oficinas e debates, é essencial para que eles possam atualizar seus conhecimentos e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas.

O processo de inclusão na história também envolve o reconhecimento e valorização das contribuições de diferentes grupos sociais para a construção do conhecimento histórico. É necessário dar voz às histórias e experiências das minorias, como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, de modo a ampliar o horizonte de saberes e fortalecer a identidade de todos os estudantes.

É importante ressaltar que a inclusão na história não se restringe apenas à sala de aula, mas deve ser uma prática que permeie todas as esferas da sociedade. É necessário promover políticas públicas que garantam o acesso de todos os cidadãos à cultura e ao conhecimento histórico, através de museus, exposições, documentários e outras formas de difusão cultural.

O ensino de História nos primeiros anos do Ensino Fundamental possibilita a construção do saber histórico por meio da relação interativa entre educador e educando,

transformando essa prática em ato político. De acordo com Pereira (2013, p. 13): “O ensino de História nas Séries Iniciais e Educação Infantil devem promover a reflexão e cabe ao professor fazer com que esta reflexão seja efetivada, ainda que de modo tímido”. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – BNCC apud Pereira (2013, p. 02):

Os conteúdos para os primeiros ciclos do Ensino Fundamental deverão partir da história do cotidiano da criança, em seu tempo e espaço específicos. Porém incluindo contextos históricos mais amplos, partindo do tempo presente e denunciando a existência de tempos passados, e modos de vida e costumes diferentes dos que conhecemos, sempre os relacionando ao tempo presente e ao que a criança conhece, para que não fique apenas no abstrato (BNCC apud PEREIRA, 2013, p. 2).

Em suma, o processo de inclusão na área do conhecimento da história é um desafio fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Através da inclusão, buscamos valorizar e respeitar a diversidade, proporcionando a todas as pessoas a oportunidade de aprender, refletir e se reconhecer na construção do conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de história desempenha um papel crucial na educação, pois nos permite compreender o passado e como ele influenciou o presente. Através do estudo da história, podemos aprender com os erros e sucessos das gerações anteriores, desenvolver uma consciência crítica e promover uma sociedade mais informada e consciente.

Além disso, a história nos ajuda a desenvolver habilidades analíticas, de pesquisa e de pensamento crítico. Através do estudo das fontes primárias e secundárias, somos capazes de criar narrativas mais completas e precisas do passado, evitando assim conceitos ou mitos equivocados.

Cada evento histórico tem suas próprias características e lições únicas. Ao estudar história, podemos entender melhor as causas e consequências desses eventos e aprender com eles. Além disso, o estudo da história também nos permite apreciar diferentes culturas, tradições e perspectivas.

Em resumo, a disciplina de história é fundamental para o nosso desenvolvimento como indivíduos e como sociedade. Ela nos permite entender o mundo em que vivemos, construir uma consciência global e desenvolver habilidades essenciais para o pensamento crítico. Portanto, é essencial que a história seja valorizada e ensinada de forma eficaz nas instituições educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel (Org). **Formação reflexiva de professores:** estratégias de supervisão. Portugal: Porto, 1996.
- BENTO, Luiz Carlos. **O saber histórico e o ensino de história:** uma reflexão sobre as possibilidades do ensino escolar da história. Goiânia: UFGO, 2018.
- BITTENCOURT. Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **ESTUDOS AVANÇADOS** 32 (93), 2018.

CARVALHO, Rita de Cássia Gonçalves de. **As Transformações do Ensino no Brasil**: análise das reformas. História, Sociedade e Educação no Brasil, Campinas, 2006, p. 1-27.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

COSTA, Alex Silva. A Importância Do Ensino De História Nas Escolas E Suas Implicações Na Vida Social. **Revista Anagrama**: Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 5 - Edição 2 - Fevereiro de 2012.

FERNANDES, Antonia. Ensino de História e seus conteúdos. **ESTUDOS AVANÇADOS** 32 (93), 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999.

NÓVOA, António. O Passado e o Presente dos Professores. In NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Portugal: Porto, 1995.

PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. (Org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. SP: Cortez, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. RJ: Vozes, 2002.

Denise Teixeira Santos Menezes - Formada no Magistério pelo CEFAM, Guarulhos, SP. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Guarulhos, UNG. Pós Graduada em Psicopedagogia pela Universidade de Guarulhos, UNG. Professora de Educação Básica na Prefeitura de Guarulhos, PMG e Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: A ESCOLA COMO PROMOTORA DA CIDADANIA

ELIANE CRISTINA BULGAN BORGES

RESUMO

Este estudo tem por finalidade despertar, por meio de reflexões, para a importância do trabalho educativo junto às questões sociais que estão presentes no cotidiano das pessoas e não estão dispostos nas áreas do ensino convencional. Estudos revelam que uma das questões sociais que no momento, necessitam de uma atuação mais efetiva é o trânsito, por vitimar inúmeras vidas a cada segundo. Mediante a essa problemática, a educação é considerada fator determinante na construção de uma sociedade crítica, humana e democrática. Este artigo aborda a importância de se educar para o trânsito em conjunto com as instituições escolares favorecendo a educação para o trânsito na vida adulta.

Palavras-chave: Educação cívica; Contexto escolar; Responsabilidade no trânsito; Temas transversais.

INTRODUÇÃO

Esse tema é de suma importância, pois ele trata da educação para o trânsito no sistema educacional brasileiro (SEB). A proposta é direcionar desde a Educação Infantil a criança para os conceitos importantes sobre o trânsito. Isso trará a criança um contato e um “manuseio” com um novo universo, com a cidadania no trânsito, ainda com regras, direito e deveres, que atualmente somente os jovens que completam dezoito anos começam a ter.

Não há políticas públicas voltadas exclusivamente para a educação para o trânsito. A educação para o trânsito está quase sempre vinculada ao planejamento de transporte e de trânsito e representa um papel secundário, quando muito, nessas políticas. A educação para o trânsito deveria assumir um papel central nas políticas públicas e considerarem elementos importantes como a acessibilidade, a mobilidade, as sequelas visíveis e invisíveis dos acidentes de trânsito, os papéis mais vulneráveis são, congestionamentos, poluição ambiental, invasão dos espaços habitacionais e de vivência coletiva por tráfego inadequado. (RODRIGUES, 2011, p2).

Com isso em ação, estaremos dando início a uma mudança comportamental na visão do futuro condutor, desenvolvendo nesse último, um despertar e um amadurecimento, no

que diz respeito ao proceder enquanto condutor, de forma segura e humanitária. No entanto, esse tão esperado resultado virá à tona e mostrará à sociedade seu resultado satisfatório a longo prazo; uma vez que paulatinamente o tema será trabalhado e processado de forma natural no cotidiano e na cultura do estudante.

Em sala de aula, o tema trânsito pode ser trabalhado em todas as disciplinas, tanto como tema principal, como também para ilustrar os demais conteúdos, sem anular a importância do currículo escolar. O objetivo é ampliar o entendimento dos alunos para o exercício da cidadania nas vias públicas e fazer com que eles levem os conhecimentos adquiridos na escola, para dentro de suas casas de forma que esta ação ganhe significado na medida em que a qualidade de suas vidas e da comunidade mude para melhor. (FERREIRE 1993 p. 234).

Consequentemente haverá uma diminuição na mortalidade e dos índices de acidentes no trânsito, onde esses atualmente disparam com seus números alarmantes, como veremos no decorrer desse artigo. Com esse propósito no (SEB), a sociedade num todo, será agraciada, ficando livre de um passado de números trágicos de acidentes fatais de trânsito, onde esses são hoje comparados a índices de mortalidade em guerras civis.

A EDUCAÇÃO COMO ASPECTO NECESSÁRIO PARA A PAZ NO TRÂNSITO

Podemos afirmar seguramente que, a educação surgiu naturalmente com os primeiros seres humanos que habitaram a terra. No período primitivo, através da aquisição diária de experiências, todos lutavam pela sobrevivência e a própria vida, era sua escola, onde conquistavam novos aprendizados e novas descobertas diariamente.

escola é criação social e representa um espaço em que as apropriações comuns de uma sociedade podem ser ordenadas e classificadas de acordo com a utilidade e a significação dos conceitos sociais, desde que essas apropriações tenham relevância para o desenvolvimento da criança, sendo utilizadas como ferramenta da interação da criança com o grupo social. (PAULA E MENDONÇA 2009, p. 80).

Os adultos adequavam as crianças ao seu meio físico-social, onde o homem era o responsável pelo sustento enquanto a mulher ficava em suas grutas, cuidando dos filhos, o chefe de família era o exemplo a ser seguido e fonte de aprendizado para os descendentes. Já no período oriental, salientamos o surgimento da escrita, porém o conhecimento dessas, era para poucos, devido a sua característica esotérica. A educação de civilizações orientais era voltada muita das vezes para o desenvolvimento da religião.

Houve o surgimento do dualismo escolar, a segregação entre filhos do povo elitista e dos filhos dos servos, salientando que os primeiros estudavam em locais apropriados e os demais em casa, usufruindo da educação familiar informal.

Esses aprendizados eram propostos de acordo com os interesses da civilização, aperfeiçoando a cada dia suas crenças e saberes específicos. Na Babilônia, por exemplo, sua atenção maior era com a literatura, matemática, geografia e astronomia, com a finalidade de desenvolverem calendários para uso na colheita.

O Egito desenvolveu sua forma de escrita denominada, hieroglífica. Davam ênfase na leitura de hinos, livros sagrados, ensinava-se a matemática com sistemas de cálculos avançados, geometria, botânica, zoologia, o estudo de minérios e geografia; temas diretamente relacionados ao seu cotidiano e para sua política de governo.

Os hebreus diferentes de outras civilizações se mostravam um povo monoteísta, e com isso seu principal objetivo era difundir sua crença, em um único Deus. Nos seus ensinamentos, enfatizaram a seus descendentes, o aperfeiçoamento da leitura, escritas e a organização cultural e histórica de seu povo. No período grego, havia o objetivo educacional, o desenvolvimento do ser humano, ampliando seu conhecimento cognitivo da personalidade e da cidadania; defendiam ainda a liberdade política e o desenvolvimento intelectual.

A educação grega era focada no indivíduo dentro da sua formação integral. As escolas para elites, a escrita e cálculos eram menos difundidas, destacando-se a formação esportiva. No século V, houve a troca de valores na educação grega, a ideia de formar o cidadão antes que o homem faz com que a formação esportiva desse lugar à formação do intelecto. A essa valorização do intelecto deu-se o nome de Paidéia. Devido a essa mudança, conhecemos hoje a Grécia como o berço das civilizações, onde podemos citar pensadores e representantes imortais da história, que contribuíram para o avanço da educação contemporânea como Platão, Sócrates e Aristóteles.

O período romano, na educação foi voltado exclusivamente para o desenvolvimento do império, uma vez que não existia a democratização. A educação destinava-se à formação moral, enquanto homem diferente dos demais, a formação de romanos soberanos, a preocupação com o físico, educação que foi chamada de formação de guerreiros. Somente com o passar dos anos e de conquistas territoriais que Roma ampliou seus conceitos de educação, espelhando-se na tão comentada e aplaudida educação grega.

O período medieval ficou conhecido na história, como século das trevas ou período das trevas. A igreja era absoluta e soberana, sua doutrina era inquestionável; quem ousasse ir contra ou até mesmo pensar de forma diferente, era capturado e queimado em praça pública, sob acusação de bruxaria ou infidelidade. Sua educação era de total conservadorismo. Quem ensinava era possuidor de poder e quem estava ali, para aprender, tinha que ser submisso ao extremo. Criticava a educação liberal da Grécia e a educação prática de Roma.

A educação no período medieval apenas foi insuficiente, tirando o direito de terceiros, de poder expressar suas próprias ideias religiosas, culturais e políticas.

Então para o festejar de toda a humanidade, veio o período do Renascimento, conhecido como século das luzes. Iniciou-se na Itália, no século XIV, espalhando-se por toda Europa, sob os séculos XV e XVI. Defendia o interesse no modelo de educação grega, principalmente pelas artes. Defendia como principal ideia, que a razão seria a principal forma

de se alcançar o conhecimento e teve como principais pensadores João Amós Comenius e Jean Jackes Rousseau.

As ciências naturais e a exatidão de cálculos eram bem-vistas pelo renascimento, influenciando projetos estético-artísticos dos artistas desse período. Sua educação era voltada para o desenvolvimento artístico do ser humano, como forma de expressão de sua sensibilidade e forma de pensar e ver o mundo. Destacando-se como pintores Leonardo Da Vinci, Sandro Botticelli, Michelangelo Buonarroti, Rafael Sanzio, entre outros tantos.

No período moderno, que surge no século XVII, houve fatores importantes na história da educação. A segregação entre a igreja católica que até então, era soberana e o Estado. A família e a escola se tornaram cada vez mais presentes na formação do indivíduo. Houve uma valorização da infância, etapa tão importante para vários segmentos de desenvolvimento da criança, por parte da família. A escola passa então os conhecimentos, mas sem esquecer-se do comportamento.

Houve ainda um início de reorganização disciplinar da escola, da racionalização e do controle do ensino; no contexto do processo ensino e aprendizagem, que vem se aperfeiçoando a cada dia mais, com o apoio da família, da sociedade e do Estado.

Nesse ano de 2015, podemos citar o adiantamento da estatística, que a Polícia Rodoviária Federal (PRF), constatou no feriado de 7 de setembro; sendo 896 acidentes, resultando em 92 mortes, 1.307 feridos, onde houve ainda 1056 pessoas dirigindo alcoolizadas e dessas 151 foram presas por esse motivo. Ainda radares devidamente aferidos, detectaram 69.548 veículos de uma forma irresponsável, trafegando acima do limite de velocidade estabelecido por placas de regulamentação. (PRF, balanço divulgado no dia 08 de setembro de 2015).

Para tal mudança ser obtida com êxito, são necessários ainda, espaços físicos significativos, aulas com teor multidisciplinar, contando com docentes devidamente preparados, para a integração deste tema; sendo cedidos aos mesmos, por parte de autoridades educacionais, cursos, palestras e outras atividades, para que eles se sintam confiantes ao transmitir seus conhecimentos adquiridos, a seus alunos, de uma forma objetiva, prática e lúdica.

Outro item a ser desenvolvido é aprimorar o trabalho de conscientização nas mídias, deixar de confundir o termo educativo com o termo informativo. Hoje, o que é apresentado à sociedade na maioria das vezes, é a publicidade informativa, que vem solicitando a condutores que não bebam ao dirigir; que não excedam o limite de velocidade; que usem o cinto de segurança, inclusive nos passageiros do banco traseiro; entre outras.

É comum essa prática mesmo por especialistas da área de trânsito como por profissionais da área da publicitária brasileira. Sabemos que, uma ideia informativa tem certo tempo de fixação na memória, por aquele momento é preciso saber da informação, porém depois o armazenamento vai aos poucos perdendo a informação adquirida.

Já um propósito de teor educativo, é assimilado e contemplado pelo cognitivo e uma vez, isso ocorrendo, dificilmente esse aprendizado irá se perder. Por esses motivos que vimos e por outros tantos, é que estamos engajados no tema desse artigo, na tentativa árdua da mudança conceitual e de valorização da vida e do próximo.

É com esse intuito de mudança no comportamento do futuro condutor, onde substituiremos tragédias e negativismo, por educação e postura correta. Que apresentamos assim, a importância desse tema e de suas convicções.

A partir do cenário inicial temos como objetivo nesse artigo situar as instituições escolares como ambientes promotores da educação para o trânsito, onde a criança tenha contado desde muito cedo com informações úteis e educativas para o trânsito, desenvolvendo conceitos positivos e conscientizadores, tanto para a formação cidadã da criança, quanto para influenciar suas famílias.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância da educação para o trânsito nas instituições escolares, a conscientização do que é correto e errado nas convivências no trânsito. Destaca-se a importância de iniciar este trabalho de conscientização com as crianças em idade escolar e não apenas deixar essas orientações para os adultos que pretendem ser habilitados.

Esta formação precoce tende a apresentar uma educação mais eficiente e produtiva para a convivência, consciente e respeitosa no trânsito.

O trabalho está dividido em sete tópicos onde são abordadas as considerações dos autores referentes à educação para o trânsito aplicadas desde as primeiras etapas do ensino, pois assim a criança terá esta base em sua educação, refletindo efetivamente sobre como agir em relação ao trânsito, tendo em vista que todo o cidadão utiliza o trânsito de alguma forma.

Foram utilizadas como base da pesquisa as contribuições de importantes autores, dentre eles, Paula e Mendonça (2009) que trata sobre a escola ser um ambiente promotor de cidadania e por isso deve tratar de temas que fazem parte do cotidiano dos alunos, dentre eles a educação para o trânsito.

Busquets (2001), que traz em sua obra a necessidade que se tem atualmente em buscar a paz no convívio em sociedade, este tema vai de encontro ao discutido nesta pesquisa, pois quando se busca a paz, ele certamente irá refletir nas relações no trânsito.

Vasconcelos (1988), que traz como contribuições as definições do que é o trânsito enquanto ambiente de convívio social, uma vez que todos nós como motoristas ou pedestres convivemos no trânsito.

Para se obter uma diminuição realmente considerável e visível, dos índices de acidentes automobilísticos e ainda simultaneamente conseguir agregar a conscientização dos condutores, em se comportarem com atitudes positivas ao volante, é necessário que, estudante já integrante do ensino fundamental I, comece a ter contato com conteúdo e vivências, voltados para a educação e para a cidadania no trânsito.

Esse artigo defende tal estratégia, uma vez que o aprendizado do tema em questão é altamente significativo, fazendo parte da realidade dos alunos e produz ainda nos discentes, um interesse em fazer parte de uma futura modificação de perfil dos condutores. Ao atentar-

se com maior atenção no tema mencionado, percebemos que estamos dando início, a uma nova geração cultural, visando o respeito e o exercício da cidadania, enquanto condutores e enquanto pedestres.

O trânsito é uma disputa pelo espaço físico, que reflete uma alteração pelo tempo e pelo acesso aos equipamentos urbanos, é uma negociação, dadas às características de nossa sociedade, não se dá entre pessoas iguais: a disputa pelo espaço tem uma base ideológica e política; depende de como as pessoas se veem na sociedade e de seu acesso real ao poder. (VASCONSELOS 1988).

É válido ressaltar que, de forma nenhuma, trata-se de uma utopia, e sim de uma questão de confiabilidade, de engajamento, de coragem e de credibilidade, depositados na união do trânsito com a educação. O resultado será alcançado em longo prazo, paulatinamente as instituições escolares, trará o tema de uma forma homeopática, sólida e objetiva, assim os alunos assimilarão a importância de adquirirem uma postura tenaz e diferente, enquanto usuários das vias públicas.

Porém, só a escola, envolvida nesse propósito, não terá um rendimento satisfatório. É preciso também, contar com o apoio dos pais nessa luta, onde se policiem ao volante quando principalmente estiverem transportando seus filhos. Ainda será de bom grado, que a sociedade em si, incentive essa proposta e a divulgue, através de redes sociais, entre outras formas de estímulo. Lembrando que as portas estariam abertas à iniciativa privada, que tenham interesse em promover a fortificação do tema nas escolas.

O tema proposto então, se dará em salas de aulas, em caráter multidisciplinar, ficando assim, de uma forma mais palpável e próxima do aluno, facilitando a assimilação do aprendizado. Devendo ser ainda significativo ao estudante, trazendo experiências de sua realidade para a sala de aula.

O professor antes de tudo deverá receber treinamento específico e técnico sobre o tema, cedido pelo Estado, para posteriormente após ter domínio e se sentir seguro, deverá o docente efetuar o planejamento da aula sobre o tema, voltado para o lúdico, de acordo com a faixa etária das crianças, simulando situações reais do dia a dia. O propósito é que haja o retorno de valores humanos e cívicos, onde ainda será trabalhada a questão de educação de trânsito no sistema educacional brasileiro, iniciando este no primeiro ano do ensino fundamental, passando pelo ensino médio e estendendo-se ao ensino superior.

A educação no trânsito no ensino fundamental proporcionará um aprendizado significativo, onde a criança terá contato desde seus primeiros aprendizados escolares, havendo assim, uma mudança na conscientização do condutor do amanhã. Será ampliado seu horizonte cognitivo e social, mantendo uma visão de zelo e respeito sobre os pedestres, tratando os mesmos com cordialidade. Podemos citar, por exemplo, uma aula interdisciplinar e ainda significativa, aplicando a geografia e em conjunto a mesma, será embutida o tema mobilidade urbana.

Nos dias de hoje, é muito comum ouvir sobre ciclovias, ciclistas e respeito ou desrespeito ao mesmo. Então primeiramente explica-se o que significa cada um, explicando

ainda que a bicicleta é um meio de locomoção politicamente correto, pelo fato de não poluir o meio ambiente e ainda promove a saúde através do exercício físico. Então, após esse passo, pode-se solicitar aos alunos, que descrevam seus trajetos de casa até a escola, e se perceberam se há ou não, uma ciclovia no trajeto. E se caso não houver, indagar por onde os ciclistas se locomovem. E se é correto ele se arriscar andando de bicicleta meio aos carros.

Podemos constatar que, no exemplo acima, em uma aula de geografia, foram trazidos assuntos cotidianos, como: mobilidade urbana, educação física, meio ambiente e educação cívica. Devemos de forma árdua então, enquanto docentes e parte integrantes de uma sociedade, que vem perdendo uma “batalha” para o trânsito, implantar a importância do saber e de fazer exercer, direitos e deveres de condutores e pedestres.

No espaço escolar, é possível demonstrar aos alunos na prática, como eles se comportam enquanto pedestres; no pátio da escola, geralmente no recreio, correm, se empurram, caminham desatentos, devendo o professor alertar, mostrando que esses comportamentos, podem acarretar acidentes que nos quais, podem se machucar. Com essa observação, o professor faz uma comparação, como se estivessem nas ruas e calçadas, mostrando o risco que estariam correndo se agissem da mesma forma que no pátio da escola. Daí a necessidade de explicar formas corretas de postura, enquanto pedestres. São várias as várias formas de aprendizado nesse contexto. Antes de formar o condutor, deve-se formar o pedestre.

Só podemos olhar o outro e sua história, se temos conosco uma abertura de aprendiz que se observa em sua própria história. Nesse sentido, a ação de olhar é um ato de estudar a si próprio, a realidade, o grupo, à luz que nos inspira, pois sempre só vejo o que sei. (PIAGET apud ARANHA, 1996).

Na vida educacional de um cidadão, a escola ocupa um lugar de destaque e de importância. Ela tem em suas mãos, o poder de atuação na formação moral e social do ser humano, sendo por modos cooperativistas e de socialização, os quais remetem a um futuro com maior esperança na edificação de um trânsito mais educado e humano.

Diante desses fatos, certamente, quanto mais cedo à criança manter contato com regras e ao universo do trânsito, mais fácil será a assimilação e aceitação se habituando de uma forma construtiva e positiva. Defendemos que é inquestionável a ideia que, o trânsito em sua mobilidade urbana, é seguramente uma forma direta de socialização.

As crianças fazem parte de um dos grupos de risco, talvez o mais importante, pois estão mais vulneráveis e propensas às ocorrências de acidentes. Elas querem afirmar sua independência, o que é natural do desenvolvimento humano. No entanto, pouquíssimas crianças podem lidar seguramente com o trânsito.

Conforme ROZESTRATEN, (1988) estas crianças, que estão no trânsito, acabam sendo um risco, pois: As crianças não reagem como um adulto:

- Não enxergam e não percebem como os adultos quanto à maneira como um carro se aproxima;
- Confundem o “ver” com o “ser visto”;

-
- Tem um campo visual mais estreito;
 - Tem baixa estatura;
 - Confundem tamanhos com distâncias;
 - Têm dificuldade para distinguir sons, principalmente se misturada;
 - São distraídas;
 - Só ouve o que lhe interessa;
 - Não compreendem a relação entre causa e efeito;
 - Não avaliam distância, tempo e velocidade.

No ensino médio, a atuação do tema trânsito, é feita de forma também significativa e inserida em disciplinas da grade curricular. Nessa faixa etária, aproximando-se os jovens, de completar idade suficiente para aquisição da carteira nacional de habilitação (CNH), há na maioria das vezes, uma ansiedade natural por esse fato. É por essa razão o tema torna-se de interesse do estudante do ensino médio.

Usando uma linguagem cativante, palestras, círculos de debates em grupos; para haver entre eles trocam de experiências, vídeos educativos que tratem da postura do condutor e do pedestre, são estratégias de ensino que se proporcionam a atenção e o interesse do aluno.

Ainda mencionando o ensino médio, objetiva-se a aproximação do aluno com relação a seu meio, desenvolvendo seu senso crítico, sua participação social cívica, ainda mostrar que, disciplinas de salas de aula, podem ser interligadas ao trânsito e postas ainda em prática, por meio de ações sociais de conscientização, sendo para o jovem, um despertar em positividade e conquistas.

Para potencializar o sucesso dessa conscientização dos jovens, é necessária e esperada a participação da sociedade, dos meios de comunicação, lembrando que esses, não confundam publicidade informativa com educativa, como infelizmente está acontecendo. Buscando obter condutores mais centrados na responsabilidade da conduta correta e ser o jovem, ciente que o homem, deve ser transformador positivo do seu meio, buscando o amadurecimento de sua percepção de mundo e de cidadão, tendo seu professor como mediador dessa tão esperada mudança. Adiante, apresentaremos pontos de vistas e posicionamentos, sobre o tema aqui trazido, de profissionais das áreas de trânsito e da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos e entendemos que a educação possuiu, possui e sempre possuirá sua importância na vida do ser humano. Quanto mais cedo for a pessoa exposta aos ensinamentos, sejam eles naturais ou por intermédio de pais e professores, conseqüentemente, maior será sua visão de mundo, construirá suas ideias voltadas à descoberta do novo e ainda, maior será sua assimilação da vida e do meio acadêmico que irá trilhar.

Atentemo-nos para o seguinte fato comprovado por grandes estudiosos da história: Essa mesma criança perceberá no decorrer do seu crescimento, no seu cotidiano, que estará exposta a bons e a maus exemplos; ou seja, a criança vai ter a percepção que pessoas do seu

meio social servirão de atos de ensinamentos e ela por sua vez, irá captá-los naturalmente como forma de aprendizado e conseqüentemente repetirá seu aprendizado, sendo ele produtivo ou não.

Contextualizando com a mobilidade urbana, a percepção acima é também totalmente cabível. Crianças que presenciam diariamente maus condutores sejam seus pais ou terceiros, realizando visivelmente uma péssima conduta ao volante e ainda muitas vezes se glorificando verbalmente pelo ato, acaba servindo como exemplo para aquela criança que está transportando e essa, por sua vez, ao decorrer dos anos de sua vida, chegando à maioridade, irá conseqüentemente trazer como bagagem cognitiva a imagem e a lembrança dos pais ao volante; todos os vícios e desrespeito às normas de trânsito e aos pedestres e fatalmente colocará seu aprendizado em prática. Infelizmente perpetuando a triste e cruel realidade do trânsito brasileiro.

Porém, por outro lado, se a criança ao iniciar seus estudos já nos primeiros anos do ensino fundamental e tiver acesso ao universo da mobilidade urbana e da cidadania, sendo de um modo geral, transmitidos de uma forma muito bem planejada e elaborada, de acordo com a faixa etária, levando em consideração sua bagagem cognitiva, sendo um aprendizado lúdico e ainda significativo, essa criança crescerá e passará por sua vida escolar ouvindo, falando, aprendendo, opinando e transmitindo (inclusive para seus pais) sobre o que aprendeu na escola o modo correto de se comportar ao volante, como se comportar quanto pedestre e acima de tudo, aprender a viver como um cidadão respeitoso, humano, leal às regras e ainda crítico.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- DETRAN. **Educação para o Trânsito na Escola**: caminhos possíveis. Disponível em: <http://www.vivamais.rs.gov.br/upload/artigo>. Acesso em: 20/08/2023.
- FERREIRE, Nilda Tevês. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- PAULA, Ercila Maria Angeli Teixeira de; MENDONÇA, Fernando Wolff. **Psicologia do desenvolvimento**. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009.
- RODRIGUES, José Nivaldino. **SOS, Estradas**. Disponível em: <www.estradas.com.br/sosestradas/articulas/nivaldino/educacao_para_transito.asp> Acesso em: 25/08/2023
- VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. **Transporte Urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Anhamblume, 2001.
- VASCONCELLOS, Eduardo A. **O que é Trânsito**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção primeiros passos; 162).

Eliane Cristina Bulgan Borges - Graduada em Pedagogia pela Faculdade Aldeia de Carapicuíba, FALC em 2013. Pós graduada em Contos de Fadas pela Faculdade Itaquá em 2018.
Professora de Educação Infantil na Prefeitura de São Paulo, PMSP.



AS ARTES VISUAIS E SUAS INTERVENÇÕES NO COTIDIANO INFANTIL

GIRLENE NASCIMENTO DA SILVA MANTOVANI

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo conhecer sobre as intervenções das Artes Visuais no cotidiano infantil, pois elas desempenham um papel fundamental na infância, proporcionando uma série de benefícios para o desenvolvimento das crianças. Desde os primeiros anos de vida, as artes visuais estão presentes em diferentes formas, como desenhos, pinturas, esculturas e fotografia, despertando a criatividade, a expressão individual e a imaginação das crianças. Ao interagir com as artes visuais, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes materiais, cores e texturas, estimulando seus sentidos e habilidades motoras. Por meio do desenho, por exemplo, elas aprendem a controlar os movimentos das mãos e a representar o mundo ao seu redor de forma visual. A metodologia apresentada nesse trabalho é baseada em pesquisa bibliográfica, com autores que corroboram com o tema em questão. Justifica-se o tema porque percebe-se que as artes visuais proporcionam um espaço seguro para que as crianças possam expressar suas emoções e vivências. Elas podem criar obras que reflitam suas alegrias, tristezas, medos e sonhos, promovendo o autoconhecimento e a capacidade de lidar com suas emoções.

Palavras-chave: Benefícios; Desenvolvimento; Imaginação.

INTRODUÇÃO

No contexto da primeira infância, é crucial que os educadores reconheçam que o ensino das artes é um espaço propício para a expressão criativa, onde as crianças podem explorar sua identidade e compreensão do mundo, enquanto continuam a se desenvolver de maneira abrangente.

A educação artística deve, em última instância, fomentar o crescimento e o desenvolvimento integral de bebês e crianças pequenas, encorajando-as a aprender e apreciar a estética em um ambiente artístico lúdico, com apoio orientado, se necessário. Isso deve ser feito por meio de atividades culturalmente adequadas, que despertem e mantenham o interesse das crianças.

Essencialmente, a educação artística deve ser uma disciplina estimulante, relaxante e agradável, proporcionando um espaço onde as crianças possam desenvolver, aprender e expandir seu potencial artístico.

A educação artística oferece a bebês e crianças pequenas oportunidades artísticas que estimulam sua aprendizagem, ao mesmo tempo em que contribuem para seu desenvolvimento integral. As artes desempenham um papel fundamental nos primeiros anos, apoiando o desenvolvimento da criança em várias dimensões, promovendo suas habilidades cognitivas, sociais, de resolução de problemas, pessoais, físicas, verbais e emocionais.

Portanto, a educação e as atividades artísticas devem trazer benefícios para bebês e crianças pequenas de diversas maneiras, influenciando e impulsionando seu desenvolvimento cognitivo, físico, social e emocional simultaneamente.

O desenho, a pintura e a colagem das crianças são marcas que elas deixam a partir de sua relação com o mundo, em diálogo permanente com seu imaginário. São marcas pessoais. Portanto, é muito importante percebermos que cada criança tem um jeito próprio de se expressar: traços com mais vigor ou mais leves, ocupando o espaço todo ou apenas um cantinho, usando muitas cores ou escolhendo apenas uma etc. Nós professores (as), que lidamos dia-a-dia (sic) com meninos e meninas e suas produções culturais, seremos capazes de reconhecer a produção de cada criança mesmo que não tenha nome escrito se possibilitarmos que os pequenos se expressem com autoria. (BRASIL, 2006, p.48)

Durante a fase inicial da vida, os bebês estão constantemente progredindo e aprimorando suas habilidades, formando concepções sobre o funcionamento das coisas. As crianças também estão experimentando um rápido desenvolvimento em suas capacidades físicas, sociais, cognitivas e linguísticas. Engajar-se em atividades apropriadas ao estágio de desenvolvimento contribuirá para o aprimoramento de suas habilidades abrangentes, o que será benéfico em sua jornada educacional posterior.

Além disso, as crianças estão ganhando confiança por meio de suas experiências cotidianas, como a comunicação verbal, adquirindo novas habilidades para desenvolver conhecimento, simbolismo e representação. É essencial oferecer-lhes oportunidades artísticas que promovam avanços e, conseqüentemente, beneficiem seu desenvolvimento integral e suas habilidades de aprendizagem. Portanto, ao ensinar educação artística, é imprescindível ter conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, para que os educadores estejam cientes de como incentivar o progresso holístico das crianças.

No campo das artes visuais, bebês e crianças pequenas estão aprimorando suas habilidades motoras finas, juntamente com o pensamento cognitivo e a expressão. Para bebês e crianças pequenas, suas marcas (riscos) têm significado, pois estabelecem conexões cognitivas entre essas marcas e objetos familiares.

O desenvolvimento da linguagem também pode ser explorado e estimulado por meio da participação em atividades artísticas visuais, com os professores envolvendo individualmente cada criança, encorajando o uso e a exploração de um novo vocabulário relacionado à arte em discussão, fornecendo-lhes uma forma significativa de utilizar a linguagem.

A educação artística desempenha um papel cada vez mais importante na primeira infância. Seu objetivo não é apenas incentivar o desenvolvimento, mas também proporcionar oportunidades adequadas e apropriadas ao desenvolvimento, que continuarão a impulsionar o progresso e a aprendizagem integral da criança. Baseado no conceito de jogo artístico, é fundamental permitir que bebês, crianças pequenas e crianças em idade pré-escolar tenham a liberdade e alegria ilimitadas de experimentar e explorar as artes.

Algumas crianças serão mais hábeis com canetas, outras com tintas, e outras terão mais facilidade, usando argila do que arame. Algumas preferirão materiais como as tintas, a meios mais controlados e precisos como as canetas. Ao expor as crianças a diferentes meios e ao se tornarem sensível aos aspectos que distinguem os trabalhos artísticos de seus alunos, o professor terá um quadro mais completo de cada criança. (KRECHEVSKY, 2001, p.146)

É crucial conceder às crianças a liberdade de explorar, descobrir, imaginar e experimentar de maneira autônoma enquanto se envolvem nas artes. Além disso, elas estão desenvolvendo consciente ou inconscientemente seus pensamentos e sentimentos cognitivos, sociais e emocionais por meio de suas experiências artísticas.

Quando participam de atividades artísticas, bebês e crianças devem ter a oportunidade de explorar e descobrir materiais e recursos de forma livre, incentivando sua motivação para criar usando sua imaginação e ideias. Isso lhes permite expressar suas emoções em relação ao mundo, estimulando seu desenvolvimento integral e aprendizado artístico. Quando crianças pequenas têm acesso a oportunidades artísticas que permitem liberdade, experimentação e exploração em um ambiente livre de julgamentos, elas não se sentem entediadas, estressadas ou passivas, pois o ambiente é descontraído e propício à criatividade e à liberdade de expressão, assim como acontece durante o brincar livre.

O PAPEL DAS EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS NO MUNDO INFANTIL

As experiências artísticas desempenham um papel essencial no desenvolvimento da criança, uma vez que o pensamento artístico é uma forma única de compreender a realidade. Assim como as crianças constroem seu conhecimento por meio do jogo, suas aprendizagens e atividades artísticas precisam fazer sentido para elas, integrando-se às suas próprias experiências. A educação artística deve promover a participação por meio de oportunidades culturalmente adequadas, ampliando ainda mais o desenvolvimento integral e o aprendizado artístico.

A cultura exerce influência sobre os pensamentos e comportamentos, não apenas em termos de diversidade étnica ou racial, mas também em outras dimensões, como religião, localização geográfica e status socioeconômico. Ao ensinar artes, os educadores devem estar atentos às diferentes associações culturais que cada criança possui, para que possam se beneficiar das oportunidades artísticas

A apropriação artístico-cultural das crianças tem o tempo e ritmo próprios; ocorre na medida em que estabelecem um diálogo direto com diferentes obras, acionando seus acervos, afetividade e

cognição, possibilitando múltiplos olhares e sentidos. E será tão mais intensa quanto mais exercemos o papel de instigar sua curiosidade e provocar novas indagações. (BRASIL, 2006, p.26).

A fase da infância pode ser compreendida como uma "construção social dentro de um contexto histórico-cultural". Portanto, é importante reconhecer o contexto em que uma criança está inserida, uma vez que a aprendizagem ocorre por meio de influências sociais, culturais e históricas. Bebês e crianças pequenas necessitam e encontram segurança em ambientes familiares, portanto, atividades artísticas que estejam enraizadas em suas experiências culturais despertarão seu interesse, beneficiando assim seu aprendizado no campo das artes.

No que diz respeito à diversidade étnica, é igualmente relevante considerar a cultura local. Os educadores podem proporcionar oportunidades para que as crianças vejam e vivenciem objetos e artefatos valorizados pelas culturas presentes na comunidade, permitindo-lhes familiarizar-se com esses elementos. A arte visual é uma forma pela qual as crianças se conectam, identificam-se e constroem suas identidades culturais por meio de atividades e aprendizagens que se relacionam com seus interesses e experiências, estimulando ainda mais seu desenvolvimento e participação nas artes. Ao reconhecer os conhecimentos prévios de cada indivíduo, é possível influenciar e promover o desenvolvimento artístico e a aprendizagem. Ao ensinar educação artística, é fundamental representar adequadamente as identidades culturais das crianças nas oportunidades artísticas oferecidas.

Promover a apreciação estética nas artes é essencial para fomentar o desenvolvimento integral e a aprendizagem no campo artístico. As crianças devem ser capazes de reconhecer aquilo que consideram esteticamente agradável (seja visualmente, auditivamente ou em termos de movimento), a fim de apreciar e manter o interesse, o que também as motivará a buscar resultados ainda mais expressivos em sua própria jornada artística.

Os educadores devem corresponder às expectativas de todos aqueles que precisam aumentar sua competência em termos de alfabetismo visual. Eles próprios precisam compreender que a expressão visual não é nem um passatempo, nem uma forma esotérica e mística de magia. Haveria então, uma excelente oportunidade de introduzir um programa de estudos que considerasse instruídas as pessoas que não apenas dominassem a linguagem verbal, mas também a linguagem visual. (DONDIS, 1997, p.230)

O estímulo à apreciação estética é fundamental na educação artística, pois contribui para o desenvolvimento integral da criança e sua aprendizagem nas artes, ao nutrir suas próprias noções de beleza. Além disso, ao instruir e cultivar a apreciação estética, promove-se o orgulho individual e a satisfação na expressão artística pessoal, atendendo aos padrões estéticos da criança.

No contexto das artes visuais, bebês e crianças pequenas que criam algo significativo e esteticamente agradável tendem a valorizar suas criações e desejam mantê-las, muitas vezes com o propósito de mostrá-las aos pais. Nesse sentido, os educadores desempenham um papel importante ao direcionar as oportunidades artísticas, buscando despertar ainda

mais a apreciação estética das crianças. Isso pode ser feito através de iniciativas como visitas a museus para observar obras de arte, descoberta de peças musicais agradáveis ou até mesmo assistir a apresentações teatrais adequadas à faixa etária.

A observação desempenha um papel significativo no desenvolvimento da apreciação artística nas crianças. Ao refletirem sobre o que consideram esteticamente agradável, essas reflexões podem influenciar positivamente sua própria jornada artística, servindo como fonte de inspiração. Ao apoiar o desenvolvimento da apreciação estética e a abertura a novas ideias, bebês e crianças pequenas se beneficiam ao discutir seus pensamentos e refletir criticamente sobre suas observações. Isso permite que eles usem essas experiências artísticas como base para seu trabalho atual e futuro, promovendo assim seu desenvolvimento integral e aprendizagem nas artes.

Assim como o jogo livre, as crianças devem ter liberdade para explorar e experimentar diferentes formas de expressão artística, como dança, música, teatro e artes visuais. Considerando que bebês, crianças pequenas e crianças em diferentes estágios de desenvolvimento, as artes oferecem a cada fase a oportunidade de promover seu crescimento integral e aprendizado artístico, ao mesmo tempo em que incentivam sua individualidade. A educação artística deve promover o desenvolvimento holístico em um ambiente que valorize a diversidade cultural e seja propício à exploração. Quando necessário, é importante oferecer suporte orientado, ao mesmo tempo em que se descobre e incentiva o que cada criança considera esteticamente agradável. A participação nas artes desempenha um papel fundamental na forma como as crianças compreendem seu ambiente, o mundo ao seu redor e, em última análise, a si mesmas.

A educação estética e artística continua a ser um componente essencial e inseparável dos sistemas educacionais, especialmente na educação pré-escolar. Isso se deve ao fato de que essa esfera educacional é fundamental para o processo de formação integral das crianças na primeira infância. Desde o nascimento, suas experiências estão intrinsecamente ligadas às expressões artísticas, as quais desempenham um papel significativo no estímulo ao seu desenvolvimento humano.

Nas situações de produção, a dimensão expressiva de aproximação da Arte emerge num processo criativo que é pessoal e, ao mesmo tempo, cultivado. Pessoal, porque o aluno está diante do desafio de dar forma a seus pensamentos, sentimentos e desejos; cultivado porque este processo está sempre sendo enriquecido pelas informações culturais (contextualização da Arte) e pela leitura de obras. O fazer propicia a descoberta de possibilidades e limitações em relação ao repertório, aos materiais, e aos instrumentos da linguagem, objetos da representação, ao mesmo tempo em que articula as referências que se tem de leitura e contextualização na construção de formas com maior força expressiva. (PONTES, 2001, p.44)

Ao ponderar sobre os atributos da arte como manifestação da realidade social, é possível considerar que, como em qualquer domínio, suas concepções são o resultado do desenvolvimento contínuo e progressivo de um sistema no qual ela é moldada e

condicionada. Isso destaca sua importância como uma forma de consciência social presente nos processos educacionais, que não escapa às reconstruções culturais feitas pelas pessoas em seu tempo, as quais têm, essencialmente, uma expressão estética.

A expressão estética está presente e demonstra a assimilação e transformação humana, onde as dimensões emocional e espiritual geram um comportamento criativo em suas diversas interações com a realidade, envolvendo a natureza, a sociedade e o pensamento em três grandes esferas: conhecimento, atividade e educação. Educar meninas e meninos em idade pré-escolar sob uma perspectiva estética e artística implica um desenvolvimento psicológico e físico que se coloca como uma condição relevante para sua personalidade futura.

Os modelos pedagógicos da educação infantil reconhecem a atividade estética e artística como um elemento indispensável na formação de meninas e meninos, desde os tempos de Fröebel, uma pedagoga alemã precursora da educação infantil em 1837. Esse reconhecimento tem sido reforçado ao longo do tempo por pesquisas neuropsicológicas e educacionais que demonstram que a educação artística estimula o pensamento, a produtividade e a criatividade das pessoas quando cultivada desde a infância. Além disso, as atividades e expressões artísticas estão intimamente ligadas à socialização de meninas e meninos, favorecendo a formação de vínculos afetivos.

A educação inicial e pré-escolar constitui a primeira fase adequada de desenvolvimento para promover diversas competências, e os conteúdos artísticos não devem ser apenas um complemento, mas sim um elemento essencial na formação dos futuros cidadãos.

Na primeira etapa da vida, meninas e meninos exploram o mundo ao seu redor, compreendendo seus ambientes físicos e sociais de maneira geral, por meio de uma percepção sensorial múltipla, que é fortemente estimulada quando recursos artísticos são incorporados ao processo de aprendizagem, por meio de brincadeiras e liberdade de expressão.

A prática e o desfrute da arte proporcionam condições que ativam as esferas cognitivas, afetivas e comportamentais do ser humano desde tenra idade. Percepção, memória, emoções e motivações são processos essenciais no desenvolvimento de meninas e meninos, nos quais a experiência artística desempenha um papel significativo, proporcionando impressões duradouras e valiosas na formação de sua personalidade.

Fazer arte reúne processos complexos em que a criança sintetiza diversos elementos de sua experiência. No processo de selecionar, interpretar e reformar, mostra como pensa, como sente e como vê. A criança representa na criação artística o que lhe interessa e o que ela domina, de acordo com seus estágios evolutivos. Uma obra de arte não é a representação de uma coisa, mas a representação da relação do artista com aquela coisa. [...] Quanto mais se avança na arte, mais se conhece e demonstra autoconfiança, independência, comunicação e adaptação social. (ALBINATI, 2008, p. 4).

A partir da idade pré-escolar, a percepção é influenciada por estímulos artísticos, como sons, formas, cores, texturas, gestos e movimentos. Esses estímulos desempenham um papel motivador tanto no momento de brincadeiras quanto em outras atividades de aprendizagem.

Eles permitem que as crianças despertem e expressem suas percepções, ideias e sentimentos que surgem durante seu desenvolvimento, contribuindo para a formação de experiências estéticas e para o desenvolvimento de sua capacidade criativa.

A associação e representação dos estímulos proporcionados pelas expressões artísticas estimulam o interesse, a imaginação e a criatividade. A prática expressiva da arte e da expressão corporal também promove o desenvolvimento das habilidades psicomotoras, tanto finas quanto grossas, em meninas e meninos. O movimento, a direção e o uso do espaço auxiliam na satisfação das necessidades de mobilidade corporal das crianças. Além disso, os recursos visuais, como cor, forma, linhas, texturas e relações entre figura e fundo, enriquecem a percepção e a representação gráfica ou pictórica daquilo que é apreendido, permitindo que seu mundo interior emerja.

A música, por sua vez, é uma manifestação artística que exerce uma grande influência no desenvolvimento infantil. Desde o nascimento, as canções de ninar e as melodias maternas têm base na harmonia e na melodia sonora, estimulando reações emocionais e reconhecimentos que deixam marcas na atenção e na memória das crianças.

Um dos jogos favoritos de meninas e meninos em todo o mundo são as rodas, círculos ou danças circulares, que têm origem nas civilizações humanas. Desde os primórdios das religiões, as danças de roda têm sido praticadas, como evidenciado por desenhos da Idade da Pedra e rituais mágicos em todos os continentes. Algumas etnias preservam essas tradições ancestrais até hoje. Essa é uma condição social e histórica que favorece um trabalho pedagógico baseado na diversidade cultural, desde os primeiros anos de vida.

Em resumo, as artes visuais, em particular, trazem benefícios significativos para a educação escolar. Desde tenra idade, a pintura, o desenho e a modelagem permitem que as crianças se apropriem do conhecimento de forma consciente, tornando-as mais conscientes dos processos que utilizam para criar. Por meio dessas atividades, as crianças integram rapidamente o que aprenderam em sala de aula, utilizando seus sentidos. Esse estímulo continua de forma cada vez mais fluida e avançada à medida que elas crescem, como afirmado por Balestreri:

Criar e perceber formas visuais implica trabalhar frequentemente com as relações entre os elementos que as compõem, tais como ponto, linha, plano, cor, luz, movimento e ritmo. As articulações desses elementos nas imagens dão origem à configuração de códigos que se transformam ao longo dos tempos. Tais normas de formação das imagens podem ser assimiladas pelos alunos como conhecimento e aplicação prática recriadora e atualizada em seus trabalhos, conforme seus projetos demandem e sua sensibilidade e condições de concretizá-los permitam. (2005, p.21)

Ao traçar, por exemplo, é essencial observar minuciosamente o entorno para tentar capturar o que for encontrado. As expressões visuais estimulam o olhar atento ao nosso meio ambiente para apreender diferentes tipos de ocorrências. Outra situação também se dá na fotografia, que auxilia os jovens a estarem mais vigilantes ao que está ocorrendo e a tentar registrar com precisão o que se passa. Graças às manifestações visuais, particularidades do dia a dia que passavam despercebidas passam a ser o foco principal.

O encorajamento e o desenvolvimento de um talento específico fomentam segurança e autoestima nas crianças. Ser capaz de colorir dentro dos limites ou ilustrar uma figura gera nas crianças um sentimento positivo de realização por atos que aparentam ser insignificantes, mas que verdadeiramente constroem confiança e as impulsionam adiante. Além disso, posteriormente, atividades artísticas coletivas, como exposições, fortalecem a segurança e a autonomia dos jovens envolvidos. As manifestações visuais são um meio de gerar atenção positiva para os estudantes.

A arte em geral funciona como um canal de expressão. As formas visuais são um poderoso catalisador de emoções, sentimentos e ideias que desencadeiam uma catarse em crianças e jovens. É também uma maneira de organizar seus pensamentos e transmitir uma mensagem sobre sua realidade aos outros. A arte é, em última análise, um mecanismo criativo e saudável para expressar o que se sente e tornar diferentes perspectivas conhecidas de forma agradável e harmoniosa. Da mesma forma, observar e estar em contato com a arte amplia a diversidade de pontos de vista e gera cidadãos mais abertos e tolerantes às diversas formas de vida.

A implementação das expressões visuais na educação escolar pode auxiliar os alunos a desenvolverem sua criatividade e personalidade. As artes cênicas infantis as ajudam a pensar de forma criativa, aprimorando suas habilidades mentais e imaginativas. Escolas que incorporam as expressões visuais na educação desenvolvem as habilidades e personalidade dos alunos.

As manifestações visuais são amplamente apreciadas por meio de quadros, esculturas, curtas-metragens e documentários. Para aprender as expressões visuais, são necessários anos de prática consistente para que se possa expressar a imaginação e criatividade de forma concisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os benefícios da arte para crianças são numerosos e incluem habilidades de solução de problemas, criatividade, alfabetização, habilidades motoras finas e grossas, conexão e compreensão. A arte está intrinsecamente ligada à criatividade, um atributo cada vez mais destacado como um dos fatores mais importantes para o sucesso de indivíduos, organizações e culturas. A verdade é que a arte é vital, embora seja algo intangível, e se as crianças se envolvem em atividades artísticas práticas, elas aprendem de forma muito mais eficaz em todas as disciplinas. Criatividade é a habilidade de pensar de maneira original, de conectar duas ideias não relacionadas de uma forma nova. Soluções para grandes problemas e avanços de todos os tipos estão ligados à criatividade. A capacidade de ser criativo é vital para o sucesso de nossos filhos e o bem-estar de nosso mundo. Agora, mais do que nunca, enfrentamos desafios incríveis, como discórdia racial, conflitos armados, mudança climática e extinção em massa. Indivíduos, organizações e governos buscam soluções inovadoras diariamente. Conclui-se, portanto, que a presença da arte no cotidiano é fundamental para o desenvolvimento prazeroso e significativo das crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINATTI, Maria Eugênia Castelo Branco. **Artes visuais**. Artes II. Belo Horizonte. 2008.

BALESTRERI, Laudete Vani. **Laboratório de Artes Visuais**. Caderno Didático. Universidade Federal de Santa Maria. Gráfica Universitária. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. **Coleção Proinfantil**: módulo IV: unidade 5. Brasília, DF, 2006. v.2. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012797.pdf>>. Acesso em: 03 agos.2023.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KRECHEVSKY, M. **Avaliação na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PONTES, Gilvânia Maurício Dias de. **A Presença da Arte na Educação Infantil**: olhares e intenções. Natal: UFRN, 2001.

Girlene Nascimento da Silva Mantovani - Licenciada em Matemática, pela Fundação Santo André em 1998. Segunda graduação em Pedagogia, pela UNIB Anjo, Universidade Bandeirantes e Artes Visuais pela FACULDADE Monzarteum de São PAULO, FAMOSP em 2019.



ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA E O USO DA TECNOLOGIA NESTE PROCESSO

JOSENEIDE DOS SANTOS GOMES

RESUMO

O tema abordado por esta pesquisa centra-se no Transtorno do Espectro do Autismo ou TEA e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) neste transtorno. Primeiramente, faremos uma breve introdução sobre o assunto em questão. O estudo parte da explicação do que é o TEA, com base em um panorama histórico do transtorno, então será dada uma definição de acordo com o DSM-V e passaremos para a tipologia de TEA do CID-10. Em seguida, falaremos sobre a intervenção educativa que é realizada com alunos com TEA e o que e quem é necessário para realizar essa avaliação de forma mais precisa. Explicaremos alguns dos elementos que são utilizados para a intervenção e, posteriormente, falaremos sobre a intervenção educacional das TIC em alunos com TEA. Explicar em primeiro lugar o que são as TIC, a evolução que teve ao longo da história e o que é necessário ter um mínimo de conhecimentos para poder utilizá-las. E, finalmente, se explicará o uso e os benefícios que têm para os alunos com autismo. O objetivo deste trabalho é aprender mais sobre o que é o Transtorno do Espectro do Autismo, que muitas vezes não se sabe exatamente o que é e a classificação que possui e quais áreas afeta e, por outro lado, ver para quem podemos usar as TIC neste tipo de transtorno já que as novas tecnologias surgiram com tanta força no mundo e no campo da educação como tratamos neste artigo por meio de uma investigação qualitativa das referências selecionados para discutir o assunto.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Intervenção educacional. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muitas pesquisas têm sido feitas sobre a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e os benefícios que elas incorporam no campo da educação, tanto no ensino de docentes ou equipe docente, quanto na aprendizagem geral em sala de aula e no trabalho com alunos com autismo. De acordo com Garcia (2015), verifica-se que o uso das TIC é positivo no processo ensino-aprendizagem, pois favorece que a aprendizagem possa ser realizada em função do ritmo, maturação e nível cognitivo, motor, entre outros.; que cada aluno com TEA tem, pois como se sabe nem toda pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo tem as mesmas características ou as mesmas deficiências, portanto é necessário um plano individualizado no qual possamos lidar com seus interesses, motivações, ritmos e características.

Por este motivo, a utilização das TIC dá-nos via livre na obtenção deste tipo de ensino, visto que apresenta grande versatilidade, flexibilidade e pode ser adaptada de acordo com as necessidades de cada pessoa ou de cada momento. Por outro lado, vemos como o uso das TIC motiva a crianças com TEA e favorece sua aprendizagem mais facilmente, pois a reforça de forma agradável, divertida e atrativa, já que os alunos com TEA têm uma série qualidades visuais para o processamento de informações que as TICs facilitam muito.

Devemos também levar em consideração que alunos com TEA têm problemas quando se trata de mudanças em seu ambiente, portanto com o auxílio das TIC incentivamos a estruturação e organização do ambiente de interação e assim evitar o conflito que este produz e tentamos que a sala de aula e suas atividades são previsíveis para os alunos.

Com elas, além de trabalharmos na estruturação e organização do horário e ingresso dos professores em sala de aula, também promovemos uma maior autonomia, pois promovem que sozinhos interajam e participem ativamente de seu processo de aprendizagem, já que muitas das atividades que podemos encontrar podem corrigir seus erros e isso faz com que tenham menos problemas de frustração e queiram se aprimorar continuamente (BRITO, 2016).

Em suma, com o uso das TIC há uma melhoria na comunicação e na linguagem, para que assim possam expressar as suas emoções e identificar as dos outros, para que haja uma melhoria nas relações interpessoais, dotando-os de ferramentas que auxiliar na interação social, integrando-se ao meio, podendo desenvolver suas habilidades e autonomia. Para responder a esse transtorno, cada vez mais fácil de serem encontradas em sala de aula, devemos nos aprofundar um pouco em sua definição em sala de aula, um pouco em sua definição, etiologia e características.

Em primeiro lugar, o trabalho se concentrará na definição de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), sua evolução, as causas e as dificuldades que encontramos em crianças com esse transtorno. Posteriormente, veremos como as TIC foram incorporadas como recurso educacional na Educação Infantil. Ante o exposto, esta pesquisa tem como problemática responder à seguinte questão norteadora: qual é a importância da utilização das tecnologias no processo ensino-aprendizagem das crianças com autismo?

COMPREENDENDO O AUTISMO

RECORTE HISTÓRICO DA ORIGEM DO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Na história recente do autismo houve uma grande evolução em termos de conceito e transtorno. Um dos primeiros a falar do TEA é Kanner (1943) que afirmou em seu artigo que os Transtornos Afetivos de Contato Autistas afetavam um conjunto de características que não permitiam um relacionamento normal e fluido com outras pessoas. Disse ainda que afeta a parte da aquisição e uso da linguagem e a necessidade que essas pessoas têm de manter o seu ambiente sem variações. E que pode haver ou não outra série de características, como distúrbios do sono, problemas de comportamento, problemas alimentares, etc. (Stelzer, 2010).

Posteriormente, Asperger (1944) em seu estudo *Autistic Psychopathy in Childhood*, pode observar que algumas das características eram semelhantes às nomeadas por Kanner, exceto que diferiam na adequação cognitiva e verbal (STELZER, 2010).

Nos 20 anos seguintes, acredita-se que o Transtorno do Espectro do Autismo seja mais um problema emocional ou afetivo do que cognitivo. Só na década de 1980 essa ideia não é abandonada e é considerado um transtorno de personalidade ou uma psicose infantil.

Até que chega Wing (1981) e os resultados obtidos por seu estudo são bastante semelhantes aos obtidos por Asperger. Por isso, há uma transição para uma concepção holística que nos convida a pensar que existe mais de um transtorno do desenvolvimento, que pode ser autista ou não, mas que apresenta os mesmos sintomas (STELZER, 2010).

A causa exata do transtorno autista não é conhecida com certeza. Embora, principalmente, seja devido a vários fatores genéticos ou hereditários. No entanto, também pode ocorrer devido a problemas pré-natais ou outros fatores não genéticos.

DEFINIÇÃO DE TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

A definição do espectro do autismo sofreu muitas alterações até chegar à definição atual obtida no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V (2014).

De acordo com o DSM-V (2014), o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é definido como um distúrbio grave, persistente e generalizado que afeta a capacidade de interação social e comunicação interpessoal. Também apresentam comportamentos ou atividades restritas e estereotipadas. Aparecem desde a infância e não acompanham o nível de desenvolvimento de acordo com a idade ou maturidade. O que os faz limitar ou prejudicar as relações sociais.

O TEA também é definido por padrões restritos e/ou repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Essas características podem manifestar-se em diversas maneiras como movimentos estereotipados, uso excessivo ou incomum de determinado(s) objeto(o), fixação por determinado(s) assunto(s), fala repetitiva, insistência em padrões de rotina e resistência à mudanças. O novo sistema diagnóstico reconhece que alguns padrões de fascinação ou apego a comportamentos repetitivos podem relacionar-se a hiper ou hipo reatividade a estímulos sensoriais, manifestados através de interesse excessivo por sons, texturas, luzes, objetos que giram, etc. Outras reações extremas como restrição alimentar, medo de sons ou indiferença à dor ou temperaturas extremas também são comuns (INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL, 2019, p. 02).

Portanto, de acordo com Silva (2012), é possível observar uma série de indicadores que caracterizam o TEA, tais como:

- Fracasso na reciprocidade socioemocional.
- Dificuldade na aquisição e uso da linguagem, tanto verbal como não verbal.
- Déficits no desenvolvimento, manutenção e compreensão das relações sociais.
- Comportamentos repetitivos e comportamentos ritualísticos e compulsivos.

CLASSIFICAÇÃO

Devemos esclarecer que a CID-10 é a classificação internacional de doenças em sua 10ª edição e, na versão em português, é publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com a sua classificação, que tem variado ao longo dos anos, em 2016 foi estipulada a seguinte classificação:

Transtorno autista. Autismo infantil, psicose infantil ou síndrome de Kanner: é caracterizado pelo desenvolvimento anormal que se manifesta antes dos três anos de idade. Além disso, seu comportamento anormal é caracterizado por afetar a interação social e a comunicação e a presença de atividades repetitivas, estereotipadas e restritivas. Além disso, em alguns casos, outros distúrbios podem aparecer, como fobias, distúrbios do sono, distúrbios alimentares, agressividade e acessos de raiva, etc. (STELLIN, 2013).

Síndrome de Rett. Este distúrbio afeta principalmente o sexo feminino e sua causa é desconhecida. Ocorre entre o sétimo mês e os dois anos de idade, ocorre sempre antes dos 4 anos e após o desenvolvimento normal ou que pareça normal para a idade. As principais características que ocorrem são, hipotonia muscular, ou seja, perda da musculatura do corpo, o que ocasionará perda de mobilidade e motricidade fina e grossa. E geralmente é acompanhado por perda parcial ou total do desenvolvimento da linguagem. Devido a essas características, também podemos observar dificuldade ao respirar, salivação, perda do controle esfíncteriano, etc. Finalmente, diga que causa um atraso no crescimento da cabeça (SILVA, 2012).

Outro tipo de distúrbio é a desintegração infantil ou síndrome de Heller. É um distúrbio profundo do desenvolvimento que se caracteriza pelo desenvolvimento normal ou aparentemente normal durante os primeiros dois anos de idade e que mais tarde em questão de poucos meses ocorre uma perda de habilidades já adquiridas e que afeta várias áreas. Têm regressões tanto ao nível da linguagem, como nas atividades recreativas ou nas relações e interações sociais no seu meio (SILVA, 2012).

Síndrome de Asperger. É caracterizada por apresentar déficits de interação social e por apresentar estereótipos e movimentos repetitivos. Neste caso não encontramos atraso no desenvolvimento de linguagem ou cognitivo, embora tenhamos encontrado atraso no desenvolvimento motor, pois podemos encontrar movimentos mais desajeitados (SILVA, 2012).

Transtorno global do desenvolvimento (TGD) ou Distúrbio Abrangente do Desenvolvimento (PDD, em inglês). Inclui hiperatividade naqueles que costumam ser graves e associados à deficiência intelectual, nos quais tendem a ter quociente de inteligência (QI) inferior a 50. Apresentam movimentos repetitivos e estereotípias (SILVA, 2012).

Transtorno global do desenvolvimento (TGD) não especificado. É um distúrbio no qual ocorrem dificuldades de desenvolvimento, mas não satisfazem os outros critérios diagnósticos, como os que especificamos acima (SILVA, 2012).

É caracterizada por uma alteração grave que ocorre em três áreas de desenvolvimento, que são; habilidades de linguagem, relações sociais e comportamento.

BARREIRAS E DIAGNÓSTICO TARDIO

A detecção do autismo é muito importante, pois a falta de reconhecimento desse transtorno tem custos muito altos para as famílias e provedores de serviços de saúde e educação. Muitas vezes, o diagnóstico do autismo é feito quatro ou cinco anos após os pais observarem os sintomas pela primeira vez.

As razões para este reconhecimento tardio são diversas; mas um dos principais é a falta de identificação dos principais sintomas que requerem uma avaliação diagnóstica adequada. Outra razão é que em nosso país os instrumentos de triagem e diagnóstico são pouco conhecidos pelos profissionais primários como os professores e médicos, que são os primeiros a ouvir as queixas e preocupações dos pais (STELLIN, 2013).

Mesmo em contextos mais especializados, essas ferramentas são pouco conhecidas porque sua aquisição e aplicação é um processo complexo e oneroso que os profissionais muitas vezes devem realizar por conta própria. Apesar dessas desvantagens, grandes esforços têm sido feitos nos últimos anos para reconhecer o autismo, uma vez que há evidências de que intervenções precoces melhoram o prognóstico dessas crianças (STELLIN, 2013).

Progressos significativos foram feitos na última década na implantação de instrumentos de diagnóstico e triagem, que são utilizados para fins de pesquisa clínica e epidemiológica. Em alguns países, seu uso tornou-se rotineiro nas escolas e conseguiu-se uma maior detecção do autismo, razão pela qual as taxas de prevalência aumentaram.

Porém, a heterogeneidade significativa na etiologia, idade de início dos primeiros sintomas e trajetória de desenvolvimento tornam o TEA uma condição difícil de detectar. Além dessas dificuldades inerentes à condição, existem outros fatores mais subjetivos que atuam como obstáculos à detecção precoce. Assim, por exemplo, a forma como a família interpreta os sintomas têm sido descrita como barreira em vários países. De fato, um estudo realizado em um contexto brasileiro sugere que uma frequência reduzida de iniciações sociais dirigidas a adultos poderia ser entendida, nesse contexto, como um sinal de cortesia. Da mesma forma, a falta de resposta às instruções do adulto pode ser interpretada como um ato voluntário, vinculado à personalidade da criança e, portanto, não preocupando os que a cercam (GRINKER, 2010).

Outras barreiras foram identificadas em contextos profissionais. Por exemplo, a dificuldade de acesso a instrumentos de triagem adaptados à idade e situação da criança e o número insuficiente de profissionais treinados e experientes, principalmente nos países em desenvolvimento, bem como o risco de os profissionais não utilizarem instrumentos padronizados na ausência de preocupações dos pais (STELLIN, 2013).

No Brasil certas barreiras, também descritas em outros contextos, como a falta de tempo para aplicar uma triagem, a falta de recursos adaptados à sua prática diária, a necessidade de aquisição de conhecimento, foram relatados com base em um grupo de 120 pediatras e médicos de família, como obstáculos importantes para a identificação de casos (GRINKER, 2010).

No Brasil, através de pesquisas realizadas por Stellin (2013), se identificou que as principais barreiras de acesso aos serviços relatadas pelas famílias foram longas listas de espera (50,2%), custos de tratamento (35,2%) e falta de serviços especializados (26,1%).

INTERVENÇÃO EDUCACIONAL EM CRIANÇAS AUTISTAS: RECURSOS DIGITAIS

Quando falamos em intervenção educativa, a primeira coisa que devemos ter em conta é que este cuidado é um programa individual e personalizado, que deve ser desenvolvido globalmente e coordenado a partir de diferentes áreas (saúde, educação, serviço social), e que deve funcionar ao máximo os conceitos de globalidade, sistematização e planejamento da intervenção, integrando todo o processo de cuidado à família, potencializando sua participação ativa nele (MONTEIRO; BARONE, 2015).

Para uma boa intervenção educativa, a detecção precoce é imprescindível, ou seja, a equipe docente deve estar atenta a qualquer tipo de item que soe o alarme para detectar este tipo de distúrbio, a fim de atuar de forma rápida e correta conforme as necessidades de cada pessoa afetada, já que como vimos anteriormente na classificação dada na CID-10 e que as orientações de intervenção serão dadas em escolas inclusivas que permitam o desenvolvimento integral dos alunos em questão (GRINKER, 2010).

Para atuar da forma mais precisa possível, é necessário que haja coordenação entre o professor do aluno em questão e que este tenha o apoio e o trabalho em equipe com a equipe de orientação pedagógica e psicopedagógica, que entre eles se podem encontrar profissionais de diversas áreas como, por exemplo; psicólogos, fonoaudiólogos, professores de audição e línguas, assistentes sociais e, em alguns casos, médicos. Os professores têm de trabalhar em conjunto com a equipe, realizando reuniões e realizando um plano de intervenção educativa conjunto que tenha coerência e coesão.

Deve haver também reuniões com os demais professores para que tenham comprovação da metodologia que será utilizada no caso de alunos com TEA e por último, mas não menos importante, é necessário que haja encontros e uma boa comunicação com as famílias, pois é uma parte importante no processo de aprendizagem de seus filhos e devem ser colocados em comum e na mesma linha educacional, pois desta forma se evita que a criança com TEA não saiba como agir em diferentes situações (MONTEIRO; BARONE, 2015).

A intervenção educativa em sala de aula incidirá no trabalho das áreas afetadas por este transtorno, tais como: interação social, comunicação e linguagem, e a área cognitiva e autonomia pessoal.

Para realizar esta intervenção, Benedetti (2012), deverão ser utilizados diversos elementos, tais como:

- Os Sistemas Aumentativos e Alternativos de Comunicação (SAAC): são formas de expressão distintas da língua falada, que visam aumentar (aumentativa) e/ou compensar (alternativa) as dificuldades de comunicação e de linguagem de muitas pessoas com deficiências.
- Pictogramas: são símbolos gráficos usados para facilitar a linguagem em crianças com algum tipo de dificuldade. Esses símbolos são essenciais no trabalho realizado com alunos com TEA, visto que a maioria das crianças apresenta dificuldades de aprendizagem, além de terem mais facilidade de se comunicar por meio de imagens, por apresentarem menor nível de abstração.

-
- Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): qual a utilização das novas tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos.

Os Sistemas Aumentativos e Alternativos de Comunicação (SAAC) são instrumentos de intervenção dirigidos a pessoas com diversos distúrbios da comunicação e/ou linguagem, e que têm por objetivo o ensino através de procedimentos instrucionais específicos de um conjunto estruturado de códigos não vocal, com necessidade ou não de suporte físico, que, por meio deles ou outros procedimentos instrucionais específicos, permitem funções de representação e servem para realizar atos de comunicação (funcional, espontâneo e generalizável), por si próprios, ou em conjunto com códigos vocálicos, ou como suporte parcial para o mesmo, ou em conjunto com outros códigos não vocálicos (BENEDETTI, 2012)

Dando uma definição mais específica e relacionando-as especificamente com o trabalho com alunos com TEA, Brito (2016) salienta que os SAACs são sistemas de comunicação não verbal que servem para promover, complementar ou substituir a linguagem oral. Estes sistemas podem usar objetos, fotografias, desenhos, sinais ou símbolos.

Dentro dos diversos recursos tecnológicos existentes projetados para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência, enfocaremos os Sistemas Aumentativos e Alternativos de Comunicação (SAAC) como um dos meios mais utilizados no desenvolvimento da linguagem com pessoas autistas (BRITO, 2016).

O uso desses sistemas é considerado de grande importância porque, graças a eles, a criança que não fala pode nos dizer o que quer, o que acontece, ou não quer, da maneira que melhor se adapta às suas necessidades.

A comunicação aumentativa e alternativa é um campo interdisciplinar que engloba um amplo conjunto de elaborações teóricas, sistemas de signos, ajudas técnicas e estratégias de intervenção que visa substituir e/ou aumentar a fala.

Essencialmente, o objetivo a ser alcançado é dar um exemplo de comunicação eficaz de forma não verbal, a fim de desenvolver sua linguagem com o maior uso. Por isso, podem ser baseados no uso de pictogramas, imagens, textos e voz combinados. A primeira coisa a fazer é ensinar a criança a entender o uso desses sistemas, o que não é uma tarefa fácil, nem pode ser realizada em um dia, se os destinatários nunca usaram esses métodos, leva tempo para chegar compreendê-los e ser capaz de colocá-los em prática, estabelecendo as relações causais entre uma ação e uma imagem (GRINKER, 2010).

O pictograma é considerado a base desses sistemas, mas, além disso, o texto correspondente aparece na parte inferior deste último e, em muitas ocasiões, o suporte verbal é dado com voz digitalizada.

Desta forma, estaremos promovendo a intenção comunicativa do aluno. O fato de não termos comunicação não significa que a criança não se comunica, ou, pelo menos, tente.

Muitas famílias mostram preocupação ao ver que seu filho não fala, mas é preciso ter em mente que comunicar não é só falar. Algumas pessoas pensam que o uso de SAACs afeta o desenvolvimento da linguagem oral, seja por medo ou rejeição ao uso de outro tipo de comunicação diferente da linguagem verbal, ou por simples ignorância sobre sua função. Deve-se notar que todos têm o direito de se comunicar, de qualquer forma possível. Se a

inclusão na sociedade se pretende de forma integral, é no seio das famílias e pessoas próximas que se deve começar esta transformação (GARCIA, 2015).

Da mesma forma, uma vez que a criança adquire o domínio desses SAACs, o progresso começa a ser percebido em níveis proeminentes. A criança melhora a qualidade e funcionalidade da linguagem oral. Pode ser o caso quando chegar a hora de não exigir mais esses sistemas, em outros casos, simplesmente se tornarão um complemento ideal para comunicação da criança (GARCIA, 2015).

É essencial que haja um certo equilíbrio entre esses métodos de sistemas tradicionais e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação, com o objetivo de poderem ensinar o aluno com TEA com múltiplas metodologias, sempre começando por suas necessidades e interesses, fornecendo a resposta educacional cativa mais de acordo com as mesmas.

O USO DAS TIC NA INTERVENÇÃO EDUCACIONAL EM CRIANÇAS COM TEA

Visto que estamos numa sociedade onde podemos constatar que onde quer que vamos encontramos meios tecnológicos e que a sua utilização é cada vez mais crescente, não há dúvidas de que as novas tecnologias introduziram mudanças profundas no nosso meio e nas formas de nos relacionarmos. A televisão, o telefone móvel e o uso da Internet abriram novas possibilidades de comunicação, lazer e formação.

Desta exagerada irrupção de tecnologia no mundo nasce as Tecnologias da Informação e Comunicação, também conhecidas como TIC, são o conjunto de tecnologias desenvolvidas para gerir informação e enviá-la de um lugar para outro. Abrangem um leque muito vasto de soluções incluem as tecnologias para armazenar informações e recuperá-las posteriormente, enviar e receber informações de um site para outro, ou processar informações para calcular resultados e preparar relatórios (BRITO, 2016).

Devemos também ter em mente que o uso das TIC geralmente requer certos conhecimentos ou habilidades de gestão que devem ser aprendidos. Portanto, como temos esse recurso, nada melhor do que utilizá-lo para fins como o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Como pude observar em práticas de pesquisa e treinamento prático, em diferentes escolas inclusivas da Educação Infantil, as TICs estão totalmente integradas para seu uso, pois com elas podemos trabalhar em todas as áreas e de forma diversa de acordo com os objetivos que queremos alcançar.

Por isso, é possível combinar o uso das TIC com o TEA para tentar criar novos ambientes de aprendizagem, não reproduzir os tradicionais, e isso acontece necessariamente para a transformação do papel do professor e do aluno (GARCIA, 2016).

Outras investigações destacaram que as TIC oferecem a esses alunos um ambiente controlado, pois ajudam a estruturar e organizar o ambiente de interação do aluno com TEA, pois se configura como um ambiente altamente previsível que oferece contingências compreensíveis para o aluno. Visto que visualmente são mais fáceis de estruturar e organizar o seu ambiente e a sua intervenção e desta forma têm mais facilidade e se sentem mais seguros na hora de comunicar. Por outro lado, os alunos com TEA acham as TIC mais atrativas, pois por meio delas têm mais autonomia e facilidade na realização de seus processos de

aprendizagem, evitando a frustração por autocorrigir suas atividades e poder interagir com o restante dos alunos e professores (GARCIA, 2016).

É por isso que as TIC oferecem muitas possibilidades no processo de inclusão destes alunos, pois são flexíveis, promovem ambientes interativos e cenários diferentes aos que poderiam ser ministrados em sala de aula, podendo obter uma grande quantidade de informações que farão com que os alunos se tornem críticos e conseqüentemente promoverá autonomia, colaboração e trabalho em equipe, eliminando barreiras de tempo-espço.

Quando se trata de aprimorar e melhorar a comunicação do aluno com autismo, as tecnologias de informação e comunicação podem ser um aliado poderoso. Em primeiro lugar, elas tendem a ser muito atraente, por isso geralmente fica mais fácil captar a atenção dos alunos. Além disso, seu uso costuma ser simples e existem diversos sistemas que podem ser adaptados às características pessoais, bem como às necessidades de cada usuário.

Devemos ressaltar que as Tecnologias de Informação e Comunicação apresentam grandes benefícios no campo das Necessidades Educacionais Especiais e, principalmente, com os alunos do TEA, que constituem o núcleo central deste artigo. Na verdade, nos últimos anos têm havido um interesse acentuado em compreender o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem em pessoas com TEA, o que tem ampliado a utilização das mídias digitais como suporte neste trabalho (GARCIA, 2016).

Parece que essas pessoas têm uma afinidade natural para trabalhar com as TICs, pois proporcionam um ambiente controlado, atenção individualizada e possibilidade de repetição dos exercícios. Além disso, está comprovado que as tarefas de aprendizagem realizadas através do uso das TIC são especialmente motivadoras.

Nessa linha, a informática e a tecnologia da comunicação desempenham um papel fundamental, pois fornecem ao sujeito os suportes físicos precisos para o progresso e tratamento de suas potencialidades comunicativas, cognitivas e socioafetivas. Assim, através das TIC, podem-se atingir três objetivos principais: autonomia, independência e inclusão (GARCIA, 2016).

Pode-se afirmar que tanto os familiares dos alunos com TEA, como também os profissionais que atuam com eles, devem demonstrar interesse em utilizar as possibilidades dessas tecnologias como recurso didático para alcançar uma aprendizagem significativa para os alunos e inovar na prática educativa em sala de aula (GARCIA, 2016).

Em conclusão, podemos destacar algumas propostas para intervenção educacional para implementação de tecnologias de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem, a fim de trabalhar com as habilidades afetadas em crianças com autismo:

- Acondicionar todas as salas de aula, especialmente as que possuem este alunado, com os recursos TIC necessários para trabalhar os conteúdos e objetivos que se pretende atingir.
- Proporcionar a cada aluno com autismo um dispositivo eletrônico no que podemos instalar sistemas de comunicação aumentativa e alternativa, ou trabalhar nos aspectos que queremos promover. Atualmente, os tablets oferecem múltiplas oportunidades e possibilidades para atingir esses objetivos.

- Estabelecer rotinas no início da manhã, bem como na despedida, entre as quais estão canções ou jogos interativos em que os alunos são os principais protagonistas.
- Se a escola tiver uma sala de aula especial, é conveniente contar com diversos aparelhos eletrônicos para realizar as atividades que se realizam, com destaque para a lousa interativa, computadores e tabletes.
- É possível também incluir jogos interativos em sala de aula, que serão úteis para reforçar as relações sociais entre os alunos, uma vez que uma das principais características desse transtorno, como já mencionado, é o comprometimento dessas habilidades.

Por fim, cabe ressaltar que as Tecnologias da Informação e da Comunicação estão se tornando cada vez mais importantes nas diversas áreas do cotidiano, portanto, no campo educacional, devem ser plenamente implementadas e orientar o processo educativo, avançando assim para sala de aula cada vez mais digitalizada.

CONCLUSÃO

Como vimos ao longo desta pesquisa, muito se avançou no que diz respeito ao conceito de TEA, visto que teve uma evolução histórica ao longo dos anos e foi sendo classificado cada vez mais corretamente, diferenciando assim os tipos que existem e as características que cada tipo possui, desta forma é possível atuar de forma mais efetiva na intervenção educativa.

Vimos também que as novas tecnologias têm tido uma grande irrupção a nível mundial, mas também no campo educacional, visto que podemos constatar que na maioria das escolas inclusivas são utilizadas as TICs, seja pelo computador ou pelo quadro digital, entre outras.

Vimos que o uso das TIC em alunos com TEA é muito eficaz, pois auxilia no processo de aprendizagem desses alunos, tornando-os capazes de se comunicarem de forma mais simples e, assim, vemos que se sentem mais seguros e ansiosos por interagir na sala de aula. Desta forma, todas as deficiências que apresentam podem ser trabalhadas de forma mais atrativa e divertida, fazendo com que participem ativamente da sua aprendizagem, evitando frustrações e tornando-os cada vez mais autônomos.

Por fim, consideramos que o uso das TIC é um avanço educacional e, sobretudo, utilizando-as com alunos com TEA, pois facilita o trabalho em sala de aula e que essas pessoas podem aprender de forma mais adequada e com mais facilidade do que se tivesse que seguir uma aula que foi ministrada para o restante dos colegas, visto que esses alunos possuem características diferentes e por isso é necessário atuar de acordo com as necessidades de cada um.

REFERÊNCIAS

- BENEDETTI, A. C. **A inserção das tecnologias nos projetos pedagógicos das escolas e seus resultados quando aplicadas em pessoas com autismo**. 2012. Monografia (Especialização em Mídias na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BRITTO, T. C. P. **GAIA: uma proposta de guia de recomendações de acessibilidade web com foco em aspectos do autismo**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

-
- GARCIA, P. C. E. **Uma proposta de atendimento educacional especializado de um aluno com transtorno do espectro autista nos anos finais do ensino fundamental, utilizando mídias digitais e tecnologias da aprendizagem e do conhecimento**. 2015. 75 f. Monografia (Especialização em Mídias na Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- GRINKER, R. R. **Autismo um mundo obscuro e conturbado**. São Paulo: Larrousse do Brasil, 2010.
- INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **DIAGNÓSTICO DO AUTISMO NO CID 11, CID 10 e DSM V**. 2019. Disponível em: <https://institutoinclusaobrasil.com.br/diagnostico-do-autismo-no-cid-11-cid-10-e-dsm-v/> Acesso em: 15 ago. 2023.
- LAMPREIA, C. LIMA, M. M. R. **Instrumento de vigilância precoce do autismo: manual e vídeo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2012.
- MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. DSM-5** / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.
- MONTEIRO, Francisca Keyle de Freitas Vale; BARONE, Dante Augusto Conte. (Org.) **Autismo e tecnologia assistiva: o autismo à luz da ciência para melhoria de vida das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA**. São Luís: Engenho, 2015.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- STELLIN, Flores Rodrigues. **Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico**. Rio de Janeiro: Ágora, 2013.
- STELZER, Fernando Gustavo. **Uma pequena história do autismo**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2010.

Joseneide dos Santos Gomes - Doutora em Psicologia Social pela UK – Universidade John Kennedy; Codiretora da Teses de Doutorado. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Anglo Latino, USP, Universidade de São Paulo; Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos; Artes pela Faculdade de Artes Dulcinea de Moraes; Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba; AEE-Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul; Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP; Atuou como professora Universitária IEF; Atuou como professora de Filosofia na rede estadual de Ensino de São Paulo por 14 anos; Atuou como Tutora Online no Curso de Especialização: PREVINA / UNIFESP Universidade Federal de São Paulo e experiência como Assistente de Direção.



A LUDOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LANA CRISTINA TEIXEIRA

RESUMO

A Ludopedagogia é uma subdivisão da Pedagogia que pesquisa as influências e as contribuições dos elementos lúdicos na área educacional. Isto porque a aprendizagem tem obtido melhores resultados quando atende a duas premissas: a relação com o cotidiano do estar conectado com a realidade da criança; e em segundo, ser divertido e desafiador ao mesmo tempo. Assim, atualmente a Ludicidade na Educação Infantil tem sido considerada um elemento facilitador para desenvolver a aprendizagem das crianças, uma vez que ela desenvolve aspectos cognitivo e motor, dentre outros, situação em que a criança irá aprender brincando. A infância precisa ser prazerosa, pois, o brincar combina fantasia e realidade. Na escola, ao se utilizar jogos e brincadeiras, as crianças passam a se desenvolver melhor, incluindo diferentes aspectos como a socialização, o compartilhamento, as emoções, o cognitivo, entre outros. Para o professor, a ludicidade permite um fazer pedagógico mais pleno. É necessário lembrar que a Educação Infantil é a etapa de ensino em que mais se tem a possibilidade de aplicar esse tipo de metodologia. Assim, o objetivo geral deste artigo foi o de discutir as contribuições da Ludopedagogia para a Educação; e como objetivos específicos, as implicações do uso da ludicidade para o desenvolvimento das crianças que se encontram na etapa da Educação Infantil.

Palavras-chave: Ludopedagogia; Educação Infantil; Ludicidade; Motricidade.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil contempla o desenvolvimento da infância em seus mais diferentes aspectos. O desenvolvimento cognitivo é um dos aspectos mais importantes a serem trabalhados nesta fase. Existem diferentes possibilidades de se trabalhar, mas, uma merece especial atenção: a ludicidade.

Enquanto elemento facilitador para a aprendizagem, esta encontra-se pautada no desenvolvimento global da criança, principalmente no início desta fase, na qual elas desenvolvem os pensamentos, as emoções e o corpo; premissas da Ludopedagogia.

Porém, como problemática tem-se que as atividades lúdicas muitas vezes são confundidas com atividades prazerosas e divertidas, que não resultam em aprendizagem. Por isso, justifica-se o presente artigo no sentido de conceituar a Ludopedagogia, evidenciando

sua importância no desenvolvimento das crianças como metodologia que possibilita a aprendizagem, estimulando à vida social e construtiva quanto ao desenvolvimento infantil.

É importante desenvolver a criança por si mesma, compreendendo a ludicidade como ferramenta pedagógica, que resulta sim em conhecimentos importantes para a criança. Diversos autores discutem sobre o processo lúdico relatando que o mesmo se inicia desde o nascimento, pois, as brincadeiras realizadas junto a família, ajudam a construir as características psicológicas, psicomotoras e sociais, ao longo da infância.

Pensando nesta questão, por que não transformar a ludicidade dentro do processo educativo, um momento especial para a aprendizagem? A criança quando participa de jogos e brincadeiras, se desenvolve melhor, aprende a estimular a imaginação, memória, afetividade, dentre outras situações.

Neste caso, o professor que utiliza a ludicidade permite a construção de uma metodologia pedagógica mais plena. A infância é uma fase que possibilita a construção desse conhecimento, favorecendo o protagonismo e o amadurecimento infantil.

O protagonismo infantil pode contribuir para desenvolver um ensino centrado na criança e na escola. A abertura para esse novo momento pode acontecer de diferentes formas, onde o docente deve se atentar aos anseios das crianças a fim de traçar estratégias de ensino e aprendizagem que se adequem melhor a este grupo, escolhendo brincadeiras nas quais eles sintam prazer em participar.

É preciso que os professores estejam preparados para discutir a importância da utilização dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil, pensando e repensando sobre as práticas, para que as crianças se desenvolvam globalmente.

Assim, o presente artigo teve por objetivo geral discutir as contribuições da Ludopedagogia para o processo pedagógico; e como objetivos específicos, o uso do lúdico no desenvolvimento das crianças nesta etapa escolar; bem como compreender a importância de desenvolver integralmente o educando, através de levantamento bibliográfico a respeito do tema.

DESENVOLVIMENTO

AS IMPLICAÇÕES DA LUDOPEDAGOGIA

A Ludopedagogia é uma divisão da Pedagogia que estuda a influência do elemento lúdico na Educação. Ou seja, não se trata apenas de aplicar diferentes brincadeiras no contexto da Educação Infantil, mas, de utilizá-la como ferramenta pedagógica a fim de contribuir com o desenvolvimento dos pequenos e com o trabalho docente, além dos direcionamentos relacionados a tal prática.

A Educação Infantil pode trabalhar com diferentes metodologias. Uma das mais utilizadas ultimamente é a Ludopedagogia, que vem de encontro com os objetivos pedagógicos e com as diretrizes educacionais envolvidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A ludicidade costuma estar presente ao longo de toda a infância. Na escola, ela pode ser utilizada para desenvolver diferentes habilidades junto as crianças. O lúdico está presente não só no ensino e aprendizagem, mas, também como produto.

Além disso, o que caracteriza a ludicidade é a plenitude que se possibilita para quem participa. Isso porque desde bebê, a criança entra em contato com as brincadeiras a partir dos familiares, o que ajuda a desenvolver diferentes características: psicomotoras, psicológicas e sociais (KISHIMOTO, 2012).

O ensino pode ser construído a partir de diferentes formas e nesse caso, a utilização de brincadeiras e jogos envolve uma aprendizagem significativa para as crianças como um todo.

O docente deve desenvolver também a autoconfiança do grupo, acreditando que a ludicidade se faz necessária a fim de desenvolver o educando como um todo, compreendendo que esse trabalho é de suma importância, desenvolvendo as diferentes competências e habilidades que a criança precisa naquele momento.

Assim, é preciso fazer a criança vivenciar inúmeras descobertas. O desenvolvimento que compreende a faixa etária de 0 a 5 anos, envolve diferentes aprendizados, uma vez que ela passa a socializar com o mundo que a cerca, seja com a família ou quando começa a frequentar a escola, onde as relações sociais se ampliam, fazendo com que ela faça novas descobertas a partir de diferentes possibilidades (OLIVEIRA, 2011).

É justamente brincando que o educando aprende mais com o cotidiano. Cabe ao docente explorar esse momento, a fim de que a ludicidade possibilite aprendizagens efetivas e que contribuam para a construção da sua identidade, criatividade, a partir da relação entre o desenvolvimento integral da criança, o que compreende os diversos aspectos cognitivos, emocionais e afetivos.

Além disso, é preciso lembrar que esse tipo de estratégia contribui para a autoestima da criança. Por isso, quando o docente utiliza atividades que necessitam da capacidade lúdica e psicomotora, pode-se observar como o educando vivencia as atividades lúdicas em sala de aula e como o aprendizado é ampliado.

O docente deve conservar o valor das brincadeiras a partir de atividades que possam incorporar a ludicidade, o prazer, o movimento corporal e a alegria dentro de um dado contexto (OLIVEIRA, 2011).

A Ludopedagogia como ferramenta pedagógica deve explicitar também o planejamento, visando assim a atender às necessidades das crianças. Antes é preciso realizar pesquisa para a escolha das atividades para que estejam de acordo com a faixa etária (KISHIMOTO, 2012).

A Ludopedagogia enquanto estratégia de ensino, mostra-se um desafio e ao mesmo tempo um convite ao docente, já que além de preparar seu planejamento, ainda no momento da aplicação, participando das brincadeiras junto com as crianças a fim de realizar observações e interagir durante a troca de conhecimentos, fazendo a brincadeira funcionar a contento:

A unidade temática Brincadeiras e jogos explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si (BRASIL, 2015, p. 214).

É preciso considerar a Ludopedagogia como essencial no processo educacional, lembrando que a ludicidade traz inúmeros benefícios, não só para a criança, mas, também para o próprio trabalho docente. Por exemplo, um jogo de quebra-cabeça permite que a criança interaja com os elementos enquanto enfrenta dificuldades e/ou conflitos na hora de montar a imagem.

Assim: “o educador ao propor brincadeiras com intenção pedagógica, deve possibilitar à criança o planejamento e o uso de estratégias para solucionar problemas nas diversas situações criadas por ele” (SMOLE, 2000, p. 17).

Trazendo para a Ludopedagogia, a discussão de Vygotsky (2011), os jogos e brincadeiras influenciam diretamente no desenvolvimento da criança, se fazendo necessária a intervenção docente a fim de mediar a aprendizagem.

No processo de inclusão é preciso proporcionar também o apoio educacional especializado para os que necessitam; as adaptações curriculares para o acesso ao currículo (CARVALHO, 1999).

As crianças com deficiência da Educação Infantil precisam ser estimuladas em sua autonomia e nada melhor do que utilizar a Ludopedagogia como base para fazer a integração dessas com as demais.

Assim, as atividades lúdicas são importantes para o desenvolvimento de todas as crianças, independentemente das especificidades ou mesmo possíveis limitações, pois, ao brincar todas as crianças são vistas como capazes de realizar atividades coletivas, respeitando suas capacidades físicas, intelectuais e sociais: “a ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas atividades sociais mais significativas” (NHARY, 2006, s/p.).

Para que a ludicidade seja aplicada como ferramenta de ensino é essencial refletir sobre sua relevância para o ensino e a aprendizagem. Portanto, brincar é o que as crianças têm para se expressar e se desenvolver. A sua expressão é facilmente acessível a todos os educandos, existindo um período específico que varia consoante a aprendizagem que se está desenvolvendo.

EDUCAÇÃO INFANTIL E A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

As crianças da Educação infantil estão predispostas a adentrar no mundo a sua volta por meio das relações sociais, desenvolvendo a criticidade, a iniciativa e o respeito ao próximo. A criança, muitas vezes, ao brincar sozinha desenvolve a imaginação, mas, a partir da interação com outras, desenvolve diferentes aspectos, como as relações cognitivas e as experiências vivenciadas junto aos pares, o que traz como base o pensamento da Ludopedagogia.

Até pouco tempo, existiam poucos documentos norteadores para a Educação Infantil, sendo um dos mais utilizados o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 1998).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), envolve considerações a respeito dessa discussão como: “Nesta modalidade de educação as crianças devem ser estimuladas através de atividades lúdicas e jogos, a exercitar as capacidades motoras, a fazer descobertas e a iniciar o processo de alfabetização” (RCNEI, 1998, p.32).

Vygotsky (2011), compreende que a ludicidade influencia o desenvolvimento da criança significativamente, havendo a necessidade de intervenção por parte do docente para mediar às regras e limites de cada um. Fazer uso de brincadeiras na Educação Infantil estimula avanços, no sentido de desenvolver a criança como um todo, o que para ele desenvolve ainda aspectos cognitivos, denominado de Zona Proximal de Desenvolvimento (ZDP).

Ou seja, o lúdico mostra-se de suma importância para desenvolver as crianças. A participação em jogos e brincadeiras possibilita o encontro do eu com o outro, estabelecendo relações de troca e autoconhecimento entre os pares.

O docente quando propõe uma atividade lúdica deve pensar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Nesta etapa escolar, é possível utilizar as mais diferentes linguagens, exercendo a capacidade de desenvolver ideias e descobrir respostas e soluções para os problemas.

Diferentes autores pesquisadores da Educação Infantil relatam que o aspecto psicomotor pode ser contemplado em dois momentos: nesta etapa escolar e no Ensino fundamental I. Isso acontece porque as crianças nesta fase estão vivenciando inúmeras descobertas.

O seu desenvolvimento começa com a socialização junto ao mundo que a cerca, geralmente através da família e por gestos. Na escola, essas relações sociais se ampliam, instigando a criança a realizar diferentes descobertas e descobrir realidades diferentes, respeitando sempre a diversidade.

O documento RCNEI traz ainda reflexões a respeito do que aplicar como atividade corporal, observando as expressões da motricidade infantil, compreendendo a ludicidade, assim, como aspectos específicos do desenvolvimento corporal e psicomotor (RCNEI, 1998, p. 39).

Fortuna (2011), discute que utilizar o lúdico como estratégia de ensino é um desafio para o docente, pois, além do plano de aula, é necessário participar das brincadeiras junto com as crianças dando o exemplo, observando as diversas interações e trocas de conhecimento, valorizando as brincadeiras no cotidiano da Educação Infantil.

Ainda, o brinquedo encoraja as crianças a reconhecer as limitações dos elementos competitivos, independentemente de sua condição física, cognitiva, dentre outras, contribuindo para desenvolver o espírito de brincar (RESENDE, 2018).

Quanto a BNCC, existe uma discussão intensa sobre o tema que compreende o campo das experiências, englobando a escuta, a fala, o pensamento e a imaginação, com o objetivo de desenvolver a comunicação nas crianças, consolidando a imaginação e o pensamento.

Essa questão remete a Reggio Emilia, em que Malaguzzi (1999), trouxe concepção das diferentes linguagens utilizadas pelas crianças a fim de se comunicarem, sendo considerado por isso, o criador da Pedagogia da Escuta, relacionando a prática docente com a escuta sensível, contribuindo ainda para a introdução do lúdico através da aprendizagem.

Assim, Rinaldi (2014), relata que na visão de Malaguzzi, o docente deve entender como funciona a aprendizagem das crianças também pela escuta, que é o ponto de partida para o desenvolvimento pedagógico.

LUDICIDADE NA PRÁTICA

O brincar e o lúdico estão presentes no cotidiano da sociedade de forma geral. Na escola, refere-se ao desenvolvimento de diferentes habilidades. Esse tipo de ferramenta pedagógica está presente durante o processo de ensino e aprendizagem, mas, considera-se também como produto final. As brincadeiras ajudam no encontro de si mesmo e do reconhecimento do outro, estabelecendo relações de troca e conhecimento.

A ludicidade exige predisposição do docente para a troca de saberes. O que a caracteriza é a plenitude que se possibilita para quem participa da mesma, já que porque costuma ocorrer desde o nascimento do bebê. As brincadeiras entre os familiares, e posteriormente com os colegas de sala ajudam a desenvolver características psicológicas, psicomotoras e sociais (LUCKESI, 2005).

Por esse motivo, o docente deve incluir atividades que possam envolver os conhecimentos prévios das crianças. Durante a construção do conhecimento, as crianças utilizam diferentes linguagens, exercendo a capacidade de desenvolver ideias e descobrindo respostas para as suas inquietudes, e o uso da psicomotricidade explorando a individualidade de cada um, utilizando símbolos, contato físico, movimento e socialização.

A psicomotricidade compreende o movimento e o desenvolvimento do corpo como um todo, a partir das experiências que acontecem no momento da atividade lúdica. O conhecimento pode ser construído a partir da integração entre as diferentes aprendizagens:

... o movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio dos gestos e das mímicas faciais e interage utilizando fortemente o apoio do corpo. A dimensão corporal integra-se ao conjunto da atividade da criança. Pode-se dizer que no início do desenvolvimento predomina a dimensão subjetiva da motricidade, que encontra sua eficácia e sentido principalmente na interação com o meio social, junto às pessoas com quem a criança interage diretamente. A externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos poderão encontrar na expressividade do corpo um recurso privilegiado (BRASIL, 1998, p.18).

Fonseca (1998), relata que a psicomotricidade trabalha também a afetividade, já que desenvolvem os movimentos em geral, como a disponibilidade tônica, a segurança gravitacional e o controle postural dando a criança a noção do próprio corpo, direção, e lateralidade. Através dela o corpo e a motricidade são trabalhados como unidade e totalidade durante a infância. A psicomotricidade trabalha diversos aspectos que vão além dos esperados: cognitivos, psicológicos e neurológicos.

O RCNEI, relata que: “Nesta modalidade de educação as crianças devem ser estimuladas através de atividades lúdicas e jogos, a exercitar as capacidades motoras, a fazer descobertas e a iniciar o processo de alfabetização” (BRASIL, 1998, p.32).

Ao desenvolver atividades corporais e observar as expressões da motricidade ao longo da infância é preciso explicitar também o seu caráter lúdico e expressivo. Aprofundar

situações que tragam aspectos específicos relacionados ao desenvolvimento cognitivo, corporal e motor, fundamental nessa fase(RCNEI, 1998).

Além disso, todos esses princípios encontram-se elencados no novo documento, a BNCC. Esta traz os eixos estruturantes destacando-se alguns elementos principais que devem ser desenvolvidos ao longo da Educação Infantil como: conhecer; conviver; participar; brincar; explorar e expressar. Para que isso aconteça de forma efetiva é necessário diferentes experiências que envolvam o cotidiano das crianças.

Ao brincar, a criança vai vencendo as dificuldades e dominando medos instintivos, havendo a possibilidade de projetar para fora sentimentos que muitas vezes ficam guardados, utilizando brinquedos: “[...] O brinquedo permite à criança vencer o medo aos objetos, assim como vencer o medo aos perigos internos; faz possível uma prova do mundo real, sendo por isso uma ‘ponte entre a fantasia e a realidade” (KLEIN apud ABERASTURY, 1982, p. 48).

Vygotsky (2011), discute que a ludicidade influencia positivamente o desenvolvimento infantil se fazendo necessário a intervenção por parte do docente para mediar regras e limites de cada um desses elementos. Para o pesquisador, fazer uso das brincadeiras durante a etapa da Educação Infantil, garante grandes avanços, desenvolvendo a criança em todos os seus aspectos.

As crianças se desenvolvem baseadas na realidade a sua volta, apresentando assim uma maturação lógica, cabendo ao docente e a família proporcionar uma infância rica de estímulos voltados para a criatividade e a imaginação, utilizando a ludicidade para isso:

As atividades lúdicas possibilitam fomentar a "resiliência", pois permite a formação do autoconceito positivo. As atividades lúdicas possibilitam o desenvolvimento integral da criança, já que através destas atividades a criança se desenvolver efetivamente, convive socialmente e opera mentalmente; O brinquedo e o jogo são produtos de cultura e seus usos permitem a inserção da criança na sociedade; Brincar é uma necessidade básica assim como é a nutrição, a saúde, a habitação e a educação; Brincar ajuda a criança no seu desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social, pois, através das atividades lúdicas, a criança forma conceitos, relaciona ideias, estabelece relações lógicas, desenvolve a expressão oral e corporal, reforça habilidades sociais, reduz a agressividade, integra-se na sociedade e constrói o seu próprio conhecimento; O jogo é essencial para a saúde física e mental; O jogo simbólico permite à criança vivências do mundo adulto e isto possibilita a mediação entre o real e imaginário (SANTOS, 2000 p. 20).

Ou seja, quanto mais ela se desenvolve, mais maturação lógica desenvolverá, cabendo à família e ao docente proporcionar momentos divertidos ricos de estímulos, dando espaço para a fantasia e a imaginação.

APLICAÇÕES DA LUDICIDADE

O corpo em movimento constitui matriz básica no tocante à aprendizagem, transformando em símbolo tudo o que experimenta corporalmente, construindo desta forma,

seu pensamento. A linguagem corporal enquanto prática pedagógica na Educação Infantil traz a importância do movimento corporal quanto a descoberta e a construção do conhecimento (GARANHANI e MORO, 2001).

O RCNEI entende a expressão corporal como sendo uma das linguagens que mais precisa ser trabalhada, permitindo à criança tomar consciência de si mesma, conhecendo e expressando o mundo ao seu redor. As diversas formas de sentir o corpo estão presentes, contribuindo para conhecer formas, limitações e expressividade: “a riqueza de possibilidades da linguagem corporal revela um universo a ser vivenciado, conhecido, desfrutado” (AYOUB, 2001, p. 57).

Ainda, segundo o autor, os docentes precisam considerar que as crianças atribuem situações com base no processo cultural da sociedade atual, provenientes da crescente institucionalização da infância.

As atividades motoras fazem parte do mundo infantil, ou seja:

O movimento, o brincar, os jogos tradicionais da cultura popular preenchem de alguma forma determinadas lacunas na rotina das salas de aula. Em algumas escolas podemos encontrar as músicas coreografadas no início dos trabalhos, o momento do parque livre ou dirigido, os caminhos com jogos ou materiais lúdicos (MATTOS E NEIRA, 2003, p.176).

A questão cultural também apresenta grande influência sobre o desenvolvimento da motricidade, com base nos diferentes significados de gestos e expressões faciais, pelos movimentos aprendidos no manuseio de objetos específicos como o lápis, a folha, entre outros materiais.

Os jogos, as brincadeiras, a dança e os esportes envolvidos na Educação infantil revelam a cultura corporal de cada ser enquanto indivíduo social, apresentando significados diferentes para cada representação.

É preciso observar situações do cotidiano escolar possibilitando auxiliar a criança durante as atividades motoras dando-lhe oportunidades para que se apropriem dos significados dos movimentos, desenvolvendo a coordenação.

Os jogos motores contêm regras que ajudam a aprender as relações sociais, pois, em um jogo, por exemplo, as crianças aprendem a competir, colaborando umas com as outras, respeitando e aprendendo novas regras: “as atividades lúdicas são indispensáveis para a apreensão dos conhecimentos artísticos e estéticos, pois possibilitam o desenvolvimento da percepção, da imaginação, da fantasia e dos sentimentos” (ALMADA, 1999, p.10).

O professor deve realizar o planejamento, pensando na criança, as suas especificidades e necessidades. Isso demonstra pensar em atividades que contemplam diferentes formas de linguagem:

A brincadeira constitui o recurso privilegiado de desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Nela, afeto, motricidade, linguagem e percepção, representação, memória e outras funções cognitivas são

aspectos profundamente interligados. A brincadeira favorece o equilíbrio afetivo da criança e contribui para o processo de apropriação de signos sociais. Ela cria condições para uma transformação significativa da consciência infantil, por exigir das crianças formas mais complexas de relacionamento com o mundo. Através do brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, ela começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característico de seu pensamento verbal (OLIVEIRA, 1996, p.144).

Na motricidade, é preciso considerar a produção social e histórica. Jogar, brincar, pular, correr, envolve a expressão corporal dando significado ao que está sendo vivenciado naquele momento.

No caso da música, utilizá-la permite que os pequenos criem noção da esquematização corporal:

Atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas, pés, são experiências importantes para a criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, sendo fatores importantes também para o processo de aquisição da leitura e da escrita (BARRETO, 2005, p. 27).

Pode-se utilizá-la como uma metodologia adequada para desenvolver os aspectos psicomotor, linguístico e afetivo infantil, utilizando a linguagem corporal como ferramenta para desenvolver diferentes competências e habilidades, cabendo ao docente se apropriar desse eixo contribuindo com a expressão corporal e diversos conhecimentos atrelados a ela (MARTINS, 2004).

Garanhani (2010), discute que a autonomia no movimento do corpo constrói a identidade corporal da criança. Esse processo ocorre durante a socialização da atividade. As crianças se apropriam da cultura, o que se traduz em atitudes, práticas, valores e regras.

Ainda, quanto ao Referencial: “[...] O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo” (BRASIL, 1998, p. 15).

A integração desses elementos durante o brincar faz com que a criança explore, experimente, compreenda os significados culturais, resultando em conhecimento.

Esse documento considera que as crianças assumem papel importante no ato de se movimentar, envolvendo as diferentes partes do corpo ao se deslocarem, expressando-se e comunicando-se através de gestos.

Porém, o que se pode ver é que ainda em determinadas escolas, a ludicidade é mal interpretada, sendo considerada muitas vezes perda de tempo, resultando na desvalorização das atividades propostas e conseqüentemente o potencial que a criança pode alcançar com a expressão corporal e o movimento:

[...] um grupo disciplinado não é aquele em que todos se mantêm quietos e calados, mas sim um grupo em que os vários elementos se encontram envolvidos e mobilizados pelas atividades propostas. Os deslocamentos, as conversas e as brincadeiras resultantes desse envolvimento não podem ser entendidos como dispersão ou desordem, e sim como uma manifestação natural das crianças (BRASIL, 1998, p. 19).

Wallon (apud, OLIVEIRA, 2011), entende a evolução da criança a partir da dimensão corporal que se integra a um conjunto de atividades desenvolvidas por ela, além dos movimentos relacionados com funções expressivas, instrumentais, posturais e gestos.

O RCNEI compreende ainda que a faixa etária que corresponde dos quatro a seis anos de idade, resulta em uma ampliação do repertório de gestos instrumentais. Esses movimentos exigem certa coordenação motora e devem se ajustar a objetos específicos, como recortar, colar, encaixar blocos, dentre outros.

Assim:

O corpo é uma forma de expressão da individualidade. A criança percebe-se e percebe as coisas que a cercam em função de seu próprio corpo. Isto significa que, conhecendo-o, terá maior habilidade para se diferenciar, para sentir diferenças. Ela passa a distingui-lo em relação aos objetos circundantes, observando-os, manejando-os (OLIVEIRA, 2011, s/p.)

No que compreende de três a 6 anos de idade, deve considerar as práticas pedagógicas dos docentes sobre o papel da motricidade infantil durante o processo de escolarização. Deve-se destacar que o processo educacional é contínuo e evolutivo, devendo ser pautado principalmente na criança.

Desta forma, as crianças devem ser compreendidas como seres sociais e históricos, sendo a aprendizagem voltada para as interações entre a criança e o mundo a sua volta. Diferentes orientações didáticas, prezam pela utilização dos jogos e brincadeiras, além das atividades que envolvem o reconhecimento do próprio corpo e do outro. Assim, justifica-se o uso da ludicidade na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trouxe uma breve discussão sobre a Ludopedagogia com base em seus princípios, além da própria aplicação da ludicidade e da psicomotricidade durante a etapa da Educação Infantil, a partir de levantamento bibliográfico a respeito do tema, a fim de discutir essa nova concepção educacional, demonstrando que um dos desafios presentes na atualidade é estruturar uma metodologia que contemple os cuidados necessários ao desenvolvimento da criança, ao mesmo tempo que resulte em conhecimento.

Algumas expressões corporais realizadas com a criança sofrem certo preconceito ainda que no meio educacional, pois, boa parte dos educadores ainda compreende o uso do lúdico como um momento de bagunça, limitando muitas vezes a criança nas suas mais variadas formas de expressão.

Por esse motivo, é preciso mudar as interpretações realizadas quanto a Ludopedagogia, a fim de nortear a construção de propostas e orientações curriculares para a Educação Infantil como um todo a fim de desenvolver as crianças.

Além disso, esta é uma fase em que a criança pode experimentar, ajustar e construir movimentos com base na interação com as demais crianças servindo de ambiente privilegiado para desenvolver a autonomia e o contato com diferentes vivências relacionadas a cultura da sua comunidade.

É necessário que o docente faça intervenções durante as atividades proporcionando à criança conhecimento e domínio do corpo, da expressão e da comunicação.

A Ludopedagogia trouxe dentre outras contribuições, uma nova visão para o brincar, pois, este deve ser entendido como uma importante ferramenta para a construção da aprendizagem, proporcionando as crianças crescimento e desenvolvimento, observando os resultados de forma positiva.

Desta forma, a Ludicidade na Educação Infantil compreende que os jogos e brincadeiras devem ser utilizados no ambiente escolar, para desenvolver diferentes aspectos na criança como: o cognitivo, a coordenação motora, a socialização, o respeito às regras, o convívio social, a integração enquanto ser pensante, entre outros, desenvolvendo integralmente tanto no individual quanto em grupo.

O desenvolvimento infantil é cercado de diferentes situações, mas, todas devem envolver o respeito as diferenças, o desenvolvimento afetivo, as emoções e os processos cognitivos e sensório-motores. Ou seja, a ludicidade contribui de forma significativa para o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, D. Arte: esta brincadeira é coisa séria. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação, n.32, 1999.
- AYUOB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, vol. 4, n. 4, p. 53-60, 2001.
- BARRETO, D. **Dança: ensino, sentidos e possibilidades na escola**. 2ªed. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Consulta Pública**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: <<http://icg.edu.br/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF,1998. v. 1 - 3.
- CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- FORTUNA, T.R. **Formando professores na Universidade para brincar**. Petrópolis, Vozes: 2001.
- GALVÃO, I.; WALLON, H. **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.
- GARANHANI, M.C.; MORO, V.L. A escolarização do corpo infantil: uma compreensão do discurso pedagógico a partir do século XVIII. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 16, p.109-119, 2000.
- KISHIMOTO, T.M. **O brinquedo na educação** – considerações históricas. Coordenadora do Labrimp da Feusp e Profª dra. da Fac. de Educação da USP, 2012.
- LUCKESI, C.C. Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade, in **Interfaces da Educação, Cadernos de Pesquisa** – Núcleo de Filosofia e História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFBA, vol. 2, no. 1, 1998, pág. 9-25.

-
- MALAGUZZI, L. Histórias, Ideias e Filosofia Básica. In: EDWARDS, Carolyn GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As Cem Linguagens da Criança: A abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância**. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MARTINS, R.P.L. **Contribuição da música no desenvolvimento das habilidades motoras e da linguagem de um bebê: um estudo de caso**. 2004. Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Educação Musical e Canto Coral-Infante Juvenil do Curso de Pós-graduação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Londrina – PR, 2004.
- MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G. O papel do movimento na Educação Infantil. IN NICOLAU, Marieta Lúcia Machado e DIAS, Marina Célio Moraes (org.) **Oficinas de Sonho e Realidade na Formação do Educador da Infância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- NHARY, T.M.C. **O que está em jogo no jogo**. Cultura, imagens e simbolismos na formação de professores. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF. Niterói: RJ, 2006.
- OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico**. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- OLIVEIRA, Z. R. **A Brincadeira e o desenvolvimento infantil: implicações para a educação em creches e pré-escolas**. Motrivivência. Florianópolis, Ano VIII, n. 9, p. 136-145, dez. 1996.
- SANTOS, M.P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. 2000, In **Revista Integração**, nº 22, MEC. Secretaria de Educação Especial.
- SMOLE, K.S. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Armed, 2000.
- RESENDE, D.C.P. A importância da Ludicidade na Educação Especial Inclusiva. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2018.
- RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- VYGOTSKY, L.S. O desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. Cap. 6. **Pensamento e linguagem**. 2011, p. 93-95. Versão para eBook eBooksBrasil.com. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 24 mar. 2023.

Lana Cristina Teixeira - Especialização em Magistério nos anos iniciais, Licenciatura Plena em Letras: Português e Inglês para o Ens. Fund. I e Médio. Licenciatura Plena em Pedagogia pela FCE Faculdade Campos Elíseos. Especializações e Extensões em Língua Inglesa pela USP, Universidade de São Paulo. Pós graduação Latu Sensu em Neurociência e Distúrbios do Desenvolvimento, pela FICS Faculdade Campos Salles. Pós graduação, em Psicopedagogia, pela Faculdade Metropolitana de São Paulo. Professora há 25 anos na Rede Estadual de Ensino de SP, SEE. Professora na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

LIDIANE OLIVEIRA LEOPOLDO DA SILVA

RESUMO

Esse trabalho tem como propósito abordar o papel do psicopedagogo na área da educação especial, que se dedica a proporcionar uma educação inclusiva e de alto nível para alunos que possuem necessidades educacionais especiais. O psicopedagogo trabalha na identificação das causas das dificuldades de aprendizagem, desenvolvimento de planos de intervenção individualizados, aplicação de técnicas e recursos pedagógicos específicos para cada caso, orientação de pais e professores e promoção da inclusão escolar e social dos alunos. O papel do psicopedagogo é crucial para garantir o sucesso da educação inclusiva. Além disso, a psicopedagogia pode contribuir para a formação de professores e outros profissionais que atuam na área da educação especial, oferecendo capacitações e treinamentos que englobem as particularidades dos processos de aprendizagem de crianças com necessidades especiais. Essa formação apropriada pode auxiliar os profissionais a identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem de maneira mais eficiente, assegurando que as crianças recebam uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades específicas.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Dificuldade.

INTRODUÇÃO

A psicopedagogia é uma área de estudo que busca entender e intervir nos processos de aprendizagem de crianças e jovens, levando em consideração as particularidades individuais relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Esse campo de estudo se torna ainda mais crucial quando se trata de crianças que requerem educação especial, pois a psicopedagogia desempenha um papel fundamental para assegurar que esses indivíduos possam receber uma educação de qualidade e possam alcançar todo o seu potencial.

BOSSA (1994, apud SANTOS, 2011), afirma que:

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto

teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria “ensinagem”.

Um dos principais contributos da psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem de crianças que necessitam de educação especial é a capacidade de identificar e compreender as dificuldades de aprendizagem desses indivíduos. Através de avaliações e análises detalhadas, os psicopedagogos conseguem identificar as habilidades e deficiências de cada criança em relação aos diferentes aspectos do processo de aprendizagem, incluindo a percepção, a memória, a atenção, a linguagem, a motricidade, entre outros.

[...] a educação inclusiva significa assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológicas, a igualdade de oportunidades educativas, para que, desse modo, possa usufruir de serviços educativos de qualidade, conjuntamente com outros complementares, e possam beneficiar-se igualmente da sua integração em classes etariamente, com o objetivo de serem preparados para uma vida futura, o mais independente e produtivo possível (VISCA. 2004, p.41).

Com base nessas informações, os psicopedagogos podem criar estratégias e recursos personalizados para cada criança com o objetivo de facilitar e maximizar seu processo de aprendizagem. Essas estratégias podem incluir o uso de materiais didáticos adaptados, a aplicação de metodologias diferenciadas, a utilização de jogos e atividades lúdicas, entre outras abordagens adequadas ao perfil de cada criança.

Segundo Mary (apud BOSSA, 2019), o interesse em entender e atender crianças e adolescentes com deficiências sensoriais e outros problemas que afetam a aprendizagem teve início no século XIX. Autores como Itard, Pereire, Pestalozzi e Seguin começaram a focar em crianças com dificuldades de aprendizagem. Pestalozzi, por exemplo, criou um centro de educação na Suíça, inspirado nos ideais de Rousseau, que atendia crianças e adolescentes carentes e incentivava a percepção intuitiva e a conexão com a natureza. Pereira, por sua vez, se preocupou em estimular a visão e o tato na educação. Itard estudou a percepção e o retardo mental. Seguin fundou uma escola em 1837 para crianças com deficiências mentais, e suas técnicas de treinamento dos sentidos e músculos ainda são utilizadas atualmente.

[...] Seguin fundou na França a primeira escola de reeducação. Depois de rejeitar a noção dominante de “incurabilidade” da deficiência mental, Seguin experimentou, durante muitos anos, o que denominou como método fisiológico de educação e, em 1837, fundou uma escola destinada a crianças mentalmente deficiente e emigrou para os Estados Unidos, em 1848, onde suas ideias foram amplamente aceitas. Suas técnicas de treinamento dos sentidos e dos músculos ainda são utilizadas atualmente [...], (ANASTASI apud BOSSA, 2019, p. 48).

A psicopedagogia também oferece uma importante contribuição para a educação especial através do desenvolvimento de programas de intervenção precoce, que têm como objetivo identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem de crianças na primeira infância. Quanto mais cedo as dificuldades forem identificadas, maiores serão as chances de obter resultados positivos no processo de aprendizagem.

Portanto, a psicopedagogia desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem de crianças que necessitam de educação especial. Através da identificação e compreensão das dificuldades de aprendizagem desses indivíduos, a psicopedagogia pode ajudar a criar estratégias e recursos específicos que facilitem e maximizem o processo de aprendizagem, além de fornecer uma formação adequada para os profissionais que atuam na área da educação especial.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PSICOPEDAGOGIA

A psicopedagogia teve origem na Europa com o objetivo terapêutico de ajudar crianças com dificuldades escolares e familiares. Desde o século XVII, moralistas e educadores já se preocupavam em entender a criança para transformá-la em um ser racional e cristão. No século XVIII, o conceito de disciplina, racionalidade dos hábitos, higiene e saúde física passou a predominar.

Um estudo realizado pela psicopedagoga francesa Bossa (2019) adotou o termo "psicopedagogia curativa" para descrever as ações terapêuticas que têm pontos de vista pedagógicos e psicológicos no tratamento de crianças que enfrentam dificuldades escolares, fracasso escolar ou demonstram lentidão em relação aos seus colegas em relação às aquisições escolares.

A psicopedagogia é uma área do conhecimento que se dedica a analisar e intervir nos processos de aprendizagem, levando em consideração as particularidades de cada indivíduo, suas limitações e potencialidades. Para isso, a psicopedagogia se baseia em diversos campos do conhecimento, como a psicologia, a pedagogia, a neurociência, a sociologia e a antropologia.

Na psicologia, a psicopedagogia utiliza teorias como a teoria da aprendizagem e a teoria do desenvolvimento para entender como os indivíduos aprendem e como as diferentes fases do desenvolvimento influenciam o processo de aprendizagem.

Na pedagogia, a psicopedagogia utiliza teorias como a pedagogia histórico-cultural para entender como as características culturais e sociais de cada indivíduo influenciam o processo de aprendizagem.

Além disso, a psicopedagogia se baseia na neurociência para entender as bases neurobiológicas da aprendizagem e na antropologia e sociologia para entender como as relações sociais e culturais influenciam o processo de aprendizagem.

Em resumo, a psicopedagogia é uma área interdisciplinar que se baseia em diversas teorias e campos do conhecimento para desenvolver estratégias de ensino adaptadas às particularidades de cada indivíduo.

A psicopedagogia é uma área de estudo que se dedica a compreender as dificuldades de aprendizagem e desenvolver estratégias para ajudar as pessoas a superá-las. Essa área de

estudo e conhecimentos da psicologia e da pedagogia, buscando compreender não apenas as questões cognitivas, mas também as emocionais e sociais que influenciam a aprendizagem.

Os fundamentos teóricos da psicopedagogia são fundamentais para entender o seu campo de atuação e as suas práticas. Neste texto, vamos apresentar os principais fundamentos teóricos da psicopedagogia, suas bases epistemológicas e seus principais conceitos.

Algumas das principais teorias que fundamentam a psicopedagogia são:

Teoria Piagetiana: Jean Piaget foi um dos principais teóricos da psicologia do desenvolvimento. Sua teoria enfatiza a importância do desenvolvimento cognitivo e propõe que a aprendizagem ocorre a partir da interação do indivíduo com o meio.

Teoria Vygotskiana: Lev Vygotsky foi um dos principais teóricos da psicologia do desenvolvimento e sua teoria enfatiza a importância do papel da cultura e da interação social na aprendizagem.

Teoria de Wallon: Henri Wallon foi um psicólogo francês que propôs uma teoria do desenvolvimento humano que destaca a importância da afetividade e das emoções na aprendizagem.

Teoria da Psicanálise: Sigmund Freud foi o fundador da psicanálise, uma teoria que propõe que os processos mentais inconscientes influenciam nossa vida psíquica e emocional.

Essas teorias e outras contribuíram para o desenvolvimento da psicopedagogia como área de estudo e prática.

A psicopedagogia se baseia em alguns conceitos fundamentais que são importantes para entender sua abordagem e práticas. Alguns dos principais conceitos da psicopedagogia são:

Aprendizagem: é o processo pelo qual o indivíduo adquire conhecimentos, habilidades e competências a partir da interação com o meio. A aprendizagem pode ser influenciada por diferentes fatores, como idade, experiências anteriores, saúde emocional, entre outros.

Desenvolvimento: é o processo pelo qual o indivíduo se transforma e se adapta ao meio ao longo do tempo. O desenvolvimento pode ser influenciado por fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Dificuldade de aprendizagem: é um problema que afeta a capacidade do indivíduo de adquirir conhecimentos, habilidades e competências. Essas dificuldades podem estar relacionadas a questões cognitivas, emocionais ou sociais.

Intervenção psicopedagógica: é o processo pelo qual o psicopedagogo identifica as dificuldades de aprendizagem de um indivíduo e desenvolve estratégias para ajudá-lo a superá-las. A intervenção psicopedagógica pode envolver diferentes técnicas, como jogos, atividades lúdicas, exercícios de memória e atenção, entre outros.

Avaliação psicopedagógica: é o processo pelo qual o psicopedagogo avalia o indivíduo para identificar suas habilidades e dificuldades de aprendizagem. A avaliação psicopedagógica pode envolver diferentes técnicas, como entrevistas, testes psicológicos, observações, entre outros.

Mediação pedagógica: é o processo pelo qual o psicopedagogo atua como mediador entre o indivíduo e o conhecimento, buscando criar um ambiente de aprendizagem favorável e estimulante.

Inclusão escolar: é o processo pelo qual se busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, emocionais ou sociais.

A psicopedagogia é uma área que se dedica a ajudar as pessoas a superar suas dificuldades de aprendizagem e desenvolver suas habilidades e competências. Para isso, o psicopedagogo utiliza diferentes práticas que se baseiam em seus fundamentos teóricos. Algumas das principais práticas da psicopedagogia são:

Atendimento clínico: é o atendimento individualizado que o psicopedagogo realiza com pessoas que apresentam dificuldades de aprendizagem. Nesse tipo de atendimento, o psicopedagogo realiza uma avaliação psicopedagógica e desenvolve um plano de intervenção personalizado para ajudar a pessoa a superar suas dificuldades.

Atendimento institucional: é o atendimento que o psicopedagogo realiza em instituições educacionais, como escolas, creches e centros de educação infantil. Nesse tipo de atendimento, o psicopedagogo trabalha em conjunto com outros profissionais da área da educação para identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos e desenvolver estratégias para ajudá-los.

Orientação psicopedagógica: é o trabalho que o psicopedagogo realiza com pais e professores para orientá-los sobre como lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos e ajudá-los a superá-las. A orientação psicopedagógica pode envolver diferentes técnicas, como palestras, encontros em grupo e atendimentos individuais.

Formação continuada de professores: é o trabalho que o psicopedagogo realiza com professores para capacitá-los a identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos e desenvolver estratégias para ajudá-los. A formação continuada de professores pode envolver diferentes técnicas, como cursos, palestras e oficinas.

Atividades lúdicas: são atividades que o psicopedagogo utiliza para estimular a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e competências dos indivíduos. Essas atividades podem envolver jogos, brincadeiras, contação de histórias, entre outras.

Grupos de estudo: são grupos que o psicopedagogo forma para discutir temas relacionados à psicopedagogia e compartilhar experiências e conhecimentos. Esses grupos podem ser formados por psicopedagogos, pais, professores e outros profissionais da área da educação.

Essas são apenas algumas das principais práticas da psicopedagogia. Cada uma delas é importante para ajudar as pessoas a superar suas dificuldades de aprendizagem e desenvolver suas habilidades e competências.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é uma área da educação que se concentra em atender as necessidades educacionais de pessoas com deficiências, transtornos ou dificuldades de

aprendizagem, com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades educacionais e a inclusão dessas pessoas na sociedade.

Desde a década de 1970, a educação especial passou por uma mudança significativa, deixando de ser vista como uma educação segregada e passando a ser parte da educação inclusiva. Esse processo reconhece e valoriza a diversidade e as diferenças individuais, e busca garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Para garantir a inclusão escolar, a educação especial conta com uma equipe de profissionais que incluem psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos, entre outros. Eles trabalham juntos para atender as necessidades educacionais dos alunos, realizando avaliações para identificar as necessidades especiais dos alunos, elaborando planos e estratégias de ensino adaptadas às suas necessidades e acompanhando o processo de aprendizagem dos alunos para garantir que estejam progredindo.

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade. Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (no caso as pessoas com deficiência), e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares! (MONTAN 2003, p.26)

A educação especial é uma área da educação que utiliza recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados para atender às necessidades educacionais de alunos com deficiências, transtornos ou dificuldades de aprendizagem. A equipe de profissionais da educação especial trabalha em conjunto para capacitar os professores e garantir que esses alunos tenham acesso a um ensino de qualidade, gratuito e complementar ao ensino regular.

No Brasil, a educação especial é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determina que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e que esses alunos têm direito ao atendimento educacional especializado. A educação especial não se limita apenas a alunos com deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, mas também abrange alunos com transtornos de aprendizagem e em situação de vulnerabilidade social.

Apesar dos avanços na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, ainda há desafios a serem superados. É necessário mudar a mentalidade da sociedade para valorizar a diversidade e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Para isso, é fundamental investir em formação de professores, recursos pedagógicos e tecnológicos e políticas públicas que garantam o acesso e a permanência desses alunos na escola. A educação especial é um direito e uma necessidade, que deve ser garantida a todos os alunos que dela necessitem.

AS INTERVENÇÕES QUE A PSICOPEDAGOGIA PODE REALIZAR

O trabalho do psicopedagogo consiste em identificar as causas da dificuldade, elaborar estratégias e intervenções personalizadas, e acompanhar o processo de aprendizagem do indivíduo.

O processo de intervenção começa com a avaliação diagnóstica, que é uma coleta de informações sobre a história de vida, habilidades, competências, dificuldades e potencialidades do indivíduo. Com base nessa avaliação, o psicopedagogo identifica as causas da dificuldade de aprendizagem e elabora um plano de intervenção que visa superar essas dificuldades e desenvolver as habilidades e competências necessárias para a aprendizagem.

A Intervenção Psicopedagógica na área do ensino fundamental estará priorizando mais a parte da aprendizagem, a interdisciplinaridade, atendimento adequado oferecido pela instituição para atender as necessidades do aluno, resgatando o prazer de aprender e ensinar entrando em relação para assim estimular a aprendizagem. (ARRAIAL, LEMOS, KOZELSKI, 2020, p. 7)

Ajudar pessoas com dificuldades de aprendizagem a superar suas limitações e desenvolver as habilidades necessárias para a aprendizagem, é uma intervenção psicopedagógica. O psicopedagogo pode trabalhar individualmente ou em grupo e usa técnicas e recursos pedagógicos, como jogos e atividades lúdicas, para tornar a aprendizagem mais prazerosa e efetiva.

O psicopedagogo também se preocupa em trabalhar a autoestima e a autoconfiança do indivíduo, uma vez que a dificuldade de aprendizagem pode estar relacionada a questões emocionais, como a ansiedade e o medo de falhar. O objetivo é motivar o indivíduo a superar suas dificuldades e desenvolver suas habilidades e competências.

A intervenção psicopedagógica não é limitada apenas a crianças em idade escolar, mas também pode ser aplicada a adolescentes e adultos que apresentam dificuldades de aprendizagem em diferentes áreas, como leitura, escrita e matemática. É uma abordagem interdisciplinar que envolve outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, além da família e da escola. O trabalho em equipe é fundamental para garantir um atendimento personalizado e adequado às necessidades do indivíduo. O envolvimento da família e da escola é essencial para garantir o sucesso da intervenção psicopedagógica.

Portanto, é uma abordagem efetiva que visa ajudar pessoas com dificuldades de aprendizagem a superar suas limitações e desenvolver suas habilidades e competências necessárias para a aprendizagem. É um trabalho personalizado, interdisciplinar e que envolve a família e a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área institucional, o papel do psicopedagogo é muito importante, pois ele se dedica a refletir e analisar a necessidade de buscar uma educação de melhor qualidade, desenvolvendo um trabalho mais aprofundado nas escolas com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem durante o processo educacional.

O psicopedagogo identifica as causas dessas dificuldades e elabora um plano de intervenção personalizado, que pode incluir atividades lúdicas e pedagógicas, para estimular o aprendizado e desenvolver as habilidades e competências necessárias. Ele trabalha em conjunto com outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, para garantir um atendimento interdisciplinar e adequado às necessidades do aluno.

O papel do psicopedagogo na educação especial é fundamental para garantir uma educação inclusiva e de qualidade para alunos com necessidades educacionais especiais. Ele atua na identificação das causas das dificuldades de aprendizagem desses alunos e elabora planos de intervenção personalizados, que levam em consideração as necessidades individuais de cada aluno.

O psicopedagogo também orienta pais e professores sobre como lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos e como ajudá-los a superar essas dificuldades. Ele busca promover a inclusão escolar e social dos alunos com necessidades educacionais especiais, incentivando a participação ativa desses alunos na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o psicopedagogo também trabalha a autoestima e a autoconfiança dos alunos, pois muitas vezes a dificuldade de aprendizagem está relacionada a questões emocionais, como a baixa autoestima e a falta de confiança nas próprias capacidades. Ele busca motivar o aluno a superar as dificuldades e desenvolver suas habilidades e competências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIAL, Camila Nunes; LEMOS, Daiana Aparecida; KOZELSKI, Adriana Cristina. **Intervenção psicopedagógica institucional: a intencionalidade do trabalho no ambiente escolar.** 2020. Disponível em: <https://www.famper.com.br/arquivos/documentos/tcc/35/a59b485d47d1ffaa.pdf>. Acesso em 24 jul.2023.

BOSSA, Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** 5. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2019.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em 24 jul.2023.

SANTOS, A. M. X. et al. **A importância da formação continuada para uma atuação docente reflexiva.** Teresina: Jornal da Educação, 2011.

Lidiane Oliveira Leopoldo da Silva - Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Paulista (UNIP), em 2016. Pós-Graduação em Educação Inclusiva, pela Faculdade Campos Salles, em 2023.

O PAPEL DA LITERATURA NO DESENVOLVIMENTO DO SENSO CRÍTICO DE ESTUDANTES DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

LUCIANA RODRIGUES DA GRAÇA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender o papel da Literatura no desenvolvimento do senso crítico dos educandos do 6º ano do Ensino Fundamental, investigando se o ensino de Literatura valoriza mais o aprender repetitivo ou instigar os discentes a pensar. Para tal estudo foi feito um levantamento bibliográfico e pesquisa de campo descritiva com análise qualitativa com professores do 6º ano. Segundo os dados bibliográficos constatou-se a preocupação de muitos estudiosos com o ensino de literatura, no sentido de formar discentes competentes, aguçá-los para o desenvolvimento do senso crítico, assim obter êxito nas mais diversas situações comunicativas. A coleta de dados verificou-se que todos trabalham a Literatura apenas para ensinar aspectos linguísticos da gramática, sem uma abordagem prazerosa das obras literárias. Nos resultados confirmou-se uma divergência entre a metodologia que os docentes diziam praticar. Portanto, pretende-se com este estudo, fazer uma reflexão sobre o ensino de Literatura como prática de leitura prazerosa de obras literárias, em especial a infantojuvenis, no intuito de desenvolver nos discentes desde cedo o hábito de ler, aprofundando-se de tal forma que desenvolva o senso crítico, essencial em todas as circunstâncias da vida.

Palavras-chave: Ensino aprendizagem; Obras literárias; Criticidade; Situações comunicativas.

INTRODUÇÃO

Considerando o papel que a literatura exerce na formação da criticidade do ser humano dentro e fora das instituições escolares, pode-se ressaltar a dicotomia de algumas práticas de como é ensinada a literatura nas escolas, por um lado uma prática habitual de leituras funcionais, interpretações objetivas de textos literários e, do outro a leitura interativa de obras literárias envolvendo numa mesma sintonia as produções do emissor-autor ao receptor-leitor, estimulando neste, obtenções da diversidade de sensações emocionais e intelectuais, que habilitam o leitor ao desenvolvimento de competências comunicativas, gramaticais, sociolinguísticas, discursiva, estratégias comunicativas e o senso crítico.

Assim, percebe-se que a leitura de obras literárias é parte integrante na formação do ser humano crítico, dotado de habilidades comunicativas e socialmente humanizado, que através das produções literárias excepcionais e do imaginário do leitor possibilitam conhecer

tradições, culturas e valores de uma sociedade. Para isso, os textos literários pressupõem uma leitura crítica, necessidade que se faz presente diariamente na vida do cidadão, mas a escola sendo uma das instâncias responsáveis pela formação desses cidadãos nem sempre utiliza a leitura de obras literárias de maneira crítica e reflexiva.

Além disso, a forma como os docentes atuam quanto ao ensino de literatura é motivo constante de debates de estudiosos e de discussões de algumas instituições públicas com o intuito de questionar se de fato o ensino de literatura está sendo colocado em prática é desempenhado de forma satisfatória.

A pesquisa realizada pressupõe que os discentes possuem certo conhecimento de mundo e linguísticos necessários para fluir na leitura de obras literárias, em especial a literatura infantojuvenil, que exige uma maior reflexão, uma vez que nem tudo está explícito, necessitando uma maior concentração do leitor. Por isso, um bom planejamento dos docentes é necessário para que os estudantes sejam estimulados nas boas práticas da leitura de livros literários isso tornará os educandos cidadãos mais críticos podendo chegar à universidade com maior bagagem de vocabulário, leituras e experiências estéticas, essenciais na formação científica e social, assim, com a leitura de obras literárias pode se conquistar experiências comunicativas que talvez não se desenvolvam interagindo apenas com a sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA PARA O DESENVOLVIMENTO DE LEITURAS COMPETENTES

A leitura pode ser conceituada como sendo uma ação ou resultado de quem lê. Para os PCNs (1998, pág. 54) formar leitor supõe que: é formar alguém que compreende o que lê: que possa aprender a ler também o que não está escrito; identificando elementos, que estabeleçam relações entre o texto que lê e outros textos já lidos, para isso, a leitura tem que estabelecer sentido para quem lê capacitando os leitores a inferir no texto, ativando experiências de leituras anteriores e adquiridas culturalmente no convívio com a sociedade. A leitura de obras literárias proporciona ao leitor voar, viajar, descobrir e se aventurar, assim sendo Cada um voa, viaja, descobre e se aventura com asas que são as suas, levando no voo a bagagem própria com que se pode ir mais longe e para ficar mais tempo, tirando maior proveito, conforme a disponibilidade interior (RESENDE, 2000, p. 16).

O ato de ler requer do leitor assíduo a vivência constante no mundo das diversificadas leituras, utilizando-as diariamente de maneira crítica. Para Resende (2000, p. 15) é necessário que os leitores façam os seguintes questionamentos: o que ler, onde ler, para quê, para quem, com quem, e ler o quê? . A leitura para que ela se realize competentemente é necessário que se conheça suas potencialidades. Segundo Silva apud Resende (2000, p. 16):

[...] leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas. A explicação desse tipo de leitura, que está longe de ser mecânica (isto é, não geradora de novos significados), será feita através da caracterização do conjunto de exigências com o qual o leitor crítico se defronta, ou seja, CONSTATAR, COTEJAR e TRANSFORMAR.

De acordo com a citação, o ato de ler não só ressignifica o homem como é responsável por uma melhor qualidade do ensino, transformando o modo de pensar e agir dos leitores enquanto construtores de uma sociedade mais humanizante. Para que os docentes incentivem nos discentes práticas leitoras é imprescindível uma abordagem prazerosa e interativa das narrativas literárias, formando leitores críticos. Agindo assim promoverá a formação de uma consciência, que amadureceu para o gosto aprimorado e será dotado de um critério independente de escolha e de discernimento (Resende, 2000, p. 19).

Visto que o papel do educador segundo Kleiman (1989, p 26) pode ser não o de mediador entre autor e leitor, mas o de fornecedor de condições para que se estabeleça a interlocução os textos literários lidos pelos pais fazem parte do cotidiano de poucas crianças ou aquelas histórias inventadas pelos nossos avós que faziam parte do repertório diário antes de dormir que estimulavam a imaginação, a fantasia das crianças e jovens. Infelizmente não existem mais, foram perdendo espaço para a televisão, para o videogame e internet. Para Resende (2000, p. 18):

Ouvir histórias, sobretudo quando ainda não se lê a palavra de livros ou a partir deles, inventadas pelos adultos ou adaptadas, alimenta a fantasia infantil. As crianças guardarão no seu imaginário as melhores imagens, que serão símbolos em repouso na memória, para interagirem com experiências futuras.

Conforme a citação, as histórias ouvidas quando criança ficam guardadas na memória e, ao crescer podem ser utilizadas em outras leituras ou nas situações comunicativas, dessa forma compondo experiências individuais. Quanto mais os discentes praticarem a leitura, mais ampliarão o seu vocabulário linguístico, habilidades de conhecer variabilidades textuais, conhecimento das estruturas das palavras e a posicionar-se corretamente nas diversas situações. Essas habilidades aumentam quando se lê com frequência obras literárias, exigindo do leitor conhecimentos linguísticos e cognitivos. Brito (2003, pág. 27) afirma que a leitura é:

[...] um enfoque psicolinguístico em que a leitura é considerada uma forma de interação entre pensamentos e linguagem. Vai além do que uma visão mecanicista em que o aluno lê corretamente todas as palavras, obedecendo aos sinais de pontuação, de modo a efetuar adequadamente a correspondência entre grafia e som.

Deste modo, a leitura para que ela se realize plenamente é importante que o docente saiba os conhecimentos que os discentes possuem em relação à leitura que será introduzida, para que eles ativem informações já assimiladas como a estruturação do texto, fazer as devidas pontuações e entonações, fatos estes essenciais na fruição do texto.

Contudo, se o texto for lido simplesmente para realizar uma exigência do professor, principalmente quando esse texto for uma obra literária, conseqüentemente o discente não ativará todas as suas competências. Para isso, Brito (2003, p. 28) identifica a leitura como sendo “uma atividade essencialmente preditiva, de formulação de hipóteses, para a qual o leitor precisa utilizar seu conhecimento linguístico, conceitual, e sua experiência”.

O leitor ao ler determinada obra ele tanto constrói novos conhecimentos quanto ativa os já existentes, por isso, segundo Resende (2000, p. 20):

[...] a conversar sobre o que se ouve, se lê, se vê, se toca é importante, e o encantamento com o livro pode crescer, como também podem ser maiores as descobertas em torno de uma história, a partir do encontro de vozes que convergem para uma mesma obra, diferenciando-se opiniões, emoções, enfim, a leitura. Porém deve ser admissível o silêncio como resposta. Às vezes, um debate, por exemplo, esquentando ideia, suscita desafios, dando ao professor uma certa medida de envolvimento dos leitores com o que leram. Mas as reações variarão, e haverá indivíduos ou momentos que dispensarão explicações ou satisfações sobre o que foi lido. O ato da leitura, nesse caso, supõe uma relação estreita e solitária do leitor com a obra. A linguagem poética é muito especial na sua finalidade, em termos de fruição. Há solicitação da interioridade, que escuta, recolhe, tece emoções e imagens, às vezes vibram como corpo todo, e pode preferir permanecer silenciosa, tendo guardada para si as imagens que o texto despertou.

Diante do exposto, a interação, primeiramente, deve acontecer com o leitor e o texto literário, para depois ser realizado o debate dentro da sala de aula; alguns discentes até podem envolver-se na discussão, outros podem permanecer em silêncio, porém não significa que os mesmos não entenderam, preferiram guardar no interior as emoções que a obra proporcionou, de forma a ativá-las nas situações comunicativas.

LEITURAS LITERÁRIAS NA SALA DE AULA

No passado a literatura era privilégio de poucos assim como o acesso à escola era para aqueles com o poder aquisitivo considerável, pois através dos textos literários poucos aprendiam a ler e escrever, desde os contos até os cânones, essenciais também na formação de futuros políticos, já que era uma aliada no desenvolvimento da retórica que segundo Cosson (2010, p.56):

Com os textos literários, aprendiam a escrever desde as primeiras letras até emular o estilo de grandes autores... em outras palavras, a literatura na sala de aula era a matéria com a qual desconstruíam os elos que formavam uma corrente entre escola, língua e sociedade - a própria essência da formação humanista.

Dessa forma, a literatura não somente desempenhava o papel de alfabetizar os educandos como também aliava o estudo dos textos literários às possibilidades de dialogar com várias culturas de épocas diferentes, pois, desenvolve várias habilidades como: leitura e escrita, aguçamento da norma culta da língua e a manter uma relação de diálogo com outras culturas, como também uma excelente retórica, fato estes que acabavam diferenciando uma classe da outra.

Hoje a maioria das escolas no que diz respeito ao ensino de literatura estagnou-se da mais simples exposição de leitura às perguntas corriqueiras. A função do texto literário não é desempenhar o papel de localizar informações contidas no texto tais como: quais são os personagens e suas funções na obra? Qual o estilo literário predominante da obra? Assim, o estudo literário está restringindo-se a meras perguntas explícitas na obra. Mas, para que os discentes comecem a perceber a verdadeira função de ler obras literárias, o docente tem que propor debates, ajudando-o na compreensão e no clareamento do entendimento do texto que muitas vezes não é encontrado na leitura feita em silêncio ou em voz alta.

O ensino de literatura através de fragmentos de textos literários contidos nos livros didáticos têm apenas a finalidade de ensinar gramática e a linguística do que despertar o prazer dos discentes para a leitura das narrativas literárias. Segundo Cosson (2010, p. 57) esse ensino de literatura se resumiu [...] a uma dívida com o passado com o qual a escola não sabia bem como lidar e onde encaixar, mantido mais pela inércia do que pela necessidade de promover a formação literária dos educandos. Desse modo, a literatura em algumas escolas é utilizada apenas por obrigação, de forma a cumprir o currículo, mas, essa inaptidão com uso da literatura em sala de aula não é caracterizada de uma maneira geral já que existem inúmeros projetos de incentivos a leitura de obras literárias, como também inúmeros especialistas e pesquisadores que estudam, argumentam e defendem que a utilização das obras literárias é indispensável na formação do ser humano crítico.

Atualmente nas escolas, o governo federal envia remessas de livros literários infantojuvenis e clássicos readaptados, com linguagens de fácil entendimento destinado ao público em questão, no entanto, não são utilizados como deveriam, muitas vezes esses livros são empregados, por exemplo, para fazer leituras e interpretações objetivas, inculcando no aluno a leitura por obrigação, e outras vezes eles não são nem utilizados, da mesma forma que são entregues pelo Ministério da Educação são abertos apenas para serem colocados nas prateleiras, permanecendo intocáveis, fato que merece atenção, pois não são utilizados pelos alunos para não desorganizar nem amassar os livros, e os professores não os utilizam por estarem adaptados a seguir os conteúdos do livro didático não querendo se comprometer com algo que modifique sua rotina dentro da sala de aula. Com o tempo acabam virando comida de insetos, fato inadmissível para quem nos oferece o que há de melhor.

Nem sempre o educando gostará de ouvir e ler livros de literatura em sala de aula, porém, o educador deve incentivar a leitura literária. O discente não é obrigado a gostar, já que também faz parte do processo de aprendizagem à recusa de algo que não lhe agrada, isso mostra que ele está atento e é ativo, que não aceita o que lhe é ensinado passivamente, pois o professor não é apenas o único mediador do conhecimento, mas existe uma troca entre ambos. O texto literário desperta a curiosidade e o prazer de ler, fazendo com que reflitam e discutam sobre a obra, transformando a sala de aula em um verdadeiro ambiente de interação recíproca a todos os envolvidos.

A interação acontece também entre disciplinas, a chamada interdisciplinaridade, que é quando várias disciplinas interagem compondo um assunto, assim como as obras literárias que conseguem contextualizar vivências de temas de quando a obra foi escrita, que muitas vezes, esses temas vão além do contexto da época, podendo apresentar em uma mesma obra

referências de outras obras e autores, pois dentro de uma única obra pode abranger diferentes conhecimentos. Para Manguineau apud Cosson (2010, p.62) o contexto não é o que está em volta da obra, mas, sim, as referências de mundo que ela traz consigo, o que vem com o texto. Cosson (2010) em seu trabalho *O espaço da literatura na sala de aula* não só aponta o espaço do texto, do contexto das obras literárias como também o espaço do intertexto subdividindo em intertextualidade externa, aquela que o aluno faz referência com leituras lidas anteriores e a intertextualidade interna aquela que vem exposta através de citações de outras obras. São essas intertextualidades que muitos professores acham que o aluno não possui, ao contrário, os docentes poderão se surpreender.

Por exemplo, uma mãe que lia histórias infantis para sua filha, numa certa noite ao ler a história da Chapeuzinho Vermelho ela se surpreendeu quando a criança falou: o lobo mau que amedronta a chapeuzinho também amedronta na história dos três porquinhos. A criança mesmo com pouca vivência relacionou uma leitura que a mãe já havia lido com a leitura lida no momento, da mesma forma os alunos também são capazes de fazer essa intertextualidade, desde que as aulas de literatura sejam bem instruídas constituindo numa experiência formativa (LARROSA, 1998). Essa experiência formativa é importante na construção do conhecimento crítico tanto para discentes como para docentes.

Brandão & Rosa (2010) em *Leitura de textos literários na sala de aula: é conversando que a gente se entende...* sugere que a escolha do texto literário para serem lidos dentro da sala de aula deve ser de acordo com: (1) as afinidades estéticas do professor; (2) as preferências demonstradas pelas crianças; e (3) o conhecimento do acervo a que os estudantes têm acesso na escola (BRANDÃO & ROSA, 2010, p.74). Tudo o que foi mencionado é importantíssimo, mas não acontece se o docente não for um leitor de obras literárias, com isso, ele não conseguirá ministrar sequer uma boa aula de literatura.

Do texto literário quando introduzido em sala de aula surgem inúmeros diálogos criativos que segundo Bologna (2008, págs. 11-12)

[...] permitem que possamos falar para fazer, pensar para falar. Pensar e falar sobre o sentir, perceber, existir. Permitem que possamos estimular a integridade, própria e alheia, permitindo que estejamos e sejamos, juntos, sem obrigar-nos a ser iguais.

Assim, a literatura nos faz pensar criticamente, ela não sugere apenas um pensamento, uma resposta pré-determinada, ao contrário, para cada leitura lida surgem fatos que na leitura anterior não foram identificados, surgem também para cada leitor que leem interpretações, diálogos diferentes.

Sendo assim, a criança poderá desenvolver o prazer da leitura de obras literárias com a convivência com pessoas que gostam de ler, como por exemplo, na família ou na escola, quando elas não veem em casa a família lendo dificilmente não vão gostar de ler, então a escola surge como um espaço planejado de aprendizagem que deve ser construído para que os discentes sejam incentivados e despertados para o prazer de ler obras literárias, para que seja desenvolvido o senso crítico, uma vez que não dependerá somente do discente ou do docente, mas também do esforço de todos que fazem parte do processo ensino aprendizagem. Paulino (2005, p. 43) diz que: [...] habilidades exigidas na leitura literária são

habilidades cognitivas, além de serem habilidades de comunicação, no sentido de habilidades interacionais e também afetivas. Uma forma de ser trabalhada a literatura é introduzir na Proposta Política Pedagógica da escola, propostas e metas que priorizem a literatura em sala de aula, frisando a leitura consciente de boas obras literárias com temas diversificados, assim, o docente teria uma preocupação maior na hora de elaborar o plano de aula e não apenas utilizar a literatura de forma fragmentada, portanto, a escola deve trabalhar em conjunto visando uma educação de qualidade.

Muitos leitores têm uma visão distorcida do que é uma obra literária; acabam lendo e gostando de algumas pelo fato de apresentar um tom moralista bem acentuado; a obra não pode se restringir apenas a uma lição de moral, de como bem se portar na sociedade, ou seja, criando uma concepção de que, o que a sociedade prega é o correto e tudo que distancia dessa concepção de sociedade deve ser banido ou reprovado; assim, ao introduzir uma obra na sala de aula, a maioria dos docentes acham que a interpretação será a mesma que ele previa, como por exemplo, que o herói é o mocinho da história e o vilão é que termina se dando mal, mas, pode ser que o discente identifique no herói traços, atitudes e malícias que não deve ter em mocinho, e veja o vilão como um personagem que está diante dos percalços da vida, lutando pela sobrevivência.

Diferentes interpretações acontecem pelo fato de que as experiências são diferentes para cada indivíduo, uns possuem mais do que outros, ou seja, devido aos diferentes conhecimentos de mundo de cada leitor, pois nunca podemos estar certos do tipo de efeito moral que esse ou aquele livro irá exercer (VYGOTSKY, 2004, p. 325), quando surgirem absurdos de interpretações sobre o que foi lido, é o momento do professor intervir de forma a criar debates entre interpretações diferentes, induzindo o educando a criar possibilidade do autoquestionamento; o que o educador não deve fazer é colocar sua interpretação acima das outras, desviando o discente a pensar que é a única correta. Segundo Vygotsky (2004, p. 328) a um amortecimento sistemático do sentimento estético, sua substituição por um momento moral estranho à estética e daí a natural repugnância estética dos discentes.

Quando o docente é um leitor ativo de obras literárias ele saberá conduzir o discente de forma a perceber que uma obra literária nunca reflete a realidade em toda sua plenitude e verdade real, mas é um produto sumamente complexo da elaboração dos elementos da realidade (VYGOTSKY, 2004, p. 329). Uma obra pode retratar fatos acontecidos tempos atrás até fazer o leitor remeter ao tempo presente ou que convive ou o que presencia, mas nunca em sua totalidade, sendo assim, ela não possui valor estético, apenas retratos de fatos históricos, esquecendo de que a obra é formada como um todo de sentido estético e não emaranhados de histórias da realidade, assim Vygotsky (2004, págs. 332-333) coloca que:

[...] uma obra de arte não pode ser percebida apenas pelo organismo a contemplar, mas pela atividade interior que exige além do que o impulso básico, assim como na música e nas artes plásticas o principal é o que não se ouve, o que não se vê nem se apalpa.

É o que acontece com as obras literárias, o principal fica implícito, o que nos remete a vida real como uma pessoa melhor, mais consciente e questionador dos assuntos do nosso tempo e nosso meio.

A seleção dos textos e dos livros literários para adolescentes tem que fazer parte de uma rede temática de discussões que tenha significado na experiência de vida e na experiência educacional dos discentes, onde o levantamento pelos docentes da reflexão teórica esteja sempre formando cidadãos conscientemente críticos. Infelizmente o que se observa na maioria das escolas é que os hábitos de leitura de obras literárias estão distantes cada vez mais dos docentes e discentes. Segundo Souza (2003, p. 15):

Partir da hipótese (válida ainda, mas não a única) de que o aumento da produção e a ampliação da faixa de idade a ser atendida por livros catalogados como juvenis estariam diretamente ligados ao espaço deixado em aberto pela fragilidade do ensino de leitura e literatura nas nossas escolas, uma vez que a leitura de textos literários (como confirmam muitas pesquisas) não vem fazendo parte nem do lazer, nem da formação profissional dos professores em geral.

Assim, o ensino de literatura se encontra escasso pelo fato de alguns professores não possuírem hábitos de leituras literárias nem na sua formação e nem em suas leituras de divertimento; se eles não têm o hábito de leituras de obras literárias dificilmente serão bons incentivadores dessa prática.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente pesquisa foi realizada em três escolas públicas da rede municipal, com três docentes do 6º ano do Ensino Fundamental. Todos os professores ministram aulas de Português e Literatura e responderam questões como: Você trabalha literatura em sala de aula? Como? Com que finalidade ensina a leitura de obras literárias? Quais obras literárias já trabalharam em sala de aula? E qual a importância de se trabalhar a literatura em sala de aula? E os discentes responderam aos seguintes questionamentos: Você sabe o que é literatura? Para que serve a leitura de obras literárias? Quais obras literárias já leram? Quem indicou a leitura de obras literárias? E como a professora trabalha a literatura em sala de aula?

A pesquisa objetiva compreender através da observação e aplicação de questionários aos docentes como se dá às práticas do ensino de literatura na construção do senso crítico dos alunos, assim como a aprendizagem dos mesmos diante dessas práticas. Abaixo as tabelas com as respostas e suas respectivas análises.

TABELA I - RESPOSTA DOS DOCENTES SOBRE SEU TRABALHO COM A LITERATURA EM SALA DE AULA E COMO O FAZ

DOCENTES	RESPOSTAS
D1	Sim, especificamente poema. Leitura, interpretação e construção coletiva e individual.
D2	Sim. A criança que lê desenvolve o senso crítico e melhora e escrita. Para tanto devemos inculcar em nossos alunos que a literatura é algo bom e prazerosa, explorando as obras literárias em sala de aula.

D3	Sim, mesmo no nível fundamental são trabalhados os paradidáticos que trazem algumas obras literárias.
----	---

FONTE: DADOS DO AUTOR

Analisando as respostas dos docentes todos dizem que trabalham a literatura em sala de aula, como por exemplo, a leitura, interpretação e construção coletiva e individual de poemas, explorando as obras literárias e trabalhos com paradidáticos. O que se percebe é que a literatura não é desenvolvida da forma como deveria nas aulas de Língua Portuguesa, os alunos são até convidados a ler algumas produções literárias ou os professores as apresentam em aulas expositivas, dessa forma o trabalho com a literatura ainda é muito restrito. O interessante é convidar os alunos a se debruçar sobre os textos literários, aprendendo a ler e a analisá-los.

Segundo os PCNs (2000, pág. 37 e 38) a especificidade do texto literário estabelece que:

[...] o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento [...] é um inusitado tipo de diálogo regido por jogos de aproximações e afastamentos, em que as invenções de linguagem, a expressão das subjetividades, o trânsito das sensações, os mecanismos ficcionais podem estar misturados a procedimentos racionalizantes, referências indiciais, citações do cotidiano do mundo dos homens [...] o texto literário não pode ser utilizado para o ensino das boas maneiras, dos hábitos de higiene, dos deveres do cidadão, dos tópicos gramaticais, das receitas desgastadas do prazer do texto. Posto de forma descontextualizada, tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias.

De tal modo, o texto literário deve ser abordado de forma contextualizada despertando nos discentes o senso crítico e exigindo dos docentes um planejamento adequado de acordo com a obra que será apresentada em sala de aula. O seu trabalho é um reflexo da sua formação enquanto leitores, pois se o professor for um leitor assíduo de obras literárias e conhecedor da sua contribuição na formação de cidadãos críticos, conseqüentemente desenvolverá uma aula excelente, contagiando, incentivando e despertando a curiosidade de ampliar o universo literário dos alunos, mas se os professores não possuírem hábitos literários não desenvolverá uma aula prazerosa, repercutindo no alunado a falta de interesse e a mecanização de apenas ler por ler.

TABELA II - RESPOSTA DOS DOCENTES SOBRE A FINALIDADE COM QUE ENSINA A LEITURA DE OBRAS LITERÁRIAS

DOCENTES	RESPOSTAS
D1	Para o desenvolvimento da leitura e escrita, para o desenvolvimento das competências comunicativas e do senso crítico e para o desenvolvimento da interpretação objetiva de textos.
D2	Para o desenvolvimento da leitura e escrita, para o desenvolvimento das competências comunicativas e do senso crítico e para o desenvolvimento da interpretação objetiva de textos.
D3	Para o desenvolvimento da leitura e escrita.

FONTE: DADOS DO AUTOR

Os três docentes trabalham a literatura para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Apenas D1 e D2 dizem contemplar de forma abrangente o ensino de literatura, pois além de desenvolverem a leitura, escrita e interpretação desenvolve a função primordial do ensino de obras literárias, o desenvolvimento do senso crítico.

Sabe-se que o senso crítico é considerado função primordial na formação do discente, que este deve ser contemplado no ensino de Literatura, porém, a Literatura não possui um espaço específico considerável assim como as outras disciplinas, ela vem anexada aos PCNs no ensino de Língua Portuguesa, assim, alguns docentes acabam concluindo que a Literatura não merece tanta consideração, e que o importante é o ensino regido por regras do que preparar os discentes a posicionar-se criticamente.

Logo, a leitura de obras literárias proporciona e possibilita o desenvolvimento da fantasia, da imaginação, de ler um texto e compreendê-lo na íntegra, melhora a escrita e a oralidade, aproveitando o conhecimento de mundo, prévios e linguísticos do educando e desenvolve o senso crítico do leitor aguçando seus sentidos na identificação da estética de uma obra literária. De acordo com os PCN's, (2000, p. 64 e 65) a leitura literária possibilita:

Ampliar a visão de mundo e inserir o leitor na cultura letrada; estimular o desejo de outras leituras; possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação; permitir a compreensão do funcionamento comunicativo da escrita: escreve-se para ser lido; expandir o conhecimento a respeito da própria leitura; aproximar o leitor dos textos e os tornar familiar- condição para a leitura fluente e para a produção de textos; possibilitar produções orais, escritas e outras linguagens; informar como escrever e sugerir sobre o que escrever; ensinar a estudar; possibilitar ao leitor compreender a relação que existe entre a fala e a escrita [...].

Se a leitura de obras literárias fosse defendida e difundida por todos envolvidos no processo ensino aprendizagem o espaço de interação aconteceria e a efetiva competência comunicativa, estilística e o desenvolvimento do senso crítico sucederam com naturalidade.

TABELA III - RESPOSTA DOS DOCENTES SOBRE QUAIS OBRAS LITERÁRIAS JÁ TRABALHARAM EM SALA DE AULA

DOCENTES	RESPOSTAS
D1	Diversos poemas: Canção do exílio e outras que falam do amor a sua terra, Saudades, Ataliba o Vaqueiro.
D2	Fábula, conto, poesia, romance etc.
D3	Romances, contos, comédias, crônicas dos paradidáticos.

FONTE: DADOS DO AUTOR

As obras literárias são livros compostos de histórias, fictícias ou não. Elas podem vir no formato de poesia e outros tipos de escritas: romances, contos, artigos, ensaios, relatos jornalísticos, peças de teatro, histórias infantis e afins. Os docentes dizem trabalhar várias formas em que as obras literárias se encaixam. Porém, percebeu-se através da observação, que os docentes não trabalham os textos literários no intuito de construir nos alunos o senso crítico, eles os utilizam para determinado fim, como por exemplo, a D1 trabalha o poema Canção do exílio para preparar os discentes para as Olimpíadas de Língua Portuguesa. Os docentes D2 e D3 não especificaram que obras literárias já trabalharam em sala de aula, fato este que até ao término da pesquisa o D2 e D3 não utilizaram os textos literários em sala de aula.

O texto literário em hipótese alguma não pode ser utilizado fora do contexto que o aluno está inserido, nem ser introduzido pelos docentes como pretexto de passar tempo, nem ser trabalhado no sentido de cobrar resumos, interpretações de textos, ou a utilização de trechos da obra na prova, com isso, o principal objetivo será a obtenção de nota, resultando no desconhecimento do verdadeiro papel que a literatura exerce, o desenvolvimento do senso crítico. Que Rangel (2005, p. 35) diz:

[...] a forma com que a leitura é trabalhada, na escola ou mesmo fora dela, pode ou não favorecer a aquisição, a transformação e a produção do conhecimento não alienante, desencadeador do processo de participação crítica nas diferentes situações vividas pelo leitor. A leitura, então, envolve também um componente fundamental que é o movimento de conscientização e questionamento da realidade.

De acordo com Rangel (2005), o processo de assimilação da leitura competente depende de como o indivíduo é instruído. Na escola, para que a leitura literária seja apreendida é necessário que o docente tenha um bom planejamento das suas atividades realizadas dentro da sala de aula fazendo com que os discentes sejam cidadãos criticamente cientes do seu papel na construção de uma sociedade que luta pelos ideais coletivos.

TABELA IV - OPINIÃO DOS DOCENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR A LITERATURA EM SALA DE AULA

DOCENTES	RESPOSTAS
D1	Conhecer obras; desenvolvimento cognitivo e linguístico.
D2	O convívio com os livros extrapola o desenvolvimento sistemático do aluno na sua escolarização e a literatura passa a ser difundida com mais intencionalidade.
D3	Aproximar os alunos com a leitura, desenvolver a escrita, a interpretação pois proporciona um conhecimento mais profundo.

FONTE: DADOS DO AUTOR

A literatura reflete e ao mesmo tempo influencia uma sociedade, construindo novas maneiras de pensar e de agir, fazendo com que uma pessoa assuma um novo papel. Essa reflexão vai muito além do seu papel na sociedade, é uma reflexão do que é ser humano e de si mesmo: medos, sonhos, sentimentos e motivações.

Na literatura, nem sempre a leitura será agradável e prazerosa, há leituras desagradáveis e enfadonhas, mas mesmo nessas leituras, devemos reconhecer sua capacidade de despertar um raciocínio crítico. Ou seja, não podemos ler literatura somente porque é bom, mas principalmente porque é importante.

O que se percebe nas respostas dos docentes é que o ensino da literatura em ainda é muito restrito, pois utilizam a literatura para ensinar leitura, escrita, interpretação de textos, conhecimentos de obras, desenvolver o cognitivo, que é apenas a aquisição de conhecimento, isso não quer dizer que o aluno tenha a capacidade de questionar e analisar o mundo a sua volta, ou seja, o senso crítico. Para Zilberman (2009, p. 35):

[...] o recurso à literatura pode desencadear com eficiência um novo pacto entre os estudantes e o texto, assim como entre o aluno e o professor. No primeiro caso, trata-se de estimular uma vivência singular com a obra, visando ao enriquecimento pessoal do leitor, sem finalidades precípua ou cobranças ulteriores. Já que a literatura é necessariamente uma descoberta de mundo, procedida segundo a imaginação e a experiência individual, cumpre deixar que este processo se viabilize na sua plenitude[...]

Do mesmo modo, a literatura deve estabelecer uma vivência significativa entre alunos/ professores/texto não devendo ser trabalhada pelo docente com abordagem de estilos, contexto histórico e cobranças, limitando o discente a uma interpretação equivocada do papel que a literatura exerce na formação do leitor. A Literatura [...] colabora para o desenvolvimento de uma cultura de pensar, prepara os alunos para a resolução de problemas, para a tomada de decisões, e os predispõem a manterem-se para uma aprendizagem (FILIPOUSKI, 2006, p. 227).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do cidadão consciente e crítico têm que ser desenvolvido desde os primeiros anos de vida, através de rotinas que promovam o desenvolvimento cognitivo e o senso crítico, esses hábitos podem ser desenvolvido na família, nas instituições escolares, nas áreas de lazer, ou seja, em todos os ambientes desde que a criança se sinta acolhida e harmonizada, para que sejam efetivadas práticas prazerosas de leitura de obras literárias em especial as infantojuvenis, assim contribuindo na formação de crianças e adolescentes que serão futuros adultos críticos.

As práticas quanto ao ensino de Literatura devem desencadear nos discentes a leitura de obras literárias por prazer, de forma que possam competentemente utilizar-se dela na construção do conhecimento crítico, pois só aprende a ler lendo.

Nas escolas, o ensino deve ser instruído pelos docentes no intuito de formar discentes para que saibam se sobressair em situações problemas, para isso a literatura como sendo disciplina curricular deve ser ensinada e respaldada em obras literárias, uma vez que a Literatura deve ser desmistificada de análises de trechos de obras, de regras gramaticais e apenas leituras como forma de passar tempo. É importante que os educadores introduzam obras levando em consideração as experiências que o alunado possui, buscando resgatar o gosto pela leitura de textos literários.

Nota-se também que a Literatura infantojuvenil faz parte da aprendizagem desde muito tempo através de histórias e atualmente de livros, mas foi se modificando de acordo com as exigências do mercado editorial seguindo uma ideologia geralmente de quem as contrata ou da própria sociedade. As produções de autores de obras literárias extraem da vida real dilemas sociais, econômicos e políticos, transpondo-as para a Literatura de forma amenizada, colocando o valor estético e estimulando no leitor sensações e atitudes mais humanizadas.

A leitura de obras literárias faz com que o indivíduo desenvolve muitas habilidades dentre delas o senso crítico que é a capacidade que o leitor tem de sobressair e se posicionar nas mais variadas situações comunicativas, para que isso aconteça os discentes devem ser estimulados através de práticas comprometidas com a leitura de obras literárias, passando o indivíduo a ler por prazer.

Constatou-se que o estudo da Literatura baseado em obras literárias assume muitos saberes, como linguísticos, literários e sociais levando o discente a desenvolver o senso crítico, para que o mesmo possa ter uma visão mais aprofundada do mundo e de como posicionar-se criticamente diante de situações-problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLOGNA, José Ernesto. Prefácio. In: DE MAIS, Domenico; FREI BETO. **Diálogos criativos**: Domenico De Masi & Frei Beto; mediação e comentários: José Ernesto Bologna. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- BRANDÃO. Ana Carolina Perrusi. (org). **A leitura de textos literários na sala de aula**: é conversando que a gente se entende / Ester Calland de Souza Rosa. V. 20. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2010.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Brasília. MEC, 1998.
- _____. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília. MEC/ SEF, 2000- 2002.

BRITO, Eliane Vianna. **PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula/** Eliane Vianna Brito, José Miguel de Mattos, Harumi Pisciotto. São Paulo. Arte & ciência. 2003.

COSSON, Rildo. (org). **O espaço da literatura na sala de aula.** V. 20. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2010.

FILIPOUSKI, A. M. Para que ler literatura na escola? In: FILIPOUSKI, A. M. **Teoria e fazeres na escola em mudança.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

KLEIMAN, A. B. **Leitura: Ensino e Pesquisa.** São Paulo, Pontes, 1989.

LARROSA, Jorge, LARA, Nuria Pérez. **Imagens do outro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.

PAULINO, Graça e COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZIRBERMAN, Regina; RÖSING, Tânia M. K. (org). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas.** São Paulo: Global, 2005- 2009.

RANGEL, J. N. M. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

RESENDE, Vânia Maria. **Literatura Infantil & Juvenil.** Vivências de Leitura e Expressões Criadora. 2ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Saraiva, 1997-2000.

RESENDE, Andréa Andrade Siqueira de. O desafio de formar leitores. In. **Presença Pedagógica.** Belo Horizonte: Dimensão, vol. 6, nº 34, 2000.

SOUZA, Malu Zoega de. **Literatura juvenil em questão: aventura e desventura de heróis menores.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003- (coleção aprender e ensinar com textos, v. 8)

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.

ZILBERMAN, Regina e RÖSING, Tânia M. K. (org). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas.** São Paulo: Globo, 2009.

Luciana Rodrigues da Graça - Licenciatura Plena em Pedagogia pela UESPI, Universidade Estadual do Piauí (2008). Licenciatura em Artes Visuais pela UFPI, Universidade Federal do Piauí (2014). Licenciatura em Letras Português pela UNIFACVEST, Centro Universitário Unifacvest (2019). Licenciatura em Matemática pelas Faculdades Integradas Campos Salles (2022). Especialista em Psicopedagogia pelo Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (2011). Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal do Piauí (2012). Especialista em Docência da Matemática no Ensino Fundamental pela Faculdade Sesi de Educação (2022). Professora de Ensino Fundamental I na Prefeitura de Carapicuíba e na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS NA ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA SURDA

MIRIAM FERREIRA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo conhecer o processo de alfabetização das crianças surdas na perspectiva atual do bilinguismo. A metodologia pautou-se na observação em campo de turmas das EMEBS* e escolas polo de educação bilíngue na cidade de São Paulo, além de um espaço especializado em recreação para crianças com necessidades específicas. Foram realizadas entrevistas com docentes e coordenadores, conversas informais durante a pesquisa, que contribuíram imensamente no desenvolvimento do projeto e na construção de uma visão mais humana em relação ao surdo, suas necessidades e dificuldades. Os apontamentos de nossa pesquisa mostram que a alfabetização dos surdos ocorre de forma gradativa, impulsionada pelos estímulos que são oferecidos e a importância do contato com a língua de sinais no início da fase de construção da linguagem nas crianças. As dificuldades que permeiam este caminho e a importância dos jogos, que concluímos ser fundamental na formação do surdo, em especial nas fases iniciais de aprendizado da Libras atrelada à língua portuguesa, por se tratar de um recurso visual e interativo o que reforça as teorias nas quais fundamentamos nossa pesquisa.

Palavras-chave: Acessibilidade; Bilinguismo; Identidade surda; Inclusão; LIBRAS.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a afirmação da importância das brincadeiras e dos jogos para a formação integral da criança, partindo da observação das leis de inclusão que asseguram os direitos da comunidade surda brasileira e os recursos alfabetizadores atrelados a prática docente, procuramos compreender o processo de alfabetização letrada, e a influência dos jogos neste processo.

ALGUMAS QUESTÕES DE IDENTIDADE

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (Redação dada pelo decreto nº 5.626, de 2005)

Há diferentes graus de perda auditiva, variando de leve a surdez profunda, que seria a ausência total da audição.

Em termos técnicos, a surdez é subdividida da seguinte forma: de surdez leve (25 a 40 db) à anacusia, tendo como níveis intermediários a surdez moderada (41 a 55 db), a surdez acentuada (56 a 70 db), a surdez severa (71 a 90 db) e a surdez profunda (acima de 91 db) (SASSAKI, 2002 p. 2).

Por ser uma questão de identidade, a nomenclatura usual em referência a pessoa com perda auditiva é: “surdo”, porém, não delimitada as pessoas com perda parcial, ou leve de se identificarem com o termo “deficiente auditivo” (SANTANA e BERGAMO, 2005).

A visão que se tem do surdo é baseada em concepções culturais que vão se modificando de tempos em tempos.

Na antiguidade, influenciado pelas correntes filosóficas, o pensamento estava diretamente relacionado à fala, logo, o surdo não era considerado humano, pois neste ideário não era capaz de raciocinar.

Começam a romper com esta concepção no final da idade média, quando a igreja católica assume o papel de educar os surdos (SCLUNZEN; BENEDETTO e SANTOS, 2012).

Com o desenvolvimento de pesquisas posteriores, influenciadas principalmente por Cardano, constatou-se a representação do pensamento e ideias através da escrita e não apenas da fala como se supunha anteriormente.

Ponce de Leon foi um dos primeiros educadores de surdos a utilizar sinais para interagir com eles. A língua de sinais se origina a partir desta proposta de comunicação do monge beneditino.

Em 1880 houve um dos marcos importantes na história dos surdos. Durante o segundo congresso mundial de surdos-mudos em Milão, definiu-se o oralismo como método para ensinar os surdos, método este que consiste na adaptação do surdo a modalidade oral da língua, através de leitura labial. (SCLUNZEN; BENEDETTO e SANTOS, 2012).

Passou a ser proibido o uso de sinais na comunicação. Após o declive da proposta oralista, surge o termo ‘comunicação total’, onde as entidades de ensino e os surdos escolhiam a melhor maneira de se comunicar, fosse de forma oralizada, por sinais, ou ainda mesclando as duas modalidades.

No entanto, há a necessidade de padronização na comunicação, o que levaria ao surgimento do bilinguismo, que é o ensino da língua de sinais como primeira língua das comunidades surdas e a língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, culminando na oficialização da língua de sinais aqui no Brasil (SCLUNZEN; BENEDETTO e SANTOS, 2012).

Entendendo se identidade como as marcas e características próprias de um grupo específico, podemos enumerar diversas contribuições do reconhecimento da Libras como língua oficial, na perspectiva da educação bilíngue, no empoderamento do sujeito surdo, em sua construção e no rompimento ideário, não apenas terminológico, mas conceitual, de “deficiente”, para “surdo” (SILVA 2000).

Neste momento a surdez torna-se uma marca característica de um grupo e não uma patologia incurável que condena à exclusão seus portadores. O surdo não é mais tratado como inferior, e sim como diferente (SANTANA e BERGAMO, 2005).

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. (Redação dada pela lei nº 10.436, de 2002).

O surdo traduz de forma visual, através da língua de sinais, suas experiências e seu pensamento (QUADROS, 2006), logo a oficialização da Libras como segunda língua brasileira, significou um grande avanço de direitos e reconhecimento para a comunidade surda brasileira.

Durante muito tempo a comunicação dos surdos através de sinais era vista como prática marginalizada e inferior, passando por diversas concepções até a língua de sinais ser reconhecida e difundida como direito do sujeito surdo (BRASIL, Lei 10.436).

Por ser uma língua gestual/espacial (QUADROS, 2006) muitas vezes pejorativamente tratada como mímica, a Libras era inferiorizada em detrimento do caráter oral da língua portuguesa.

Se é através da linguagem que o sujeito se expressa, pensa, age e interage, o surdo passa a ser visto não como inferior ao ouvinte, por sua língua até então estar à margem da língua portuguesa, agora a comunidade surda possui a sua marca de identidade linguística, a Libras (SANTANA e BERGAMO, 2005).

Os estudos sobre o surdo devem aproximar-se de sua cultura, o que nos ajuda a entender suas características, mostrando seus sinais de resistência quanto ao direito linguístico e resgate da identidade surda (QUADROS, 2006).

Na proposta bilíngue, a língua de sinais é a língua de instrução e a língua portuguesa escrita a segunda língua na educação dos surdos, e para que isso ocorra, faz-se necessário que a escola possibilite a coexistência das duas línguas no ambiente escolar, o que pressupõe educadores também bilíngues para que haja um ambiente alfabetizador eficiente e meios adequados no processo de ensino dos surdos e principalmente em nosso contexto a alfabetização (QUADROS, 2006).

O período de aquisição da língua de sinais por crianças surdas que tem contato desde cedo com a Libras, é semelhante ao período de aquisição da linguagem oral por crianças ouvintes.

Este contato sendo propiciado desde bem cedo, favorece o pleno desenvolvimento da língua em seus aspectos, como utilizar algumas configurações manuais e expressões faciais na construção de sentenças básicas (quem, o que, onde), e a introdução dos classificadores.

Entende-se por classificadores a forma de representar/descrever determinados objetos que podem ou não ter um sinal padrão, seja por seu uso, ou característica. Todos estes recursos compõem a estrutura da língua de sinais (QUADROS, 2006).

Embora este processo seja ainda simplista num primeiro momento, dadas as especificidades das crianças pequenas, o desenvolvimento e o uso da Libras pelas crianças surdas é equivalente ao desenvolvimento oral e uso da fala nas crianças ouvintes (QUADROS, 2006).

A língua escrita para os surdos têm a finalidade de comunicação e produção textual, assumindo caráter formativo, integrando-o aos hábitos linguísticos de seu país.

Conhecer e fazer uso da língua portuguesa escrita para o surdo significa conhecer diferentes gêneros textuais e possibilita a sua interpretação reflexiva dos conteúdos, fazendo uso social da escrita (SOARES, 2004).

Além do uso social da escrita, o surdo se comunica em diferentes mídias com os ouvintes que não fazem uso da língua de sinais. Configura-se assim uma ferramenta de comunicação para os surdos, o que dentre outros fatores, nos reafirma a importância da proposta bilíngue na educação (QUADROS, 2006).

A alfabetização da criança surda não deve ser norteadora pelas práticas elaboradas para ensino das crianças ouvintes, ou tomar aspectos dos dois campos utilizando o português sinalizado, que é a junção dos sinais da Libras, apresentados na estrutura gramatical da língua portuguesa, como segunda língua, o que significa afirmar a língua de sinais como língua usual da criança surda, construindo a partir disso a introdução na língua portuguesa.

Seria este um processo não de transferência de conhecimento de uma língua para a outra, mas um processo paralelo de aquisição e aprendizagem, em que cada língua desempenhe adequadamente sua função (QUADROS, 2006).

Segundo a autora, o processo de alfabetização na Libras vai sendo efetivado num caminho de descoberta da própria língua e as relações expressas através dela. Na produção de histórias utilizando configurações de mão diversas, explorando as produções visuais- literárias dos adultos, o que ela chama alfabetização dos sinais e que precederia a alfabetização da língua portuguesa, para que se efetivasse a instrução bilíngue da criança surda.

Neste processo de alfabetização, a leitura de textos em português deveria ser sempre posterior a leitura do texto em sinais, o que facilitaria a compreensão e apropriação dos significados e interpretação desta leitura (QUADROS, 2006).

A criança surda estabelece relações e ressignifica as palavras da língua portuguesa escrita através da língua de sinais, percebeu-se então a necessidade de uma representação escrita para os sinais. Assim como as palavras configuram a representação escrita da fala, essa escrita dos sinais representa a configuração dos parâmetros da língua de sinais, porém, ainda é pouco explorada.

Sutton indica ainda um caminho norteador no trabalho pedagógico com a criança surda, um processo para construção da Libras com a língua portuguesa, que segue:

No contexto do aluno surdo, a leitura passa por diversos níveis:
Concreto – sinal: ler o sinal que refere coisas concretas, diretamente relacionadas com a criança. 2) Desenho – sinal: ler o sinal associado com o desenho que pode representar o objeto em si ou a forma da ação representada por meio do sinal. Ideias para ensinar português para alunos surdos 43 3) Desenho – palavra escrita: ler a palavra representada por meio do desenho relacionada com o objeto em si ou a forma da ação representado por meio do desenho na palavra. 4) Alfabeto manual – sinal: estabelecer a relação entre o sinal e a

palavra no português soletrada por meio do alfabeto manual. 5) Alfabeto manual – palavra escrita: associar a palavra escrita com o alfabeto manual. 6) Palavra escrita no texto: ler a palavra no texto.

A criança ouvinte estabelece relações significativas entre oralidade e a representação escrita das palavras, fazendo relação entre o som e o significado da palavra, sentenças ao perceber visualmente a escrita, e que no caso da criança surda o domínio da língua escrita ocorre pelo canal visual, a relação se dá por um determinado símbolo gráfico que remete à recuperação mental do sinal correspondente a Libras permitindo dar significado à palavra escrita. (FERNANDES, 2003)

OS JOGOS E O LÚDICO NA ALFABETIZAÇÃO

A educação tem passado por diversas transformações e diante desta realidade vem buscando subsídios para tornar o ato de aprender prazeroso e significativo, neste contexto a ludicidade se apresenta como possibilidade de contribuição significativa para o desenvolvimento do ser humano, como facilitador no processo de socialização, de comunicação, de expressão e na construção do pensamento, além de auxiliar na aprendizagem.

O ato de brincar é comumente atribuído como espaço privilegiado no desenvolvimento da criança e contribui para a constituição do pensamento (QUEIROS, MARTINS, *apud* VYGOSTSKY, 2002)

A brincadeira e a aprendizagem não podem ser consideradas como ações, com objetivos distintos. O jogo e a brincadeira são por si só, uma situação de aprendizagem, as regras e a imaginação favorecem a criança comportamento além do habitual. Nos jogos e brincadeiras a criança age como se fosse maior que a realidade, e isto inegavelmente contribui de forma intensa e especial para o seu desenvolvimento (QUEIROS, MARTINS, *apud* VYGOSTSKY, 2002, p.6)

O lúdico constitui um suporte na educação formal propiciando o desenvolvimento do ser humano, não só no processo de aprendizagem, mas também no desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando no processo de interação, comunicação, expressão e construção do pensamento nas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início de nossa pesquisa pensávamos sobre quais seriam as dificuldades que enfrentaríamos durante a pesquisa, obviamente uma delas seria a comunicação.

Como se aproximar dos surdos? Como faríamos para entender como pensam o que sentem e o que sofrem durante a vida escolar?

Por vezes enxergamos em vez de pessoas, seres limitados por uma deficiência, deficiência esta que para muitos deles não constitui uma barreira. Quando lidamos com o ser humano tudo o que podemos esperar é simplesmente o inesperado. Tive a oportunidade de conhecer algumas dessas pessoas, tive a chance de entendê-las melhor e conhecer um pouquinho deste mundo do qual muitos ouvem falar, mas poucos se interessam, porque

realmente não é fácil começar do zero e estreitar laços falando línguas diferentes. Difícil, mas não impossível.

Durante uma conversa com minha amiga surda, ela relatou que o único lugar em que ela se sentia acolhida era na escola, uma escola especializada em educação de surdos, ou nos encontros dos quais participava da comunidade surda em shoppings e outros espaços, contou um pouco de como era a solidão em relação a família, aos ouvintes, pessoas com as quais ela tinha curiosidade e interesse de conhecer, mas existia uma pequena questão: a língua.

Ainda sobre os ouvintes, ouvi tantos relatos de descaso e preconceito, que senti certa vergonha e culpa, culpa por não tê-la ouvido antes, vergonha por não poder ajudar mais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Constituição (1988). **Constitucional nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: Setembro/2016.
- BRASIL, Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm Acesso em: Setembro/2016.
- BRASIL, **Decreto Federal n 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: Agosto/2016.
- BRASIL, **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm Acesso em: Agosto/2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- UNESCO, **Declaração de Salamanca**, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: Setembro/2016.
- CAMPELLO, S.; SILVEIRA, C. H.; REIS, F.; REZENDE, F. F.; STRÖBEL, K. L.; MASSUTTI, M.; ESTELITA, M.; PINTO, P. L. F.; CUNHA, P. M. A.; MARQUES, R. R.; QUADROS, R. M. **Estudos surdos II**. Rio de Janeiro, ARARA AZUL, 2007.
- FERNANDES, S. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Curitiba, 2003, Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná.
- HEILAND, H. Friedrich Fröbel (1782-1852). In: **Friedrich Fröbel**. Trad. e org. IvaniseMonfredini. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010 Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me4669.pdf> Acesso em: Agosto/2016
- SILVA, T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** Petrópolis. RJ: Vozes, 2000
- SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n.25, jan.-abr./2004.
- SUTTON, V. **Lições sobre o SignWriting** - Um Sistema de Escrita para Língua de Sinais - Tradução: Marianne Rossi Stumpf - Tradução Parcial e Adaptação do Inglês/ASL para Português LIBRAS do livro "Lessons in SignWriting ", de Valerie Sutton, publicado originalmente pelo DAC – DeafActionCommittee for SignWriting
- QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC; SEESP, 2006.
- QUEIROZ, T. D.; MARTINS, J. L. **Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z**. São Paulo: Ridel, 2002.

Miriam Ferreira - Pedagoga formada pela Faculdade Sumaré. Licenciatura em Arte Visual pelo Centro Universitário de Jales, UNIJALES. Pós-graduação Lato Sensu em Ensino das Artes Visuais pela Faculdade Paulista São José. Pós-graduação Formação em Educação a Distância Universidade Universidade Paulista, UNIP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA OS CAMINHOS E AVANÇOS CONTRA O RETROCESSO

RITA DE CÁSSIA GONÇALVES PACCOLA

RESUMO

O presente artigo discute sobre as intervenções pedagógicas na Educação Infantil e as possibilidades educativas para a educação étnico-racial no Brasil. Ao se pensar nas inúmeras discussões referentes ao tema é preciso pensar antes de tudo na construção de uma escola democrática. Assim, como objetivo geral tem-se a contextualização da importância de incluir práticas pedagógicas antirracistas; e como objetivos específicos, discutir sobre as oportunidades de reparar essas questões dentro do processo educacional; os conceitos pedagógicos possíveis nessa faixa etária; e a metodologia participativa e propositiva com objetivo de conectar as pedagogias e suas ações interventivas. A metodologia utilizada encontra-se baseada em revisão bibliográfica a respeito de tema. Os resultados encontrados indicaram que trabalhar a questão antirracista nas escolas possibilita pensar os saberes pedagógicos africanos e afro-brasileiros atribuindo-lhes valores humanos e contributivos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Educação Infantil; Étnico-racial.

INTRODUÇÃO

Tratar as questões étnico-raciais como direito humano na Educação Infantil no Brasil ainda é um grande tabu. Um país com mais de 520 anos de existência que viveu sob o domínio de Portugal ao longo de quase 300 anos, sendo o último a abolir a escravidão no final do século XIX e com mais de 300 anos de escravidão das populações africanas e indígenas, conta muito sobre que sociedade atual. Historicamente, fica difícil admitir que o país foi fruto de violência, de um passado de genocídio de 4 a 10 milhões de indígenas e de um período escravagista de quase 5 milhões de nativos africanos, onde quase 700 mil morreram nas embarcações (GRODIN e VIEZZER, 2018).

Esses números assustam a medida que são colocados em um mesmo parágrafo, mas que demonstram a importância de reconstruir a nação enquanto povo e cidadãos de direitos humanos.

De acordo com Colaço, Gomes e Melo (2018, p. 416):

Assim, estando professores e estudantes imersos em uma cultura ainda impregnada do colonialismo e vinculada ao padrão europeu e de branquitude, tornam-se compreensíveis, embora não aceitáveis, certos discursos, reações e atitudes com que convivemos na pesquisa.

Essas questões para o âmbito educacional, como problemática que muitas vezes, a escola acaba trabalhando este tema de forma equivocada, destacando o eurocentrismo de Portugal, em detrimento dos povos negros e indígenas.

Assim, justifica-se o presente artigo, no sentido de compreender que educação étnico-racial é de suma importância para conscientização da diversidade cultural dos povos, sendo benéfica e caminhando em direção da proteção universal do direito humano. Neste caso, o direito é visto como um valor a ser alcançado, devendo estar alinhado aos valores da vida, da liberdade e da igualdade, que deve ser cultivado por toda a sociedade.

Como objetivo geral, tem-se, portanto, a contextualização da importância de incluir práticas pedagógicas antirracistas; e como objetivos específicos, discutir sobre as oportunidades de reparar essas questões dentro do processo educacional; os conceitos pedagógicos possíveis nessa faixa etária; além da metodologia participativa e propositiva com objetivo de conectar as pedagogias e suas ações interventivas.

A educação antirracista é um tema cada vez mais importante no contexto atual, marcado por lutas e debates em torno da igualdade e da diversidade. Trata-se de uma abordagem que busca combater o racismo e suas diversas manifestações, promovendo a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e a valorização da cultura e da história dos povos afrodescendentes.

Os caminhos da educação antirracista passam por diversas iniciativas, desde políticas públicas até ações individuais de professores e educadores.

Além disso, há diversas iniciativas de formação de professores e educadores em relação à temática da educação antirracista, como cursos, palestras e oficinas. Essa formação é fundamental para que os educadores possam desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas e valorizadoras da diversidade.

Outro caminho importante é a valorização da cultura e da história dos povos afrodescendentes, seja por meio do ensino de conteúdos específicos, seja por meio da inclusão desses temas em projetos pedagógicos interdisciplinares. Valorizar a cultura afrodescendente significa reconhecer a sua importância na formação da identidade nacional e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito na luta contra o retrocesso e a perpetuação do racismo na sociedade. É preciso combater a discriminação racial em todas as suas formas, seja por meio de políticas públicas mais efetivas, como ações afirmativas, seja por meio da educação e da conscientização da população. Aqui cabe ressaltar a frase: “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”, de Angela Davis (2016, p. 93) em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”.

Nesse sentido, a educação antirracista é um importante instrumento de transformação social, pois contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e possam viver em harmonia, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade.

CELEBRIDADES NEGRAS

As celebridades negras têm desempenhado um papel importante na história e cultura mundial. Elas têm usado sua influência e plataforma para promover a igualdade racial, defender os direitos dos negros e inspirar a comunidade negra em todo o mundo. Neste texto, vamos explorar algumas das celebridades negras mais influentes no mundo, suas realizações e legado.

Um dos maiores nomes da música negra é Michael Jackson. Ele foi um dos artistas mais bem-sucedidos de todos os tempos, com mais de 750 milhões de discos vendidos em todo o mundo. Jackson não apenas conquistou a fama e o sucesso, mas também usou sua música e imagem para chamar a atenção para questões sociais, incluindo a igualdade racial e a pobreza.

Outro ícone da música negra é Beyoncé. Ela é conhecida por sua voz poderosa, performances incríveis e letras inspiradoras. Beyoncé usa sua música para promover a autoaceitação, a igualdade e o empoderamento feminino, e também é uma defensora ativa dos direitos dos negros e da justiça social.

O ator e produtor Denzel Washington é um dos mais respeitados e talentosos de Hollywood. Ele ganhou dois prêmios Oscar e inúmeros outros prêmios por suas atuações em filmes como "Tempo de Glória", "Dia de Treinamento" e "O Voo". Além de sua carreira de sucesso, Washington apoia a educação e a igualdade racial, e é um defensor dos direitos dos negros e da justiça social.

O ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, é uma das celebridades negras mais influentes do mundo. Ele fez história em 2008 ao se tornar o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, e usou sua plataforma para promover a igualdade racial, a justiça social e a cooperação global. Obama é um exemplo inspirador de liderança e perseverança, e continua a ser um defensor ativo da igualdade e dos direitos dos negros.

A escritora e ativista Maya Angelou é uma das vozes mais poderosas da literatura negra. Ela é conhecida por suas poesias e livros inspiradores, incluindo seu livro de memórias "I Know Why the Caged Bird Sings". Angelou lutou contra o racismo e a discriminação ao longo de sua vida, e usou sua arte para promover a autoaceitação, a igualdade e a justiça.

O jogador de basquete LeBron James é um dos atletas mais famosos e bem-sucedidos do mundo. Ele é um defensor ativo dos direitos dos negros e da justiça social, usando sua plataforma para chamar a atenção para questões importantes, como a brutalidade policial, a desigualdade de renda e a falta de acesso à educação. James é um exemplo inspirador de liderança e coragem, e continua a inspirar jovens negros em todo o mundo.

A escritora Toni Morrison é outra voz poderosa da literatura negra. Ela é conhecida por seus livros inspiradores, incluindo "O Olho Mais Azul" e "Amada", que exploram temas importantes como a identidade negra, a opressão racial e a história dos negros nos Estados Unidos. Morrison ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1993, e continua a ser uma fonte de inspiração para muitos escritores negros em todo o mundo.

Nelson Mandela foi um líder sul-africano e uma figura icônica na luta contra o apartheid, um sistema de segregação racial institucionalizado que existiu na África do Sul. Ele nasceu em 18 de julho de 1918 em uma pequena aldeia chamada Mvezo e faleceu em 5 de dezembro de 2013.

Mandela dedicou sua vida à causa da justiça social e da igualdade racial. Ele se tornou um defensor dos direitos humanos e liderou o movimento anti-apartheid, que buscava acabar com as leis discriminatórias que oprimiam a maioria negra da África do Sul. Como resultado de suas atividades políticas, Mandela foi preso em 1962 e passou 27 anos na prisão.

Após sua libertação em 1990, Nelson Mandela continuou sua luta contra o apartheid e trabalhou para alcançar a reconciliação e a paz na África do Sul. Em 1994, ele se tornou o primeiro presidente negro do país em eleições democráticas. Durante seu mandato, Mandela promoveu a reconciliação nacional e a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Aqui estão algumas frases famosas de Nelson Mandela que refletem sua sabedoria e visão:

"Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo."

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto."

"Uma nação não deve ser julgada pela forma como trata seus cidadãos com melhor posição, mas sim pelos direitos dos desfavorecidos."

Essas frases capturam a visão inspiradora de Nelson Mandela e sua crença na igualdade, na reconciliação e na capacidade de mudar o mundo por meio da educação, coragem e compaixão.

Essas são apenas algumas das celebridades negras mais influentes do mundo. Cada uma delas deixou um legado duradouro em sua área de atuação, inspirando milhões de pessoas em todo o mundo a lutar pela igualdade racial, justiça social e empoderamento. As celebridades negras têm desempenhado um papel importante na história e cultura mundial, e sua influência continuará a ser sentida por muitas gerações.

LEGISLAÇÃO E DISCUSSÕES A RESPEITO DO ENSINO ÉTNICO-RACIAL

O ensino étnico-racial é um tema que tem ganhado cada vez mais relevância no contexto educacional brasileiro. Trata-se de uma abordagem que busca combater o racismo e suas diversas manifestações, promovendo a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e a valorização da cultura e da história dos povos afrodescendentes e indígenas.

Para Silva (2016, p. 65):

A luta contra o racismo e a busca pelo conhecimento em relação às histórias dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira têm se tornado uma questão política fundamental ao se pensar na construção de uma sociedade de fato democrática.

A legislação brasileira tem avançado nesse sentido, com a aprovação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o país. Além disso, em 2008, foi aprovada a Lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no currículo escolar.

Essas leis representam um avanço significativo na luta contra o racismo no Brasil, pois valorizam a diversidade étnico-cultural do país e promovem a conscientização sobre a importância da igualdade e do respeito às diferenças.

No entanto, ainda há uma série de desafios a serem enfrentados para que a implementação dessas leis seja efetiva. Um dos principais desafios é a formação de professores e educadores para lidar com o tema da educação étnico-racial de forma adequada e efetiva. É preciso que os professores estejam preparados para abordar o tema de forma crítica e reflexiva, sem reproduzir estereótipos e preconceitos.

Além disso, é necessário que as escolas disponham de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Isso inclui livros, filmes, jogos e outras ferramentas que possam contribuir para a compreensão e valorização da diversidade étnica e cultural do país.

Outro desafio é a resistência de alguns setores da sociedade em relação ao ensino étnico-racial. Infelizmente, ainda há pessoas que negam a existência do racismo no Brasil e se opõem a qualquer iniciativa que busque combater essa realidade. É preciso enfrentar essas resistências de forma firme e determinada, por meio do diálogo e da conscientização sobre a importância da valorização da diversidade.

Por fim, é importante destacar que o ensino étnico-racial não se resume apenas à história e cultura afro-brasileira e indígena. Trata-se de uma abordagem que busca valorizar e respeitar todas as etnias e culturas presentes no país, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

No Brasil duas normativas legais são fundamentais para garantia desse direito, a Constituição Federal do Brasil de 1988 e Lei 11.645/08. A primeira garante o princípio da dignidade humana, que assegura que todos são iguais perante a lei: “construir uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, s/p.). A segunda estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura Africana e indígena ao longo da Educação Básica em todas as escolas brasileiras, estabelecendo diretrizes de base para educação em direitos humanos.

Dessa forma o tema proposto neste artigo é de grande relevância social, cultural para educação no Brasil, pois trabalha na efetivação direta na proteção direito humano. Desconstruindo práticas discriminatórias, e preconceitos raciais, promovendo também o reconhecimento individual como povos constituindo a cultura na formação da sociedade brasileira.

Sua relevância para a educação e a proteção dos direitos humanos traz um significado simbólico individual, que se concentra do fato da sua própria experiência na Educação Infantil. O fato de que nunca lhe foi possível, ver na escola como uma criança negra valorizada e respeitada, dentro da sua própria história e ancestralidade africana. Por isso, desenvolver práticas educativas na educação básica alusivas a cor da pele, ao reconhecimento da sua história e sua cultura, oportunizando as crianças negras no espaço escolar, o fortalecimento de sua identidade e autoestima; fazendo com que elas construam um olhar longe do preconceito e da discriminação (HETZEL, 2008).

Pensar em atividades didáticas apresentando como pressuposto abordar temas relacionados a educação étnico-racial amparadas nos direitos humanos, a partir de uma metodologia que esteja inserida no ambiente lúdico infantil, através das próprias práticas usuais e cotidianas, mas, que não deturpe o espaço escolar e o seu olhar cuidadoso e atento, a fim de possibilitar a visibilidade de todos os sujeitos históricos e de direitos, valorizando a sua cultura e suas diferenças.

Desenvolver práticas pedagógicas na educação infantil com base da Lei 11.645/08, podem contribuir para o entendimento das crianças sobre a participação histórica e cultural da população africana na construção da sociedade brasileira. É preciso promover ações que resultem no respeito as diferenças entre os próprios colegas e a população negra no país.

SOBRE OS DEBATES ÉTNICO-RACIAIS

Cavalleiro (2000), traz uma reflexão sobre o silenciamento que envolve as crianças, tanto na vida social quanto na escolar com relação as questões étnicorraciais, instigando a criar soluções através das práticas educativas na Educação Infantil, possibilitando o combate ao preconceito e a discriminação na qual crianças negras são expostas desde a infância.

A difusão de uma história apenas com grandes personagens brancos, grandes feitos ou contribuições dos dominadores ou de uma elite branca acaba por produzir uma imagem de assujeitamento, passividade e submissão da população negra e de pessoas que foram escravizadas, inculcando um sentimento de desvalia no grupo e negação de si. (MULLER E SANTOS, 2013, p. 93)

Infelizmente, casos de racismo ainda estão presentes nos dias atuais, reafirmando a prática recorrente no espaço escolar do silenciamento de casos e as relações conflituosas, que ocorrem no contato com o outro.

Existem diversos fatores que podem contribuir para a permanência dessa realidade, como: a falta de recursos nas escolas públicas para promoção da igualdade racial; a permanência de estereótipos presentes nos livros didáticos; a falta de livros de literatura africana e indígenas nas bibliotecas; a falta de formação docente; a falta de referências positivas nos livros, dentre outros (CAVALLEIRO, 2000).

A autora ainda defende que a experiência escolar é primeira etapa de socialização da criança com o mundo exterior, e oportuniza de forma gradativa a compreensão das regras sociais no mundo e na sociedade. No início, suas experiências são estabelecidas no ambiente familiar; e no segundo momento o ambiente escolar se configura como espaço de mediação das diferenças sociais e culturais humanas em sociedade e do mundo social da qual a criança está inserida.

A escola tende a ampliar não só o mundo social das crianças, mas, também seus significados através das trocas existentes no convívio ao longo das brincadeiras, atividades e amizades, promovendo um olhar sobre o outro, de outras leituras de mundo, adquirindo novos conhecimentos e novos sentindo e conceitos. Isso só é possível a partir de práticas pedagógicas diferenciadas que tem como base o formato da inclusão da diferença humana como o sentindo de pertencimento (CAVALLEIRO, 2000).

De modo particular, a cultura negra, fatos, personagens e suas contribuições na construção da sociedade brasileira são considerados de menor valor, e até mesmo invisibilizados, mantidos os estereótipos e preconceitos, representados nos livros didáticos e nos espaços escolares nas cenas de escravidão, sofrimento e subserviência [...]. (MÜLLER; SANTOS, 2013, p. 97)

A partir desse pressuposto é importante romper o silêncio no ambiente escolar da criança e reconstruir novas práticas que traduzam as diferenças como fator de riqueza humana, articulando as ideias de diferentes autores para o desenvolvimento de pedagogias humanizadoras (GOMES, 2017).

Hooks (2013) em seu livro: “Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade”, propõe através da conexão da obra: “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, o uso de prática da liberdade no ato pedagógico, estabelecendo que a liberdade do professor em sua escolha deve ser norteado por uma atividade consciente e crítica do conteúdo, transgredindo para além dos conteúdos eurocêtricos, sendo preciso incluir o multiculturalismo existente na formação social da sociedade. Incentivando ir além dos currículos pré-existentes, dos aprendizados engessados que se limitam na rotina educativa.

Baseada na ideia de emergir o sujeito negro como protagonista de sua própria história e da construção da sociedade brasileira, utiliza como exemplo as estratégias utilizadas pelo movimento negro como ações interventivas e educativas para o ambiente escolar (GOMES, 2017).

Assim, a autora afirma que: “[...] reconhecer e tornar credíveis os saberes produzidos, articulados e sistematizados pelo Movimento Negro para a prática e para o pensamento educacional é tarefa da pedagogia das emergências” (GOMES, 2017, p. 139), emergendo categorias às experiências no âmbito do movimento, como saberes colaborativos para uma prática educativa antirracista no ambiente escolar.

Tal pedagogia proposta se complementa na teoria e na epistemologia, proporcionando diversas alternativas para preencher as ausências educativas multiculturais que formam os diversos sujeitos da sociedade, com possibilidades concretas de emancipação (GOMES, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade e a diversidade brasileira devem ser o foco de uma educação antirracista já na Educação Infantil. É preciso compreender que esta etapa escolar é o primeiro contato das crianças com as regras sociais que seguirão ao longo da vida. Essa primeira experiência é vital para que valores como respeito as diferenças e que estereótipos que inferiorizam, sejam modificados, valorizando o ser humano.

Nesse contexto, as propostas pedagógicas utilizadas na Educação Infantil devem contribuir de forma lúdica e positiva para a construção social da criança. Direitos Humanos se iniciam pela afirmação de que uma sociedade justa é aquela que valoriza as diferenças, promovendo a igualdade e o respeito.

Muitos casos de violência, desrespeito e discriminação divulgados na mídia, não refletem a totalidade, mas, deixam claro a necessidade de uma análise das causas e dos agentes geradores dessa situação, devendo resultar em ações. Na Educação Infantil, a discriminação deve ser tratada com muita atenção, pois, as crianças viverão suas primeiras experiências em grupo.

Aprender a conviver com diferentes características físicas (cor da pele, tipo de cabelo, peso etc.), pode ocorrer ao se ouvir histórias e participar de projetos que apresentem suas culturas. Conviver em um ambiente com respeito e atitudes contra a discriminação é a melhor forma de educar as crianças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ DF: Câmara dos Deputados.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio da escola: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GOMES, Isadora Dias; MELO, Janaína Farias de. O racismo e suas formas de mascaramento no contexto escolar. In: LIMA, Alúcio Ferreira de; GERMANO, Idilva Maria Pires; SABOIA, Iratan Bezerra de; FREIRE, José Célio (Orgs.). **Sujeito e subjetividades contemporâneas: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da UFC**. Fortaleza: Edições UFC; Imprensa Universitária, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Editora Boitempo. 2016.
- GOMES, N. **Movimento Negro Educador: Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis/RJ: VOZES, 2017.
- GRODIN, M.; VIEZZER, M. **O Maior Genocídio Da História Da Humanidade**. Paraná: Editor, 2018.
- HETZEL, B.B. **O Berimbau mandou te chamar**. Rio de Janeiro: Manati Produções Editorial LTDA, 2008.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. (M. CIPOLA, Trad.) São Paulo/ SP: WMF martins Fontes, 2013.
- MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A lei nº 10.639/2003 e a formação de professores: trajetória e perspectivas. In: _____. **Relações étnicoraciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF; Alternativa, 2013.
- _____; SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos. A presença/ausência da história e cultura negra na escola. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói, RJ: Editora da UFF, Alternativa, 2013.
- SILVA, Gracielle da Costa. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, Recife, v. 3, p. 59-76, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229994>>. Acesso em: 06 agos.2023.

Rita de Cássia Gonçalves Paccola - Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera de São Caetano do Sul, Instituto Superior de Educação em 2010. Licenciada no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Formação Docente em 2017. Licenciada no Curso de Artes Visuais na Faculdade de Educação Paulistana, FAEP em 2019. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, PEIF e Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

AS RELAÇÕES EXISTENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA

SHEYLA MARIA SILVA PIMENTEL

RESUMO

As relações sociais existentes no ambiente escolar, família e criança, quando saudáveis podem colaborar para desenvolver a criança como um todo, sendo fundamental este tipo de comunicação desde a Educação Infantil, já que todas têm um papel importante no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças. A escola é um espaço que possibilita a interação entre adultos e crianças, com diferentes culturas, havendo também a necessidade de respeitar as diferenças. Assim, é de suma importância que os responsáveis acompanhem o processo educativo da criança e que contribuam com a educação em casa, a fim de que escola e família possam falar a mesma linguagem. Desta forma, o presente artigo teve como objetivo geral discutir as relações entre família e escola; e como objetivos específicos, as suas influências no desenvolvimento infantil. Os resultados encontrados demonstraram que a parceria entre a escola e as famílias é essencial para o desenvolvimento das crianças como um todo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Família; Parcerias.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação das crianças passou por diferentes contextos costumeiramente relacionados com a sociedade da época. Tempos atrás, a escola era para poucos, excluindo negros, mulheres e até crianças. Com o passar do tempo, a escola passou a assumir o papel de educar as crianças em diferentes contextos, devendo priorizar o seu desenvolvimento integral.

Mudanças significativas ocorreram nesse ambiente, assim como no ambiente familiar. A maneira como os responsáveis cuidam das crianças também mudou. As primeiras instituições educacionais fizeram com que os responsáveis se preocupassem mais com os filhos, mantendo-os mais próximos.

Como justificativa, tem-se que segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no caso da Educação Infantil, é preciso um olhar cuidadoso para as crianças que estão envolvidas no processo de escolarização, a escola tem um papel importante não só no desenvolvimento integral dessas crianças, mas, também nas relações sociais existentes junto as famílias e a comunidade escolar.

Porém, como problemática a falta de tempo, além da própria concepção de escola e ensino por parte dos responsáveis, muitas vezes dificulta o processo de escolarização da criança, devido à falta de acompanhamento e até mesmo ausência por parte dos mesmos.

Desta forma, o presente artigo teve como objetivo geral discutir as relações entre família e escola; e como objetivos específicos, as suas influências no desenvolvimento infantil.

SOBRE A IMAGEM DA CRIANÇA NA IDADE MÉDIA

Ariés (2006), relata que ao final da Idade Média, as crianças começaram a ter certo espaço no ambiente familiar, situação que não ocorria antes. Foi somente no século XVII que a família passou a ter um papel diferenciado e as crianças passaram a ser elementos indispensáveis na vida da família.

Antes, a criança era compreendida como um adulto em miniatura, e justamente por esse motivo, não recebia a devida atenção e nem cuidado com as suas necessidades. Hoje em dia, ela passou a ter a atenção que merece, sendo necessário que tanto família quanto escola compreendam a importância de uma boa relação, havendo a necessidade dessas relações se complementarem (ARIÉS, 2006).

A sociedade passou por transformações profundas em relação as famílias. A escola também, procurando adaptar-se aos novos acontecimentos, mas, o que preocupa atualmente envolve as relações existentes entre escola e família, a fim de promover a educação e o desenvolvimento infantil:

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência (OSORIO, 1996, p.82)

Para que as crianças se desenvolvam é necessário que ela estabeleça comportamentos e adquira aprendizados a partir das interações que ocorrem entre família e escola, aprendendo o respeito, a cidadania, os valores éticos e a afetividade, além do conhecimento.

A escola precisa propiciar diferentes momentos para que a criança interaja efetivamente a fim de aprender, desenvolvendo-se de forma global, desde a Educação Infantil. Para que isso aconteça efetivamente, é necessário que a família e a escola caminhem juntas, a fim de alcançar determinados objetivos, falando a mesma língua, pois, muitos estudiosos discutem que a qualidade da Educação é extremamente dependente do diálogo entre família e escola.

Souza (2009), discute a relação que deve existir entre as famílias e a escola precisa ser saudável, pois, a parceria precisa proporcionar o bom desenvolvimento da criança, lembrando ainda que ela percebe quando os adultos de casa e da escola possuem falas diferentes, ou quando se inter-relacionam.

O resultado das Políticas Públicas norteia os documentos educacionais como:

No geral, as famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com a criança deverão

receber toda ajuda possível das instituições de educação infantil, da comunidade, do poder público, das instituições de apoio para que melhorem os desempenhos junto às crianças (BRASIL, 1998, p. 84).

Araújo (2010), compreende que a família é responsável não só pelo desenvolvimento, mas, também pela aprendizagem e educação em seus diferentes aspectos: físico, emocional, psicológico e social.

A família necessariamente deve desempenhar o seu papel, pois é sabido que quando os responsáveis participam do processo de escolarização da criança, os resultados são muito melhores, do que as crianças que infelizmente não tem um acompanhamento mais efetivo. A escola sozinha não consegue fazer todos os papéis, necessitando da parceria e do acompanhamento dos responsáveis na educação da criança.

Segundo Sánchez et al. (2003), é possível considerar a família como sendo o primeiro núcleo de atuação que contribui para a modelagem da criança, a partir das relações que se estabelecem com ela determinando o comportamento infantil. Nesse processo de construção, a criança deve ser vista e reconhecida em sua individualidade a fim de se tornar plena e autônoma.

Ou seja: “família no processo de ensino aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos da criança” (MACEDO, 1994, p.199).

Deste intercâmbio, pode ser traduzido como:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades (PIAGET, 1972 apud JARDIM, 2006, p.50).

COMO TRAZER OS RESPONSÁVEIS PARA DENTRO DA ESCOLA

Sobre o segundo núcleo de atuação sobre o desenvolvimento da criança, a escola:

A escola é junto com a família, a instituição social que maiores repercussões têm para a criança. Tanto nos fins explícitos que persegue expressos no currículo acadêmico, como em outros não planejados, a escola será determinante para o desenvolvimento cognitivo e social da criança e, portanto, para o curso posterior da vida (CUBERO, 1995. p. 253).

Porém, nem sempre essa troca entre os responsáveis e a escola acontece de forma correta. Uma aprendizagem significativa também é resultado de uma estreita relação entre a maneira como a família se relaciona com o ensino e a escola, porém, existem famílias que acreditam que a responsabilidade pela educação da criança é de exclusividade da escola, não participando e nem se preocupando com a escolarização.

Outra questão é a relação mal resolvida entre família e escola que acaba fazendo com que a criança não se adapte ao ambiente escolar no início, quando passa a frequentá-la, além de outras questões, como a falta de atividades desenvolvidas em conjunto, entre a família e escola.

Piletti (2004), compreende como essencial o envolvimento da família durante esse processo. Cabe à escola proporcionar momentos de interação, como serviços que atraiam a comunidade para dentro da escola, envolvendo-a diretamente e estabelecendo parcerias.

De acordo com Araújo (2010), as famílias têm apresentado não só dificuldades em relação à educação das crianças, mas, também falta de tempo necessário para acompanhá-los. O trabalho também faz com que muitos fiquem afastados da convivência escolar. Por isso, muitas vezes o que se observa são crianças sem limites, apresentando maior liberdade, na tentativa de tentar suprir sua ausência.

Assim:

Percebemos muitas famílias desestruturadas, desorientadas, com hierarquia de valores invertida em relação à escola, transferindo responsabilidades suas para a escola [...], a família não está cumprindo sua tarefa de fazer a iniciação civilizatória: estabelecer limites, desenvolver hábitos básicos (VASCONCELLOS, 1995, p. 22).

Outro fator que tem contribuído para isso é a ausência das mães, pois, muitas são chefes de família e se veem obrigadas a jornadas de trabalho exaustivas, deixando de lado o acompanhamento da criança:

Isto se dá porque: Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias. O fato de as mulheres, em particular as esposas tornarem-se produtoras de rendimentos e parcerias, importantes na formação do orçamento da família, confere-lhes nova posição na estrutura doméstica e tanto altera os indivíduos que as unem ao marido e aos filhos, quanto contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho (ROMANELLI, 2002, p. 77).

O problema está no pouco tempo que os responsáveis têm para ficar e cuidar das crianças, fazendo com que os responsáveis acreditem que a escola é obrigada a educar a criança.

Nesse sentido existe, portanto, a necessidade de desenvolver atividades, valores e atitudes que venham a contribuir para a parceria entre os responsáveis e a escola.

Tardif (2010) discute que a complexidade da profissão de professor está não somente em exercer a profissão, mas também em ser humano o que implica ter a sensibilidade de perceber que a criança está inserida em um mundo complexo, influenciada pela cultura, economia, política, razão, afeto, compaixão entre outros sentimentos, conduzindo-as a caminhos diversos em sua existência e, por meio dessa trajetória, se constitui.

A escola é um espaço que apresenta situações sistematizadas, na qual propõe a formação de crianças e adolescentes que venham a compreender criticamente o contexto social no qual estão inseridos e que precisam encontrar sentido para o que estão aprendendo, tornando-se capazes de uma inserção mais transformadora em relação a sociedade em que vivem.

Ou seja: “deve habitar e construir seu próprio espaço pedagógico de trabalho, de acordo com limitações complexas que só ele pode assumir e resolver de maneira cotidiana, apoiando necessariamente em visão de mundo, de homem e de sociedade” (TARDIF, 2010, p. 149).

No ambiente escolar ainda é comum haver profissionais e questões estruturais que não correspondem às demandas educativas da sociedade atual. Os professores apresentam culturas, crenças e valores diferentes, necessitando de um ambiente mais favorável para a ampliação de suas habilidades intelectuais, de formação continuada e atendimento às diferenças, às desigualdades sociais e culturais existentes entre as crianças.

Tardif (2010) discute que a complexidade da profissão de professor está não somente em exercer a profissão, mas também em ser humano o que implica ter a sensibilidade de perceber que a criança está inserida em um mundo complexo, influenciada pela cultura, economia, política, razão, afeto, compaixão entre outros sentimentos, conduzindo-as a caminhos diversos em sua existência.

Porém, sabe-se que apesar das Políticas Públicas, o Brasil é um dos países que não consegue ter uma educação efetivamente de qualidade que atenda a todos igualmente, visto que cada criança aprende no seu tempo, espaço e de forma diversa. O mundo globalizado faz com que as informações cheguem à criança de forma muito rápida, exigindo novas formas de se pensar e agir que, muitas vezes, requer rompimento de padrões formados anteriormente.

Não se deve limitar seu papel apenas em ensinar os conteúdos e seguir o currículo, já que: “por si só, não desenvolve as habilidades mentais necessárias à formação de um raciocínio flexível e criativo” (ASSIS, 1994, p. 130).

Desta forma, a educação não pode ser vista como: “como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos” (FREIRE, 1996, p. 145).

Ao contrário, é essencial para o desenvolvimento da criança. A educação é um fenômeno social inseparável da constituição dos indivíduos e da sociedade, envolvendo e influenciando os diferentes aspectos da vida social, econômica e cultural.

A escola interliga-se às práticas sociais, entendendo que os processos formativos ocorrem sob uma variedade de atividades, em que as crianças devem estar totalmente envolvidas, no sentido de que elas precisam “existir” socialmente.

Tardif (2010), a percepção das crianças enquanto indivíduos, independentemente da faixa etária e da modalidade de ensino, ainda é pouco desenvolvida pelos professores, que são frequentemente apontados como aqueles que não conhecem satisfatoriamente seus estudantes, de não saberem usar essa percepção de forma eficaz e de projetarem sobre eles os mesmos interesses e motivações que caracterizaram as suas trajetórias escolares.

O autor discute que os professores precisam refletir mais sobre suas práticas educativas. A escola atual, necessariamente precisa despertar o interesse dos estudantes, lhes dando a oportunidade de compreender e se desenvolver criticamente dentro da sua visão de mundo.

Pimenta (1991) discute que aprender a conviver em grupos é uma forma de a criança ser preparada para a vida social. O grupo propicia a aprendizagem de papéis sociais diferentes e complementares na organização da sociedade como um todo.

Quanto à instituição família ela até hoje é vista como a base da sociedade, porém ao longo do tempo, sofreu diferentes mudanças, principalmente sociais, que influenciaram de forma profunda a estrutura familiar. O padrão antigo familiar, anteriormente era constituído por pai, mãe e filhos e era centrado em uma linha patriarcal ou matriarcal. Hoje, essa situação passou a deixar de existir.

O que se tem são famílias constituídas também por casais que tinham antes outros relacionamentos; homossexuais; tios, avós e netos; entre outras configurações. Por esse motivo, a escola precisou se adaptar também a essas mudanças, substituindo o dia das mães pelo dia de quem cuida de mim, por exemplo.

Essas mudanças resultaram de uma forma geral passou a se isentar das responsabilidades no âmbito escolar, passando a exigir e acreditar que a escola é a responsável agora pelo que deveria ser sua tarefa. Esse problema não está relacionado apenas à falta de tempo dos responsáveis e sim, na dissolução da responsabilidade das famílias, onde o desenvolvimento da personalidade está sendo incorporado a debilidade de referências, interferindo assim no desenvolvimento global da criança (ESTEVES, 1999).

É possível perceber que as relações família e escola andam meio equivocadas, havendo a necessidade de a escola buscar novas estratégias para trazer os responsáveis para a escola e lhes chamar a atenção para a educação das crianças; e da real necessidade de que as famílias sejam mais presentes em todos os momentos da vida da criança implicando envolvimento, colaboração e comprometimento.

O papel dos responsáveis no caso da escola deve ser o de dar continuidade a esse trabalho, dando-lhe condições para que a criança se desenvolva: “No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida” (WAGNER *et al.*, 1999 *apud* DESSEN, POLONIA, 2007, p. 23)

Ainda:

Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSSEN e POLONIA, 2007, p.25).

Soares (2011), discute que para atrair os responsáveis para a escola, é preciso desenvolver um trabalho pedagógico mais efetivo e significativo, envolvendo as crianças e as

famílias. A criança pode apresentar maior interação com os responsáveis a partir do momento em que compreendam o que a escola espera deles.

Ainda, a escola deve abrir as portas, desenvolver atividades culturais diversificada, orientar as famílias quanto aos direitos e deveres, conseguindo assim aproximá-los e fazer essa integração, oferecer projetos e oficinas; dentre outros.

A escola precisa desenvolver também práticas de escuta em relação aos responsáveis para que a família reconheça a figura do professor como alguém que se preocupa com o desenvolvimento da sua criança: “As expectativas dos pais tendem a aumentar a importância que os filhos dão à escola. Isso pode fazer muita diferença” (OLIVEIRA, 2013, s/p.).

Soares (2011), relata ainda que os responsáveis apresentam níveis de interesse em relação à escola de acordo com as suas experiências no passado. Preparar atividades que oportunizem o apoio e envolvimento pode quebrar esse gelo em relação ao ambiente escolar.

Deve-se destacar também que muitos responsáveis têm compromissos fora da escola, como restrições com horário de trabalho, restringindo a sua participação e se envolvendo com menos intensidade nas atividades propostas.

Outra forma de trazer os responsáveis no caso da Educação Infantil é desenvolver atividades lúdicas e integradoras envolvendo as crianças e seus responsáveis. Lições de casa também ajudam nessa integração, fazendo com que a tarefa a ser realizada precise do auxílio do adulto.

A escola precisa repensar em suas estratégias, principalmente focando naquelas famílias em que os responsáveis tiveram pouco ou nenhum acesso ao ensino quando mais jovens, pois, geralmente filhos de pais que não frequentaram a escola tendem a manter relações afastadas do processo de ensino e aprendizagem:

Existem famílias, por exemplo, que nunca tiveram experiências prévias com a escola e que, quando seu filho inicia a escolaridade, depositam o papel da educação na escola, tomando uma atitude de total submissão e dependência, assumindo uma ignorância total sobre os assuntos relacionados a educação (BASSEDA et al., 1996, p.33).

Por esse motivo, a necessidade e importância da parceria entre escola e família para que a criança se desenvolva de forma contínua e plena. É possível através dessas relações estabelecidas criarem um vínculo entre ambos pensando na criança e no seu desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, as relações escola e família passaram por diferentes períodos ao longo do tempo, de acordo com o que a sociedade esperava da Educação.

Essa relação entre ambas sempre foi de preocupação da escola e principalmente atualmente, devido a sua responsabilidade pela formação integral da criança. Na Educação Infantil, essa integração é muito importante uma vez que essa relação desempenha diferentes

papéis que se tornam complementares, o que influencia diretamente nesse desenvolvimento.

A família enquanto instituição, é o ambiente principal de socialização logo que a criança nasce sendo importante o acompanhamento pelos responsáveis quando ela sai desse ambiente e começa a conviver com crianças e adultos diferentes, aprendendo e convivendo com diferentes pensamentos, crenças, valores e culturas que enriquecerão sua vida.

O trabalho dos professores deve também desenvolver a criança integralmente, construindo um trabalho pedagógico que prepare a criança também para a vida em sociedade. O papel da escola não pode ser desempenhado sozinho, assim, as famílias necessitam estar mais presentes e acompanhar a criança durante esse processo incentivando-as.

Ou seja, escola e família devem estabelecer relação de colaboração e respeito, em que ambas devem incentivar, acompanhar e auxiliar a criança em seu desenvolvimento, enquanto construção integral do indivíduo.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, G.B.M. **Família e Escola: parceria necessária na educação infantil**. 2010. 20 f. Artigo (Especialização em Educação Infantil) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/bitstream/10869/873/5/Familia%20e%20escola%20-%20parceria%20necess%C3%A1ria%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- ARIÉS. P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- ASSIS, N. de. Revendo o meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. In: GRINSPUN, Mirian P. S. Zippin (Org.). **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BASSEDA; HUGUET; MARRODAN; OLIVAN; PLANAS, ROSSELI, SEGUER; VILLELA. **Intervenção e Diagnóstico Psicopedagógico**. São Paulo, Artmed, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CUBERO, R. Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros. In: COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação**. V. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DESSEN, M.A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32. ISSN 0103-863X. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCSTNbWg8JNGRcV9pN/>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- ESTEVES, J.M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JARDIM, A.P. **Relação entre Família e Escola: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem**. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.
- MACEDO, R.M. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.
- OLIVEIRA, T. Laços de família de políticas educacionais da OCDE, a valorização de vínculos entre a escola, à família e a comunidade melhora a qualidade de ensino em escolas mais vulneráveis. **Carta fundamental a revista do professor**. Fev, p 50. 2013.
- OSORIO, L.C. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PILETTI, N. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2004.
- PIMENTA, S.G. **O Pedagogo na Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 1991.
- ROMANELLI, O. de Ol. **História da Educação no Brasil**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SÁNCHEZ, P.A.; MARTINEZ, M.R.; PEÑALVER, I.V. **A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SOUZA, M.E.P. **Família/Escola:** a importância dessa relação no desenvolvimento escolar. 2009. 25 f. Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, PR, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 11º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

UNESCO. **Fontes Para a Educação Infantil.** Brasília: UNESCO; São Paulo: Cortez; São Paulo: Orsa, 2003.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Disciplina:** construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. São Paulo: Libertad, 1995.

Sheyla Maria Silva Pimentel - Licenciada em Artes Visuais pelo Centro Universitário de Jales, UNIJALES; em Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro, UNIÍTALO; e Pós-graduada em Educação Musical pela Faculdade Gennari & Peartree. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SIMONE MOREIRA GARCIA

RESUMO

Este estudo teve como objetivo explorar as possibilidades e desafios da arte na Educação Infantil, buscando compreender seu papel no desenvolvimento integral das crianças. Por meio de uma revisão exploratória da literatura, foram analisadas as perspectivas teóricas e as práticas pedagógicas relacionadas à arte na Educação Infantil. A contextualização abordou a importância da arte no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças, assim como sua relação com a expressão criativa, a imaginação e a compreensão do mundo ao redor. O desenvolvimento do estudo explorou as possibilidades da arte na Educação Infantil, destacando sua capacidade de estimular a criatividade, a expressão pessoal, a resolução de problemas e a construção de significados. Além disso, foram discutidos os desafios enfrentados pelos educadores e instituições, incluindo a escassez de recursos, a formação dos educadores, a resistência institucional e a falta de priorização da arte. Por fim, foram apresentadas considerações sobre o planejamento e a organização do espaço artístico, ressaltando a importância de disponibilidade de materiais adequados, a disposição do espaço, a valorização do tempo dedicado à arte e o papel ativo do educador como mediador. Conclui-se que a promoção da arte na Educação Infantil requer a superação desses desafios e o envolvimento de toda a comunidade educativa, com políticas educacionais que valorizem a arte como uma área essencial no desenvolvimento das crianças. Através dessas ações, a arte na Educação Infantil pode proporcionar experiências enriquecedoras, estimular a expressão criativa e contribuir para uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Arte. Estratégias. Usabilidade. Possibilidades. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é uma etapa fundamental no processo educacional, responsável por promover o desenvolvimento global das crianças, contemplando aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Nesse sentido, a incorporação da arte no currículo da Educação Infantil desempenha um papel de extrema importância, pois permite que as crianças explorem e expressem sua criatividade, imaginação e sensibilidade de forma significativa.

A arte, nas palavras de Umberto Eco(2010), é uma forma de linguagem universal, que transcende as barreiras culturais e proporciona às crianças um meio de comunicação e expressão único. Através das diferentes manifestações artísticas, como a pintura, a música, a

dança, o teatro e a escultura, as crianças têm a oportunidade de experimentar, descobrir e compreender o mundo ao seu redor de maneira sensorial e lúdica. A arte na Educação Infantil oferece um espaço seguro e acolhedor para que as crianças possam explorar suas emoções, desenvolver sua imaginação e expressar-se livremente.

No entanto, embora reconhecida como uma prática pedagógica enriquecedora, a incorporação da arte na Educação Infantil também enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios reside na escassez de recursos e materiais adequados para o desenvolvimento de atividades artísticas. Muitas instituições de Educação Infantil enfrentam dificuldades em disponibilizar materiais como tintas, pincéis, instrumentos musicais e espaços apropriados para a prática artística.

Além disso, a formação dos educadores também se apresenta como um desafio a ser superado. Muitos professores não possuem conhecimentos específicos sobre arte e sua metodologia de ensino, o que limita suas habilidades em proporcionar experiências artísticas enriquecedoras para as crianças. A falta de capacitação adequada resulta em práticas pedagógicas pouco exploratórias e criativas, deixando de aproveitar todo o potencial da arte na Educação Infantil.

Outro desafio a ser enfrentado é a correta incorporação da arte no currículo da Educação Infantil. Muitas vezes, a arte é vista como uma disciplina isolada, relegada a um espaço marginal dentro da rotina escolar. É fundamental compreender a importância de integrar a arte às demais áreas do currículo, promovendo uma abordagem interdisciplinar que permita às crianças relacionar os conhecimentos adquiridos nas diversas áreas de forma significativa e contextualizada.

Por fim, a avaliação das produções artísticas das crianças apresenta-se como um desafio para os educadores. Como mensurar o valor das expressões individuais e coletivas? Como valorizar e reconhecer as múltiplas formas de manifestação artística? A avaliação da arte na Educação Infantil deve ser baseada em critérios qualitativos, considerando o processo criativo, a expressividade, a originalidade e o envolvimento das crianças.

Diante desses desafios, torna-se necessário refletir sobre estratégias e abordagens que possibilitem a efetiva incorporação da arte na Educação Infantil, superando as limitações existentes e explorando plenamente seu potencial educativo. Este estudo busca, portanto, explorar as possibilidades e desafios da arte na Educação Infantil, fornecendo subsídios para aprimorar a prática pedagógica e promover experiências artísticas enriquecedoras para as crianças nessa etapa tão importante de suas vidas.

DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA

Este estudo adotou a abordagem de revisão exploratória da literatura como metodologia de pesquisa. A revisão exploratória da literatura consiste em buscar, selecionar e analisar criticamente os estudos e trabalhos acadêmicos relevantes sobre o tema em questão, a fim de obter uma visão abrangente e atualizada sobre as possibilidades e desafios da arte na Educação Infantil.

Para realizar a revisão exploratória da literatura, foram utilizadas bases de dados acadêmicas, como Scielo, CAPES, e Google Acadêmico, bem como periódicos científicos de

renome na área da pedagogia e educação infantil. A busca foi realizada utilizando-se palavras-chave relacionadas ao tema, como "arte na Educação Infantil", "expressão artística na infância", "desenvolvimento infantil e arte", entre outras.

A seleção dos estudos incluídos nesta revisão baseou-se em critérios pré-determinados de relevância e qualidade acadêmica. Foram considerados estudos empíricos, teóricos, revisões de literatura e estudos de caso que abordassem diretamente as possibilidades e desafios da arte na Educação Infantil. Estudos publicados em língua portuguesa e inglesa foram incluídos, a fim de ampliar o escopo da pesquisa.

Após a busca inicial e seleção dos estudos, realizou-se a leitura crítica e a análise dos mesmos. Foram identificados os principais temas, conceitos e abordagens presentes nos estudos, bem como as recomendações e considerações dos autores em relação às possibilidades e desafios da arte na Educação Infantil. Essa análise crítica permitiu a identificação de padrões e tendências na literatura existente, bem como lacunas que poderiam ser exploradas neste estudo.

POSSIBILIDADES DE USO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A arte na Educação Infantil oferece uma ampla gama de possibilidades e benefícios para o desenvolvimento integral das crianças. Por meio das diferentes formas de expressão artística, como a pintura, a música, a dança, o teatro e a escultura, as crianças têm a oportunidade de explorar e experimentar o mundo ao seu redor, desenvolvendo habilidades cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Em Barbosa (2013), uma das possibilidades mais significativas da arte na Educação Infantil é o desenvolvimento da expressão criativa das crianças. Através das atividades artísticas, elas são incentivadas a explorar e expressar suas ideias, emoções e experiências de forma única e pessoal. A arte proporciona um espaço livre de julgamento e críticas, onde as crianças podem se expressar livremente, sem medo de errar ou de não atender a expectativas pré-determinadas. Essa liberdade de expressão estimula a criatividade e a originalidade, promovendo o desenvolvimento de uma identidade artística própria.

Além disso, aliando as concepções da autora com as de Freire (2017), a arte na Educação Infantil estimula a imaginação e o pensamento divergente das crianças. Através da criação de obras artísticas, elas são encorajadas a explorar diferentes possibilidades, a pensar fora da caixa e a encontrar soluções inovadoras para os desafios que enfrentam. A arte estimula a capacidade de pensar de forma flexível, abrindo caminho para a imaginação e a criatividade fluírem livremente. Essa habilidade de pensamento divergente é essencial para o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas e para a promoção do pensamento crítico nas crianças.

Desempenhando também, um papel fundamental no desenvolvimento emocional e social das crianças. Através das atividades artísticas, elas podem explorar e expressar suas emoções de forma saudável e construtiva. A arte permite que as crianças processem suas emoções, sejam elas alegria, tristeza, raiva ou medo, e as transformem em uma forma tangível e visível. Dessa forma, segundo Pillar (2016), a arte se torna uma ferramenta poderosa para a autorregulação emocional e para o desenvolvimento da inteligência emocional nas crianças.

Além disso, a arte na Educação Infantil promove a interação social e a colaboração entre as crianças. Em Malaguzzi (2011) e em Silva (2010), ao realizar atividades artísticas em grupo, como projetos de arte coletivos ou apresentações teatrais, as crianças aprendem a compartilhar ideias, a trabalhar em equipe, a respeitar as opiniões dos outros e a valorizar a diversidade de expressões artísticas. A arte proporciona um espaço de cooperação e troca, onde as crianças aprendem a se comunicar, a resolver conflitos e a construir relacionamentos saudáveis.

Outra possibilidade da arte na Educação Infantil, é apresentada por Zabala (2018); Saviani (2012) e Gardner (2014) é o aprimoramento das habilidades motoras das crianças. Através das atividades artísticas, como desenhar, pintar, recortar e modelar, elas desenvolvem a coordenação motora fina, o controle dos movimentos e a precisão na realização de tarefas manuais. A arte estimula o desenvolvimento dos músculos das mãos e dos dedos, promovendo a habilidade de manipulação de materiais e a expressão visual.

Além disso, a arte na Educação Infantil oferece às crianças a oportunidade de explorar e compreender o mundo ao seu redor. Através das diferentes formas de expressão artística, elas podem investigar temas e assuntos relacionados à natureza, à cultura, à história, à ciência e a outros campos do conhecimento. A arte possibilita que as crianças observem, analisem e representem o mundo de maneira criativa, estimulando sua curiosidade, seu interesse pelo aprendizado e sua capacidade de fazer conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Desta forma, as possibilidades de uso da arte na Educação Infantil são vastas e abrangentes. Através da expressão criativa, da imaginação, do desenvolvimento emocional e social, do aprimoramento das habilidades motoras e da exploração do mundo, a arte contribui de maneira significativa para o desenvolvimento integral das crianças nessa fase crucial de suas vidas. Ao proporcionar experiências artísticas enriquecedoras, os educadores podem potencializar o processo educativo, promovendo o crescimento e o bem-estar das crianças na Educação Infantil.

DESAFIOS DO USO DA ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Embora a arte na Educação Infantil ofereça inúmeras possibilidades para o desenvolvimento das crianças, sua efetiva incorporação no contexto educacional enfrenta uma série de desafios. Sendo um dos principais desafios enfrentados e ressaltados em Freire(2017) e Saviani(2012), a escassez de recursos e materiais adequados para a prática artística. Muitas instituições de Educação Infantil possuem recursos limitados e enfrentam dificuldades em disponibilizar materiais como tintas, pincéis, instrumentos musicais e espaços apropriados para a realização de atividades artísticas. A falta de recursos materiais adequados pode restringir as oportunidades de experimentação e expressão artística das crianças, limitando o potencial educativo da arte na Educação Infantil.

Babosa(2013) é categórica acerca da formação dos educadores, como um desafio significativo na promoção da arte na Educação Infantil. Muitos professores não possuem conhecimentos específicos sobre arte e sua metodologia de ensino. A falta de formação adequada em arte pode resultar em práticas pedagógicas pouco exploratórias e criativas, deixando de aproveitar todo o potencial educativo da arte na Educação Infantil. É essencial que os educadores recebam formação continuada que aborde a importância da arte no

desenvolvimento das crianças, bem como estratégias e abordagens pedagógicas para promover experiências artísticas enriquecedoras.

Outro desafio está relacionado à correta incorporação da arte no currículo da Educação Infantil. Afirma Zabala(2018) que muitas vezes, a arte é vista como uma disciplina isolada, relegada a um espaço marginal dentro da rotina escolar. Essa abordagem fragmentada da arte limita seu potencial de integração com outras áreas do conhecimento, como linguagem, matemática, ciências e estudos sociais. A arte deve ser entendida como uma forma de conhecimento transversal, capaz de promover a interdisciplinaridade e a conexão entre diferentes áreas de aprendizagem.

Ressaltam porém, Freire(2017), Barbosa(2013), Pillar(2016) e Zabala(2018) que a avaliação das produções artísticas das crianças também representa um desafio para os educadores. Como mensurar o valor das expressões individuais e coletivas? Como valorizar e reconhecer as múltiplas formas de manifestação artística? A avaliação da arte na Educação Infantil deve ir além de critérios quantitativos e considerar aspectos qualitativos, como o processo criativo, a expressividade, a originalidade e o envolvimento das crianças. É necessário desenvolver abordagens avaliativas que sejam sensíveis e respeitem a individualidade das crianças, valorizando suas expressões artísticas únicas. Além disso, os desafios socioeconômicos e culturais também afetam a promoção da arte na Educação Infantil. Em contextos onde recursos são escassos, como comunidades carentes, a falta de acesso a materiais artísticos e espaços apropriados pode ser ainda mais acentuada. Além disso, as diferenças culturais e sociais podem influenciar as percepções e práticas em relação à arte, exigindo uma abordagem sensível e inclusiva que respeite a diversidade cultural e social das crianças.

Por fim, é importante mencionar a resistência institucional e a falta de priorização da arte na Educação Infantil, apresentada em Saviani(2012), em algumas instituições, a ênfase é dada principalmente às disciplinas consideradas mais "tradicionais" e "essenciais", relegando a arte a um papel secundário. A falta de valorização e reconhecimento da importância da arte pode resultar na falta de investimento e no pouco tempo dedicado a essa área do conhecimento.

Diante desses desafios, é fundamental que educadores, gestores, famílias e políticas educacionais se mobilizem para superar as barreiras e promover a arte de forma efetiva na Educação Infantil. A criação de parcerias com artistas locais, a busca por recursos e materiais alternativos, a valorização da formação continuada dos educadores e a inserção da arte como um eixo transversal no currículo são algumas das estratégias que podem contribuir para enfrentar esses desafios e potencializar os benefícios da arte na Educação Infantil.

BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS

O planejamento e a organização do espaço artístico desempenham um papel fundamental na promoção da arte na Educação Infantil. Um ambiente adequado e estimulante proporciona às crianças oportunidades de explorar, experimentar e expressar sua criatividade de forma significativa.

Segundo Santos(2014), o planejamento do espaço artístico deve considerar a disponibilidade de materiais e recursos necessários para a realização das atividades artísticas. É importante assegurar que haja uma variedade de materiais artísticos adequados à faixa etária das crianças, como tintas, lápis de cor, giz de cera, papéis de diferentes texturas, tecidos, materiais recicláveis, entre outros. Além disso, é fundamental garantir que o espaço conte com ferramentas de apoio, como mesas e cadeiras adequadas ao tamanho das crianças, pias para lavagem de mãos e materiais, e áreas de armazenamento organizadas para os materiais artísticos.

A disposição do espaço artístico também desempenha um papel importante. Segundo Silva(2018) é recomendável que o espaço seja organizado de forma a permitir a livre circulação das crianças, facilitando o acesso aos materiais e proporcionando áreas específicas para diferentes atividades artísticas. Por exemplo, pode-se criar uma área destinada à pintura, outra para a modelagem e uma terceira para atividades musicais. Essa organização segmentada permite que as crianças se envolvam em diferentes formas de expressão artística, desenvolvendo habilidades específicas em cada uma delas.

Além disso, o espaço artístico deve ser pensado de forma a estimular a criatividade e a imaginação das crianças. Em Malaguzzi(2011), pode-se considerar a inclusão de elementos decorativos relacionados à arte, como obras de artistas renomados, cartazes com imagens inspiradoras, e até mesmo um mural onde as crianças possam expor suas próprias criações. É importante que o ambiente transmita uma atmosfera acolhedora e convidativa, que desperte o interesse e o entusiasmo das crianças em relação às atividades artísticas.

Ainda segundo Malaguzzi(2011), o planejamento do tempo também é relevante na organização do espaço artístico. É fundamental que haja um tempo dedicado exclusivamente às atividades artísticas, seja na rotina diária ou semanal das crianças. Esse tempo reservado permite que as crianças se envolvam de forma mais aprofundada nas atividades, tenham tempo suficiente para explorar, experimentar e desenvolver suas habilidades artísticas. O tempo dedicado à arte deve ser valorizado e considerado uma parte essencial do currículo da Educação Infantil.

Além disso, o papel do educador é crucial na organização do espaço artístico. O educador deve ser um mediador ativo, fornecendo orientações, estimulando a criatividade e proporcionando desafios adequados ao desenvolvimento das crianças. Ele pode criar propostas de atividades artísticas que explorem diferentes técnicas, materiais e temas, levando em consideração o interesse e as necessidades das crianças. O educador também deve estar disponível para oferecer suporte e feedback às crianças, valorizando suas produções e incentivando-as a experimentar novas abordagens artísticas.

É importante ressaltar que o espaço artístico não deve ser visto como um local isolado, mas sim como uma parte integrante do ambiente educacional como um todo. A arte pode e deve ser integrada às demais áreas do conhecimento, estabelecendo conexões com a linguagem, a matemática, as ciências e os estudos sociais. O espaço artístico pode ser um ponto de partida para projetos interdisciplinares, onde as crianças podem explorar temas de forma criativa e expressiva, relacionando-os com outras áreas de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou as possibilidades e desafios da arte na Educação Infantil, destacando a importância dessa área no desenvolvimento integral das crianças. Ao longo do texto, foram discutidas como a arte na Educação Infantil proporciona experiências enriquecedoras, estimula a expressão criativa, promove o desenvolvimento emocional e social, aprimora as habilidades motoras e oferece oportunidades de exploração e compreensão do mundo ao redor. No entanto, também são identificados uma série de desafios que educadores e instituições enfrentam ao incorporar a arte nesse contexto.

Superar os desafios relacionados à arte na Educação Infantil requer o envolvimento de toda a comunidade educativa e a adoção de políticas educacionais que priorizem a arte como uma área essencial no desenvolvimento das crianças. Parcerias com artistas locais, busca por recursos alternativos, sensibilidade cultural e social, e o reconhecimento da importância da arte são ações que podem contribuir para uma Educação Infantil mais rica e inclusiva.

Em suma, a arte na Educação Infantil oferece um vasto campo de possibilidades para o desenvolvimento integral das crianças. Por meio da expressão criativa, da imaginação, da exploração e da experimentação, a arte promove o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças. No entanto, para que a arte seja efetivamente incorporada na Educação Infantil, é necessário enfrentar os desafios existentes, planejar e organizar o espaço artístico de forma adequada, valorizar a formação dos educadores e promover uma abordagem integrada e sensível às necessidades das crianças. A arte na Educação Infantil tem o potencial de transformar a forma como as crianças aprendem e se desenvolvem, criando experiências significativas e inspiradoras que contribuem para uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2013. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=85zrIheWUa0C>. Acesso em: 15 mai. 2023
- ECO, Umberto. **A obra aberta**. São Paulo: Perspectiva, 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=5p0jnP15XPwC>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2017. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=btxBDwAAQBAJ>. Acesso em: 10 Mai. 2023
- GARDNER, Howard. **Arte, mente e cérebro: uma abordagem cognitiva à criatividade**. Porto Alegre: Penso, 2014. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=lna0CgAAQBAJ>. Acesso em: 12 mai. 2023
- MALAGUZZI, Loris. **Espaço, tempo e pedagogia**. Porto Alegre: Penso, 2011. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=WR19DwAAQBAJ>. Acesso em: 04 mai. 2023
- PILLAR, Analice Dutra. **Educação no jardim de infância: a organização do currículo e o trabalho docente**. Porto Alegre: Artmed, 2016. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=JUtNQAACAAJ>. Acesso em: 05 mai. 2023.
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Infância, linguagem e educação**. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=i7K5GAAACAAJ>. Acesso em: 07 mai. 2023
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2012. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=2u99DwAAQBAJ>. Acesso em: 08 mai. 2023.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=sjUtAQAAAJ>. Acesso em: 05 mai. 2023

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2018. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=QpIHAQAAMAAJ>. 10 mai. 2023.

SIMONE MOREIRA GARCIA - Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Álvares de Azevedo – FAATESP em 2015; Pós-Graduada em “Educação Infantil” pela Faculdades Integradas Campos Salles, FICS em 2018; Pós-Graduada em “A arte de contar histórias” pela Faculdade XV de Agosto – FAQ em 2021 e Pós-Graduada em “Ludopedagogia” pela Faculdade Gennari e Pearttree em 2022. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP desde 2016.

PRÉ-VENDA

LANÇAMENTO

Descubra o encanto e a magia de um mundo repleto de cores e sorrisos com o livro "A Fada Sorridente", uma história encantadora escrita por **Vilma Maria da Silva** e ilustrada por **Patricia de Brito**.



PRÉ-VENDA

LANÇAMENTO E ENTREGAS PREVISTAS PARA SETEMBRO



28,00

PIX: primeiraevolucao@gmail.com

PARA RECEBER
PELOS CORREIOS



COMPRE
PELO SITE



**VOU AO LANÇAMENTO
QUERO O MEU LIVRO AUTOGRAFADO**



Revista **EVOLUÇÃO**

Edições
Livro Alternativo



Revista a EVOLUÇÃO
Ano 42 Jul. 2023
Fl. 43
ISSN 2673-2573

Revista a EVOLUÇÃO
Ano 43 Ago. 2023
Fl. 43
ISSN 2673-2573

COLA TEM E
ESTRELA BI

Vit



RECONHECER E VALORIZAR

www.primeiraev



www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:

Andreia Fernandes de Souza
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Daniele Marques dos Santos Barreto
Denise Teixeira Santos Menezes
Eliane Cristina Bulgan Borges
Girlene Nascimento da Silva Mantovani
Joseneide dos Santos Gomes
Lana Cristina Teixeira
Lidiane Oliveira Leopoldo da Silva
Luciana Rodrigues da Graça
Miriam Ferreira
Rita de Cássia Gonçalves Paccola
Sheyla Maria Silva Pimentel
Simone Moreira Garcia



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.43>

Produzida com utilização de softwares livres



LibreOffice



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br



Google Acadêmico